

ATA N.º 8/2024

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2024:

No dia dezassete de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas e nove minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, Roberto José Lopes Cortegano, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de renúncia de mandato apresentado, em 5 de abril de 2024, pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, foi convocado, de acordo com o n.º 4, do artigo 76.º e o n.º 1 do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, o Sr. Roberto José Lopes Cortegano. (Anexo a esta ata como documento 1)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doações

PONTO 2 – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Pinhal Novo, a título de acerto, referente a recolocação de calçada na freguesia em 2023

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro às Associações de Moradores no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 4 – Prestações de Contas 2023

PONTO 5 – 5.ª alteração permutativo ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028

PONTO 6 – Concessão de apoio financeiro nos termos do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação – Processo: FIMOC-7764/2023 – Nº Req:6067/2023

PONTO 7 – Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear - Alteração

PONTO 8 – Acordo de Parceria com o Agrupamento de Escolas José Saramago no âmbito do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária de quarta geração (TEIP 4)

PONTO 9 – Protocolo sobre tratamento e proteção de dados pessoais entre o Instituto de Segurança Social, I.P., Instituto de Informática, I.P. e Município de Palmela

PONTO 10 – Protocolo de Cooperação com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro de Marateca, no âmbito da Ação 61 da Operação Integrada Local Poceirão Marateca

PONTO 11 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PONTO 12 – Atribuição de apoio financeiro aos Ranchos Folclóricos do Concelho de Palmela

PONTO 13 – Atribuição de apoio financeiro às Escolas de Música das entidades associativas do concelho

PONTO 14 – Atribuição de apoio financeiro às instituições parceiras do “50+-Programa de Exercício”

PONTO 15 – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e o Judo Clube de Pinhal Novo

PONTO 16 – Protocolos de Cooperação, no âmbito da OIL POCEIRÃO MARATECA

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 16/2023, da reunião ordinária de 9 de julho de 2023.

A ata foi aprovada, por maioria. Não participam na votação os Srs. Vereadores Carlos de Sousa e Roberto Cortegano, uma vez que não estiveram presentes na referida reunião.

— ATA n.º 17/2023, da reunião ordinária de 23 de agosto de 2023.

A ata foi aprovada, por maioria. Não participam na votação os Srs. Vereadores Raul Cristóvão, Pedro Taleço e Roberto Cortegano, uma vez que não estiveram presentes na referida reunião.

— ATA n.º 18/2023, da reunião ordinária de 6 de setembro de 2023.

A ata foi aprovada, por maioria. Não participam na votação as Sras. Vereadoras Maria João Camolas e Mara Rebelo, uma vez que não estiveram presentes na referida reunião.

Despachos emitidos pelo Sr. Presidente, por delegação de competências – Em matéria do urbanismo:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo Sr. Presidente, Álvaro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 01/04/2024 a 14/04/2024.

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria de processos de Obras Públicas

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho e pela Sra. Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, Dra. Teresa Palaio Pereira, em matéria de processos de Obras Públicas e procedimento administrativo, no período compreendido entre 02/04/2024 a 15/04/2024.

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados pelas Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 27/03/2024 a 10/04/2024.

Atos praticados por (sub)delegação de competências – Em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 26/03/2024 a 16/04/2024.

Despachos emitidos por delegação e (sub)delegação de competências - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos - Licenciamentos

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 6, dos processos despachados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Diretor do Departamento Dr. Paulo Pacheco e pelo Sr. Chefe de Divisão Dr. Pedro Ferreira, no âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, da Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 03/04/2024 a 16/04/2024.

Contabilidade

Pagamentos autorizados

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara Municipal que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 03/04/2024 a 16/04/2024, no valor de 2.483.361,65 € (dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e sessenta e um euros e sessenta e cinco cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 7.

Tesouraria

Balancete

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 17/04/2024, apresenta um saldo de 11.222.915,47 € (onze milhões, duzentos e vinte e dois mil, novecentos e quinze euros e quarenta e sete cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 8.487.405,17 € (oito milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinco euros e dezassete cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.735.510,30 € (dois milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e dez euros e trinta cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Saudação** (50 anos do 25 de Abril de 1974, 1.º de Maio e 48 anos da Constituição da República Portuguesa) – dos/as eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (50 Anos de Liberdade) – do eleito do MCCP.

Aprovado, por unanimidade, a admissão do voto de pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Ao 25 de Abril) – dos/as eleitos/as do PS.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (1.º de Maio – Dia do Trabalhador) – dos/as eleitos/as do PS.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (às Atletas Ana Rita Maia e Ariana Maia) – do eleito do PSD

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (8ª Edição *Frankfurt International Trophy – International Tasting Competition* Adega Camolas) – dos/as eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

Saudação (*Crucial Simplicity* Associação Desportiva) – dos/as eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Alexandra Tadeu) – dos/as eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Leonor Parente) – dos/as eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Equipa Sénior Masculina da Palmela Desporto) – dos/as eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (João Cruz) – dos/as eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Ricardo Esteves Ferreira) – dos/as eleitos/as da CDU.

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O Sr. Vereador Luís Miguel Calha cumprimenta todos os presentes e apresenta a saudação que se transcreve:

. Saudação (50 anos do 25 de Abril de 1974, 1.º de Maio e 48 anos da Constituição da República Portuguesa).

«O momento mais transformador da nossa História contemporânea celebra 50 anos. Meio século de vivência em Democracia, meio século de construção coletiva e desenvolvimento, num país onde tudo estava por fazer, depois de quatro décadas de isolamento, estagnação, repressão e medo. As diferenças físicas, palpáveis, em cada território e o modelo de desenvolvimento com respostas sociais do Estado, disponíveis e universais, são conquistas imensas, que confirmam a visão humanista plasmada na nossa Constituição. Mas é difícil ultrapassar o valor intangível da Liberdade e de voltar a acreditar que é possível fazer mais, sonhar mais, ser mais. Processo revolucionário, programado e executado pelos Capitães de Abril, o 25 de Abril foi ampliado pela enorme adesão do povo, que se sentiu, finalmente, capaz de tomar as rédeas do país e da sua vida.

Do ponto de vista histórico, cinquenta anos são “um segundo” e há, ainda, muita investigação, muitos estudos, muitas perspetivas para aprofundar. Mas do ponto de vista humano, grande parte da nossa sociedade é constituída pelas gerações que, felizmente, já não viveram sob o jugo do antigo regime e não têm experiência pessoal do antes, durante e depois.

Compete-nos a todas/os, no quadro de uma cidadania responsável, independentemente das nossas escolhas políticas, em Democracia, preservar e partilhar a memória desta Revolução, protegendo-a do branqueamento do fascismo, que alimenta narrativas populistas e o recrudescimento de movimentos de extrema-direita, e limpar o discurso político de factos distorcidos, que possam contribuir para romantizar o Estado Novo e validar os personagens que lhe deram corpo.

A insatisfação é saudável e faz parte do crescimento social. Mas essa insatisfação deve conduzir ao debate, ao aprofundamento de valores e políticas e ao pluralismo. Sabemos que muito Abril continua, ainda, por cumprir e que se registam, até, retrocessos face a direitos adquiridos. E é nessa luta que devemos manter-nos focados: pela defesa intransigente da Constituição da República Portuguesa, que celebrou o seu 48.º aniversário a 2 de abril; pelos direitos das/os trabalhadoras/es que, setor a setor, continuam a sair às ruas, reivindicando a justa valorização das suas carreiras e melhores condições de trabalho; pela garantia dos Direitos Humanos basilares e conquistas como o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública ou o Poder Local Democrático e autónomo.

Importa, mais do que nunca, fazer com que o 25 de Abril de 1974 continue presente, enquanto matéria viva e pulsante, que nos desafia a fortalecer a Participação Cidadã e a Justiça Social e a pugnar pela evolução que ambicionamos, assente nos valores da Igualdade e da Paz.

No Concelho de Palmela, a forma como concretizamos Abril todos os dias, com forte envolvimento popular, do associativismo e agentes locais, é um caso de estudo. Projetos de literacia em cidadania e direitos humanos e múltiplos processos participativos, globais e setoriais, são apenas alguns exemplos do trabalho que continuamos a desenvolver, com resultados muito positivos. Hoje, como ontem, mantemos a convicção de que a solução para continuarmos a seguir em frente reside em trabalhar em conjunto para objetivos muito concretos, honrando sempre a palavra dada. Deixar a Democracia bem vista, cumprindo compromissos e fazendo bem, é uma forma poderosa de cumprir e consolidar Abril.

Reunida a 17 de abril de 2024, a Câmara Municipal de Palmela saúda o 50.º aniversário do 25 de Abril de 1974, o 1.º de Maio e os 48 anos da Constituição da República Portuguesa, e convida toda a população do Concelho de Palmela a associar-se ao extenso programa comemorativo, durante o mês de Abril e até ao final do ano. A saudação é extensível aos militares de Abril, resistentes antifascistas, políticos, sindicalistas, artistas, dirigentes associativos, trabalhadoras/es, estudantes e tantas outras pessoas, dos mais variados quadrantes, que fizeram acontecer a Revolução, que protegeram os seus ideais ao longo de cinquenta anos e que continuam, ainda hoje, a contribuir, ativamente, para a construção da Democracia e da Liberdade.»

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** cumprimenta todos os presentes e apresenta a saudação que se transcreve:

. Saudação (50 Anos de Liberdade).

«Os acontecimentos em 25 de Abril de 1974 podem considerar-se inéditos a nível mundial. Um golpe de Estado conduzido por militares, que em menos de 24 horas se transformou numa Revolução face à adesão imediata da população. Ainda mais inédito se considerarmos que não se derramou sangue, com a infeliz exceção de 5 cidadãos, 4 que foram assassinados a tiro pela polícia política do anterior regime na Rua António Maria Cardoso e de um membro da PIDE/DGS que foi morto a tiro quando fugia dos militares que o estavam a revistar.

A guerra colonial foi o principal factor que levou ao golpe de Estado, mas com a adesão em massa da população foram criadas as condições para uma mudança radical no regime até então vigente.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 marca o início da vida democrática em Portugal. O golpe militar conduzido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) pôs termo ao regime fascista do Estado Novo abrindo caminho para a resolução do problema da guerra colonial e para a democratização e o desenvolvimento do país.

Temos uma eterna dívida de gratidão aos capitães de Abril que tiveram a coragem de avançar contra o regime fascista, mas nunca devemos esquecer os homens e mulheres que durante 48 anos foram presos, torturados e mortos pela polícia política de Salazar e Marcelo Caetano pelo simples facto de lutarem pela liberdade e pela democracia.

A descolonização aconteceu e estamos a viver em democracia, mas na vertente do desenvolvimento, nomeadamente na área económica e social, ainda há muito por fazer.

Se compararmos as condições de vida da população antes do 25 de Abril de 1974 com as actuais, facilmente verificamos que estamos muito melhor, mas se as compararmos com a maioria dos Países Europeus constatamos que ainda estamos atrasados em muitas áreas.

De acordo com a base de dados Pordata em 2022, em números arredondados, a pirâmide etária da população Portuguesa era a seguinte:

0-14 anos 1.350.000 habitantes

15-64 anos 6.600.000

Mais de 65 anos 2.850.000

Olhando para estes números concluímos que mais de metade da actual população Portuguesa não sentiu os malefícios do regime ditatorial anterior, e estou a referir-me em especial à liberdade de expressão. Lembro-me muito bem quando os jovens estudantes iam estudar nos cafés na Rua da Escola Politécnica, onde estava situada a Faculdade de Ciências de Lisboa, a primeira coisa que faziam era ver quem eram os ocupantes das outras mesas e tentar adivinhar quem eram os Pides que ali estavam para ouvir as conversas.

Estas duras realidades de outrora tem de ser constantemente transmitidas, pois com os “populismos” existentes na Europa e no resto do Mundo, é muito fácil enganar a população que não está informada das virtudes de uma Democracia relativamente a autocracias e ditaduras.

A Administração Central e a Administração Local, nomeadamente através das Escolas, têm a obrigação de “relembrar” esta população que nasceu depois do 25 de Abril, quais as diferenças entre o regime ditatorial e fascista de António Oliveira Salazar e Marcelo Caetano e as virtualidades do regime democrático em que vivemos.

Mas porque estamos no Poder Local, é importante relembrar o desbravar do caminho, para a melhoria das condições de vida das populações, realizado pelos homens e mulheres que trabalharam nas Comissões Administrativas dos Municípios desde 1974 até às primeiras eleições livres para as Autarquias Locais em 1976.

E porque estamos em Palmela cabe-nos agradecer o trabalho de todos os eleitos, de todos os partidos, nas Juntas e Assembleias de Freguesia, nas Câmaras Municipais e nas Assembleias Municipais e respectivos trabalhadores, que contribuíram com dedicação para uma vida melhor da população de Palmela, desde 1976 até hoje. Não esquecendo as nossas Colectividades de Cultura e Recreio, os clubes desportivos, as associações de moradores, as IPSS, as nossas Escolas e os milhares e milhares de cidadãos anónimos que também contribuíram durante estes 50 anos para o que é hoje o nosso Concelho de Palmela.

Viva Palmela

Viva Portugal

Viva o 25 de Abril de 1974»

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** cumprimenta todos os presentes e apresenta a saudação que se transcreve:

. Saudação (Ao 25 de Abril).

«Na alvorada de 25 de Abril fomos despertados com o que seria o primeiro dos comunicados do MFA, lido pelo jornalista Joaquim Furtado aos microfones do então RCP (Rádio Clube Português).

"Aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas. As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas nas quais se devem conservar com a máxima calma.

Esperamos sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal para o que apelamos para o bom senso dos comandos das forças militarizadas no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais que enlutariam e criariam divisões entre os portugueses, o que há que evitar a todo o custo.

Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica esperando a sua ocorrência aos hospitais, a fim de prestar a sua eventual colaboração que se deseja, sinceramente, desnecessária."

Assim eramos despertados para o início da construção de um país novo em Liberdade e Democracia, reformista e progressista, um país com esperança na construção de uma sociedade mais justa, mais solidária uma sociedade de todos para todos, um país em que cada um se sentisse parte importante de um coletivo e capaz de se reinventar todos os dias.

Naquela manhã clara e limpa, Portugal acordou, não com as baionetas nem a violência repressiva da polícia de choque e da polícia política, não com rostos traçados de medo, não com a censura da imprensa escrita e falada, Portugal acordou com militares revoltosos na rua, que ocupavam pontos estratégicos do anterior regime e se preparavam para, com a força deste povo, libertar-nos da repressão, da miséria, da guerra, do obscurantismo e do isolamento internacional e dar-nos a Liberdade.

Já não seria necessário perguntar, como na poesia de Manuel Alegre, "...ao vento que passa notícias do meu país..." e nem "o vento precisava de calar a desgraça"

A nação inteira saiu para as ruas e, ao lado dos militares de abril, gritou, apoiou, chorou e riu, pela conquista da liberdade e pelos seus direitos cívicos, laborais e políticos.

Durante os 50 anos de Liberdade, que agora comemoramos, Portugal Democratizou-se, Desenvolveu-se e Descolonizou.

Portugal cresceu, inovou, progrediu, encontrou em todos os momentos, mesmos os mais difíceis, a capacidade para não desistir de si e dos seus, de todos independentemente da sua cor, origens, religião, cultura ou género.

Este legado de luta pelas liberdades deve-se a muitos homens e mulheres de diferentes gerações e opções políticas que lutaram desde sempre contra o regime ditatorial, colonizador e retrógrado que como o poeta escreveu, "Mesmo na noite mais triste, em tempos de servidão, há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não".

Por via dessas lutas muitos pagaram com o exílio, a prisão, a tortura, o isolamento social e a morte. Do Tarrafal, ao Forte de Peniche, do Aljube ao Forte Caxias, prisões onde milhares de estudantes, homens e mulheres da cultura, da ciência, das artes, operários e operárias, trabalhadores e trabalhadoras rurais, passaram e sofreram a mais diversas e cruéis torturas, sim, a esses devemos hoje ser livres, a nossa sentida e profunda homenagem, porque perante tanto sacrifício nunca se calaram e nunca desistiram. Obrigado, muito obrigado pela vossa luta que tanto contribuiu para que hoje sejamos livres.

Aos capitães de Abril, militares que perceberam a injustiça da guerra colonial, a sua insustentabilidade, se revoltaram e nos deram a Liberdade, o nosso profundo reconhecimento por tamanha coragem libertadora.

Uma Revolução que deveria ser sem mortes e sem tiros, infelizmente por ação traiçoeira dos agentes da PIDE- DGS sitiados na sua sede em Lisboa, teve os seus mártires população anónima que na rua se manifestava contra essa máquina de repressão. Homenageá-los neste momento é saudar a sua memória.

Portugal democrático proporcionou nestes 50 anos um legado de conquistas sociais, económicas, cívicas e políticas que nos colocam nas famílias dos países desenvolvidos do mundo livre.

Continuamos a ter desafios estratégicos de desenvolvimento humano e social, "A democracia é o pior dos regimes, a exceção de todos os outros" afirmou Winston Churchill.

Hoje os inimigos da Democracia da Liberdade e das conquistas de Abril, não têm vergonha nem medo de virem para o espaço público e para a própria Assembleia da República, casa mãe do parlamentarismo democrático, pôr em causa, perigosamente, esses valores.

Portugal inteiro não pode ficar em silêncio e alheio destes perigos, por isso devemos reconhecer que temos de melhorar a pedagogia democrática, melhorar a estratégia de desenvolvimento inclusivo e mais justo que numa perspetiva intergeracional e de maior progresso social, permita atrair para o campo democrático aquele que têm sido levados para os extremismos e assim combater, pela positiva, os populistas que põem em risco os regimes democráticos e o Estado Social.

Nestas comemorações não podemos deixar de saudar as medidas mais emblemáticas que fomos conquistando:

- Serviço Nacional de saúde; Escola Pública (12 anos de escolaridade e uma rede de escolas que se espalha por todo o território); Maior abertura do Ensino Superior e a criação do ensino Politécnico; Novas e melhores políticas sociais; Lei do Divórcio; Leis da igualdade de género; Lei da unidade sindical; Um novo acesso à Justiça e novas leis adequadas a uma sociedade democrática; Liberdade de Expressão e de Movimento; Poder Local Democrático, e tantas outras que nos cabem defender, melhorar e continuar a desenvolver.

As novas gerações não nos perdoariam se não construirmos um Portugal Inteiro, de todos e para todos. Temos de potenciar a concertação estratégica, reforçar a unidade e a coesão, temos que melhorar a democracia e defender Abril.

Saudamos as gentes de Palmela, que souberam, desde sempre, lutar e estar com os valores de abril e da liberdade, com os valores do progresso, da justiça e da paz.

Viva o 25 de Abril.

Viva a Liberdade,

Viva Palmela

Viva Portugal»

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta todos os presentes e apresenta a saudação que se transcreve:

. Saudação (1.º de Maio – Dia do Trabalhador).

«Conhecido internacionalmente como o Dia do Trabalhador, o 1.º de Maio surge na história como o dia, no ano de 1886, de uma greve de operários em Chicago (EUA), que lutando contra as condições de trabalho, exigiam como reivindicações: a redução da jornada de trabalho de 13 para 8 horas; o aumento dos salários; e o descanso semanal e as férias.

Este protesto ficou na história pela violência e hostilidade dos confrontos entre operários e autoridades policiais, que resultou na morte e na prisão de vários trabalhadores que ousaram manifestar-se.

Desde 1889 que o dia 1 de maio é instituído oficialmente como uma homenagem aos que morreram a lutar por melhores condições de trabalho, naquela que foi considerada a primeira grande reivindicação em massa do movimento operário.

Em Portugal, a data passou a ser assinalada e comemorada desde 1890, tendo as suas comemorações cessado com o início do regime ditatorial do Estado Novo em 1933. Somente em 1974, com a revolução de Abril, o 1.º de Maio voltou a ser celebrado até à data de hoje.

O 1º de maio, mais do que um dia para comemorar, serve para recordarmos e relembrarmos a importância da luta dos trabalhadores por condições de trabalho dignas, por direitos laborais, por melhores salários. Acima de tudo, lutar por uma sociedade mais justa, mais solidária e mais igualitária.

Portugal continua a estar na cauda da Europa em matéria salarial, apesar dos avanços significativos dos últimos anos. Apesar do aumento médio salarial de 6,6%, verificado em 2023, segundo os dados do Eurostat, Portugal continuava, no ano passado, muito abaixo da média europeia, em termos de salário médio por hora trabalhada, situando-se na 19.ª posição na lista dos 29 países europeus, com 13,7€, contra os 24€ da média europeia.

Apesar de estarmos a falar numa média, o que é certo é que as disparidades salariais nos vários países da Europa existem e são enormes, estando Portugal numa posição que indica que ainda há um longo caminho a percorrer.

Num país onde os jovens são altamente qualificados, sabemos que não é apenas a matéria salarial que é importante, mas sim, todo um pacote laboral que além da valorização salarial, inclua também, entre outros, o reconhecimento pessoal e profissional, a promoção do talento e das competências, a conciliação da vida familiar, pessoal e profissional, e a adoção de modelos de organização do trabalho que acompanhem as novas realidades sociais e profissionais.

Saudemos, pois, hoje, o Dia do Trabalhador, com a consciência de que as lutas e as reivindicações dos trabalhadores do agora, mantêm vivas as lutas daqueles que há 138 anos tornaram a luta operária na luta de todos os trabalhadores por uma sociedade com mais igualdade e maior equidade para todos e todas.

Viva o 1.º de MAIO!

Viva todos os trabalhadores e trabalhadoras do concelho de Palmela!»

Em relação às saudações apresentadas, intervém:

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** cumprimenta todos os presentes e refere que se junta às saudações apresentadas.

Refere ainda que, neste marco histórico dos 50 anos do 25 de Abril, todos os anos se deve continuar a recordar, para que os mais jovens não se esqueçam e saibam valorizar o que é viver em Liberdade.

Realça que se deve perceber que estão num tempo em que a maior parte da população de Portugal já nasceu depois de 1974, tal como o próprio, que nasceu há 50 anos, poucos meses depois do 25 de Abril, e que consegue recordar com facilidade o que foi uma infância vivida no Portugal da década de 70/80, filho de pais que, como tantos outros, fugiram à miséria gritante do Alentejo profundo da década de 60 e foram à procura de trabalho e de melhores condições

no Distrito de Setúbal. Menciona que sabe bem a diferença de oportunidade que a consolidação da democracia e o desenvolvimento, ao longo destes anos, lhe proporcionou em comparação com a que os seus pais tiveram, e que a sua filha pode gozar atualmente em relação àquelas que teve.

Alude que estão num tempo de celebrar Abril e não pode ser apenas a repetição de ano após ano, as mesmas afirmações e oratórias, tantas vezes repetidas. Considera que se deve dar importância e mostrar gratidão por quem, há 50 anos, lutou para dar a liberdade e honrar esse ato histórico que libertou Portugal da ditadura, mas também, fazer uma análise séria da situação em que se encontra hoje o regime que na data fundou, não esquecendo sempre os valores que heroicamente nos foram oferecidos. Percebe que existe ainda muito por fazer, pois os extremismos e populismos são sempre perigosos, quer de direita quer de esquerda.

Saúda, igualmente, o 1.º de Maio, data que, hoje em dia, é muito diferente do que foi a sua génese, porque felizmente, muitos dos problemas que afetavam os trabalhadores desse tempo, foram sendo ultrapassados, precisamente com a consolidação da democracia.

Considera ainda que é importante ser celebrado e recordado, porque novos problemas laborais vão surgindo, atualmente com a abertura a outros mercados e à livre circulação, quer de pessoas e bens, num mundo completamente diferente do que era há décadas atrás, cada vez mais globalizado.

Conclui a sua intervenção, referindo que é importante continuar a reflexão no problema da extinção de postos de trabalho, assim como ao acesso do mercado de trabalho pelos mais jovens, com condições e salários dignos.

O **Sr. Presidente** passa à votação das saudações apresentadas:

Submetida a votação a Saudação (50 anos do 25 de Abril de 1974, 1.º de Maio e 48 anos da Constituição da República Portuguesa), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a Saudação (50 Anos de Liberdade), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a Saudação (Ao 25 de Abril), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a Saudação (1.º de Maio – Dia do Trabalhador), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** apresenta a saudação que se transcreve:

. Saudação (às Atletas Ana Rita Maia e Ariana Maia)

«No passado fim de semana de 6 e 7 de Abril realizou-se em Alenquer o Campeonato Regional de Kickboxing.

Neste Campeonato participaram as irmãs Ana Rita e Ariana Maia, de 10 e 9 anos de idade, residentes em Pinhal Novo.

Ana Rita sagrou-se campeã na disciplina de *light contact*, e a irmã Ariana vice-campeã na mesma disciplina, mas em categoria diferente de peso, em representação da equipa TTR/Spot de Pinhal Novo.

Atletas federadas desde 2022, são praticantes também da modalidade *Kempo* representando a União Desportiva e Cultural de Aldeia do Sobralinho (UDCAS) em Alverca, onde conquistaram já um vasto currículo.

No último Campeonato Regional que decorreu nos passados 23 e 24 de Março nas Caldas da Rainha, Ana Rita venceu nas disciplinas de *rumble kids* e *light kempo* e recebeu também uma medalha de prata na disciplina mãos vazias (sem armas) e outra de bronze em *semi-kempo*.

Por sua vez, Ariana venceu na disciplina *rumble kids* e ganhou a medalha de prata em *semi-kempo*. Já este ano havia conquistado a Taça Formação em *semi-kempo* e o 2.º lugar em *rumble kids* na mesma competição.

Enquanto atleta federada, Ana Rita já se havia sagrado bicampeã nacional e ganhou a Taça de Portugal em *semi-kempo*.

Reunida na Biblioteca Municipal de Palmela, no dia 17 de Abril de 2024, a Câmara Municipal de Palmela saúda as atletas e os clubes que representam, assim como os seus pais, todos os instrutores e restantes atletas que as têm acompanhado e ajudado na competição e a conseguirem tão honrosos resultados.»

Submetida a votação a Saudação (às Atletas Ana Rita Maia e Ariana Maia), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta a saudação que se transcreve:

. Saudação (8.ª Edição *Frankfurt International Trophy – International Tasting Competition* Adega Camolas)

«Os vinhos da Adega Camolas, brilharam numa das mais reputadas competições internacionais do sector vinícola alemã. O «*Frankfurt International Trophy - International Tasting Competition*» reuniu em Frankfurt 500 peritos internacionais para provarem cerca de 4.000 amostras entre vinhos, cervejas e destilados a concurso, resultando 1.274 premiações.

Nesta edição, a Adega Camolas granjeou 3 Medalhas de Ouro, a saber;

- Camolas Garrafeira Tinto 2017, Edição Comemorativa 25 Anos
- Camolas Moscatel de Setúbal 2020
- Camolas Castro de Chibanes Superior 2018

Reunida a 17 de abril na Biblioteca Municipal de Palmela, a Câmara Municipal de Palmela saúda a Adega Camolas, pelo excelente trabalho que têm vindo desenvolver no universo vínico, contribuindo para o reconhecimento da qualidade dos vinhos portugueses, da promoção dos mesmos e das regiões vitivinícolas onde são produzidos, enaltecendo o nome de Palmela e deste território, a nível internacional.»

Submetida a votação a Saudação (8.ª Edição Frankfurt International Trophy – International Tasting Competition Adega Camolas), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** cumprimenta todos os presentes e apresenta as saudações que se transcrevem:

. Saudação (Crucial Simplicity Associação Desportiva)

«A *Crucial Simplicity* Associação Desportiva (Panteras Negras) de Pinhal Novo, esteve presente no Campeonato Português de Jiu-Jitsu 2024, organizado pela Federação Portuguesa de Jiu-Jitsu Brasileiro, que se realizou no dia 6 de abril, em Odivelas, tendo os/as seus/suas atletas conquistado treze títulos nacionais:

- Sebastião Luís Jesus, Campeão Nacional, escalão Pré-Mirim 2, faixa branca, Pluma;
- Francisco Simão Carvalheiro Fernandes, Campeão Nacional, escalão Pré-Mirim 2, faixa branca, Leve;
- Carolina Coentro Farinha, Campeã Nacional, escalão Pré-Mirim 3, faixa branca, Leve;
- Rita de Castro Serrão Margarido, Campeã Nacional, escalão Pré-Mirim 3, faixa cinza, Leve;
- Dinis de Novais Messias, Campeão Nacional, escalão Mirim 1, faixa amarela/cinza, Leve;
- Lourenço Luís Jesus, Campeão Nacional, escalão Mirim 2, faixa amarela/cinza, Pena;
- Tomás Alexandre Condelipes, Campeão Nacional, escalão Infantil 1, faixa branca, Pluma;
- Valentina da Silva Luz, Campeã Nacional, escalão Infantil 1, faixa branca, Leve;
- Rodrigo Mendonça Sousa, Campeão Nacional, escalão Infantil 2, faixa amarela/cinza, Pena;
- Sebastião Robalo Rodrigues Neto, Campeão Nacional, escalão Infantil 3, faixa amarela/cinza, Pena;
- Francisco Luís da Cunha Borges da Silva, Campeão Nacional, escalão Juvenil 2, faixa laranja/verde, Pluma;
- Clara Sofia da Cunha Borges da Silva, Campeã Nacional, escalão Juvenil, faixa azul, Galo;
- João Pedro Loureiro Barroso Luís de Oliveira, Campeão Nacional, escalão Adulto, faixa marrom, Galo.

Reunida a 17 de abril de 2024, a Câmara Municipal de Palmela saúda os/as atletas da *Crucial Simplicity* Associação Desportiva pelos títulos alcançados no Campeonato Português de Jiu-Jitsu 2024 e faz votos de sucessos continuados para as suas carreiras desportivas, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a Saudação (*Crucial Simplicity* Associação Desportiva), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Alexandra Tadeu)

«Alexandra Tadeu, atleta da Palmela Desporto, EM, sagrou-se Campeã Nacional de Orientação, Sprint, no escalão D16, no Campeonato Nacional de Sprint e Distância Longa – Beiraom 24, que se realizou entre os dias 13 e 14 de abril, em Fráguas (Vila Nova de Paiva) e Vila Boa (Satão).

Para além do título nacional, a atleta sagrou-se Vice-Campeã Nacional por equipas, escalão Juvenis Femininas, na prova de Sprint e foi ainda 3.ª classificada na prova individual de Distância Longa, escalão D16.

Reunida a 17 de abril de 2024, a Câmara Municipal de Palmela saúda a atleta Alexandra Tadeu pelo título alcançado e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a Saudação (Alexandra Tadeu), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Leonor Parente)

«Leonor Parente, nadadora da Palmela Desporto, EM, conquistou três títulos de Campeã Nacional no escalão Júnior, ao vencer as provas de 50 metros livres, 50 metros bruços e 200 metros estilos, no Campeonato Nacional de Juvenis, Juniores e Absolutos – Open de Portugal, em piscina longa, de Natação, que se realizou entre os dias 4 e 7 de abril, em Coimbra.

Para além dos dois títulos nacionais, a nadadora foi ainda 5.ª classificada na prova dos 50 metros mariposa.

Reunida a 17 de abril de 2024, a Câmara Municipal de Palmela saúda a nadadora Leonor Parente pela conquista dos títulos alcançados e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a Saudação (Leonor Parente), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Equipa Sénior Masculina da Palmela Desporto)

«A equipa sénior masculina da Palmela Desporto, constituída pelos atletas Ricardo Esteves Ferreira, Luís Silva e Pedro Nogueira, sagrou-se Campeã Nacional de Orientação, Distância Longa, no Campeonato Nacional de Sprint e Distância Longa – Beiraom 24, que se realizou entre os dias 13 e 14 de abril, em Fráguas (Vila Nova de Paiva) e Vila Boa (Satão).

Reunida a 17 de abril de 2024, a Câmara Municipal de Palmela saúda a Palmela Desporto e os atletas Ricardo Esteves Ferreira, Luís Silva e Pedro Nogueira pelo título alcançado e faz votos de sucessos continuados para as suas carreiras desportivas, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a Saudação (Equipa Sénior Masculina da Palmela Desporto), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (João Cruz)

«João Cruz, nadador da Palmela Desporto, EM, bateu o recorde nacional nos 100m bruços, categoria S12, no II Torneio Baptista Pereira de Natação Adaptada, que se realizou nos dias 6 e 7 de abril de 2024, no Piscinas Municipais de Vila Franca de Xira.

Reunida a 17 de abril de 2024, a Câmara Municipal de Palmela saúda o nadador João Cruz pelo resultado alcançados e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a Saudação (João Cruz), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Ricardo Esteves Ferreira)

«Ricardo Esteves Ferreira, atleta da Palmela Desporto, EM, sagrou-se Campeão Nacional de orientação, Distância Longa, no escalão elite masculina, no Campeonato Nacional de Sprint e Distância Longa – Beiraom 24, que se realizou entre os dias 13 e 14 de abril, em Fráguas (Vila Nova de Paiva) e Vila Boa (Setão).

Para além do título nacional, o atleta sagrou-se igualmente Campeão Nacional por equipas, escalão seniores masculinos, na prova de Distância Longa e foi ainda 3.º classificado por equipas na prova de Sprint.

Reunida a 17 de abril de 2024, a Câmara Municipal de Palmela saúda o atleta Ricardo Esteves Ferreira pelo título alcançado e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a votação a Saudação (Ricardo Esteves Ferreira), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. **Comissão de Honra 15 de Abril – O Sr. Presidente** dá nota que no dia 19 de abril do ano transato foi aprovada, pela Câmara Municipal, a constituição da Comissão de Honra das Comemorações do 50º Aniversário do 25 de Abril.

Refere que, na ocasião, tiveram a oportunidade de comunicar que a já extensa lista de entidades e personalidades poderia vir a ser ampliada em função da confirmação de alguns nomes, que ainda não o haviam feito, assim como da incorporação de mais entidades que, num primeiro momento, não foram consideradas, facto que aconteceu com a CoopPhAnjo, com a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, ou com as associações de defesa animal do concelho, por exemplo, que integraram esta Comissão *à posteriori*.

Informa que, entretanto, considerou-se igualmente que seria justo e pertinente integrar os membros da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, em funções entre o 25 de Abril e as primeiras eleições autárquicas, em dezembro de 1976.

Apesar de não terem sido personalidades eleitas democraticamente, considera que durante mais de dois anos, estes cidadãos e cidadãs garantiram a gestão da Câmara Municipal e contribuíram para o processo de construção do Poder Local Democrático.

Assim, julgam ser de toda a justiça que, quando forem celebrar os 50 anos da Revolução do 25 de Abril, estas pessoas sejam consideradas e homenageadas.

Nomes:

Presidente:

José Garcia Tabuada

Vogais:

Joaquim Pereira Tomé Lopes

Maria Manuela Rosa de Oliveira e Silva

Matias Candeias Machado

João Manuel Gomes Serra

José da Silva

Manuel da Luz Rodrigues

Edgar Fernando Coelho Costa (nomeado em substituição de José da Silva em 13/12/1974; a partir de 14/02/1975 Vice-Presidente)

José Manuel Abrantes Ribeiro

Manuel Simões Pedroso

(os dois últimos nomeados em substituição de João Manuel Gomes Serra e Maria Manuela Rosa de Oliveira e Silva, em 09/01/1976)

O Presidente José Garcia Tabuada foi exonerado a seu pedido, em 12/03/1976. A Comissão Administrativa passou a reunir sob a Presidência do Vice-Presidente Edgar Fernando Coelho Costa, até às eleições.

. Projeto de requalificação da Escola Hermenegildo Capelo – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho cumprimenta todos os presentes e informa que o Município lançou concurso para o projeto de requalificação e ampliação da Escola Básica Hermenegildo Capelo, com um custo de 140 000,00€.

Dá nota que o objetivo é reabilitar e modernizar, mas também tornar mais funcional e eficiente aquela escola básica de segundo e terceiro ciclo.

Realça que o projeto deve prever a construção de um novo bloco e diversas ampliações em blocos já existentes e ainda beneficiar todos os edifícios atuais e o espaço exterior e privilegiar o uso de soluções passivas para a melhoria do conforto térmico, da qualidade do ar e da iluminação e respeitar o princípio de não prejudicar o ambiente.

Refere que o projeto deve respeitar um investimento máximo previsível de cerca de 3,5 Milhões de euros.

Conclui, referindo que espera que a obra venha a ser cofinanciada.

. Requalificação do Centro Social de Lagameças – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho dá nota Município lançou o concurso para a obra de requalificação do Centro Social de Lagameças, com um preço base que, acrescido de IVA, totaliza 63 070,00€.

Refere que o objetivo é melhorar as condições existentes no edifício, reparando patologias e introduzindo melhorias a nível de conforto e eficiência.

Realça que a intervenção vai incluir a substituição de alguns vãos, limpeza e reabilitação de coberturas, substituição de alguns tetos, a reparação e pintura de algumas paredes interiores e pintura de paredes exteriores, a reabilitação de pavimentos degradados e que constituem obstáculos para os utilizadores e a beneficiação das instalações sanitárias.

Acrescenta que, atualmente, a Associação acolhe e presta apoio nas valências de Creche, ATL e Centro de Dia, entre outras.

Conclui, referindo que a obra insere-se na Operação Integrada Local (OIL) Poceirão e Marateca, com financiamento do PRR.

. Obra de reforço estrutural da Casa Capelo – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho dá nota que o Município lançou um concurso, para a obra de Reforço Estrutural das Paredes de Alvenaria e Correção da Cobertura da Casa Capelo, no Castelo, com um preço base que, acrescido de IVA, totaliza 44 944,00€.

Lembra que a Casa Capelo já tinha recebido uma intervenção em 2012, mas a configuração geométrica não regular do edifício e as próprias condições climáticas do local originaram novas patologias, como infiltrações e fissuração nas paredes de alvenaria, sendo que a obra pretende resolver estes problemas.

Conclui, referindo que o projeto foi aprovado pela antiga Direção Geral de Património.

. Abertura de Concurso Público para execução de projeto para “Infraestruturação da Rua Manuel João Simões – Quinta do Anho” – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que face à necessidade de se proceder à execução de Projeto de Infraestruturação da Rua Manuel João Simões, em Quinta do Anjo, e dado que a autarquia não possui, internamente, os meios humanos necessários e adequados para execução desse serviço, procedeu-se à abertura de concurso público para este efeito, estimando-se que o encargo do Município se situe nos 14.760,00€ (IVA incluído).

. 19.º Curso sobre Ordens Militares – A Sra. Vereadora Maria João Camolas partilha que se realizará nos dias 3, 4 e 5 de maio, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela e no Auditório Municipal do Crato, o **19.º Curso sobre Ordens Militares - Arte e Arquitetura das Ordens do Templo - Cristo e Hospital – Malta** numa organização do Município de Palmela, através dos Gabinete de Estudos sobre as Ordens Militares (GEsOS), em parceria com o Município do Crato.

Refere que este 19.º Curso sobre Ordens Militares é dedicado a aspetos artísticos e arquitetónicos das Ordens do Templo, de Cristo e do Hospital-Malta, desde o século XII ao século XVIII.

Acrescenta que será dado a conhecer o papel destas ordens na encomenda artística, bem como vários dos artistas, arquitetos e programas que lhe estiveram associados e que as sessões teóricas terão lugar durante o dia 3 de maio, em Palmela, e no dia 4 de maio, de manhã, no Crato.

Realça que, no dia 3 de maio, pelas 15h00, o Dr. José Meco orientará uma visita à Capela de S. João Batista, em Palmela e que, às 18h00, terá lugar o lançamento do livro «Palmela - de Castelo a Fortaleza», da autoria de Joaquim Boiça, sobre o período menos conhecido e estudado do castelo de Palmela, entre os séculos XVI e XIX.

Conclui, informando que na tarde do dia 4 decorrerão visitas de estudo a monumentos do Crato e, no dia 5 de maio, será a vez de conhecer, em visitas guiadas, o Mosteiro de Flor da Rosa e os Castelos de Amieira e Belver.

. Programação das Comemorações 25 de Abril – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que o Município de Palmela está a desenvolver um amplo programa comemorativo dos 50 anos da Revolução de 25 de abril de 1974, sob o lema “Abril para Já”, iniciado no ano de 2013 e que se vai estender até dezembro de 2024.

Refere que no concelho de Palmela o programa assenta num trabalho de parceria entre Município, Juntas de Freguesia, movimento associativo e comunidade educativa, que se pretende consensual e integrador, procurando valorizar o 25 de Abril de 1974 nas suas várias dimensões.

Realça que, nos meses de abril e maio, setenta e três entidades associativas culturais, desportivas, sociais, escolares, sindicais, promoverão cento e sessenta e nove eventos, abrangendo todo o território de Palmela.

Destaca da programação central com forte envolvimento da autarquia os espetáculos que envolvem a comunidade artística local, no dia 24 no Largo São João, com a ópera “O presidente da associação de estudantes ganhou uma viagem para o Brasil”, com direção artística de Jorge Salgueiro.

Destaca ainda, na madrugada do dia 25, o espetáculo “Revolução Escola”, uma organização da Escola Secundária de Palmela e o Teatro “O Bando”.

Mais destaca que o Pinhal Novo acolherá na tarde de 25 o desfile da população e do movimento associativo “Maré Alta” e à noite o espetáculo “Abril para Já”, uma coprodução que integra jovens músicos de concelho em cruzamento com aristas nacionais, que a Quinta do Anjo receberá o espetáculo “A liberdade é uma ilha” de Samuel e Lúcia Moniz, no dia 26 de abril.

Salienta que a oferta de espetáculos inicia-se no dia 20, no Poceirão, com Marco Oliveira e termina em Águas de Moura (Marateca), que receberá três sessões da peça “Barrigas e magriços”, dedicada à Comunidade Escolar e população em Geral.

Realça ainda a ação «Grândola Vila Morena, Cantar Abril na Biblioteca!», que vai decorrer no dia 23 de abril, pelas 11h00, em simultâneo em várias Bibliotecas Públicas Municipais do distrito, sendo que no concelho, esta música «Grândola vila Morena», será cantada nas Bibliotecas Municipais de Palmela e de Pinhal Novo, com a participação, respetivamente, do Grupo Coral Ausentes do Alentejo e do Grupo Coral 1.º de Maio do Bairro Alentejano, e de vários alunos das escolas próximas.

Informa ainda que do programa fazem parte cinema, concursos, encontros, visitas a locais de memória e catorze exposições temporárias que estarão patentes em galerias, coletividades,

clubes, escolas e locais públicos do concelho e que na comunidade educativa todos os agrupamentos escolares acolherão e promoverão iniciativas, que se iniciaram em janeiro de 2024.

Conclui referindo que até dezembro do ano dos 50 anos da Liberdade, Palmela continuará a celebrar e promover a memória e a consolidar a democracia.

Assuntos apresentados pelos Srs. Vereadores Roberto Cortegano e Raul Cristóvão:

. Paragem de Autocarros, Avenida Alberto Valente (Volta da Pedra) – O Sr. Vereador Roberto Cortegano questiona sobre a paragem de autocarros, na Avenida Alberto Valente, na Volta da Pedra, perto do restaurante Rei do Bucho. Refere que se trata de uma paragem muito utilizada, principalmente pelo autocarro que vai para Lisboa (Gare do Oriente), sendo que no lado contrário da estrada, existe um espaço usado para estacionamento de viaturas, por muitas das pessoas que ali vão apanhar o autocarro, não estando o espaço preparado para estacionamento. Neste sentido, porque considera que o terreno não tem as condições mínimas ou qualquer espécie de qualificação, questiona se o referido terreno é público ou privado e até que ponto se poderia fazer uma intervenção como um parque de estacionamento com as devidas condições.

. Rua dos Fundadores do Airense - Aires – Em relação a este assunto, o Sr. Vereador Roberto Cortegano observa que este também já foi trazido várias vezes a reunião de Câmara Municipal. Refere que o volta a trazer pois considera importante que se encontre uma solução, pois na referida rua não existe alternativa de trânsito para a Estação de Comboios e, em hora de ponta, a entrada e saída de viaturas por parte dos pais que levam os seus filhos à escola leva a um grande constrangimento no trânsito.

. 55 anos da interrupção pelos estudantes de Coimbra do discurso de Américo Tomás
- O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** indo ao encontro do que foi mencionado sobre a pedagogia democrática, e não esquecendo situações que foram marcantes e importantes para que o 25 de Abril acontecesse, relembra que faz 55 anos, a 17 de abril de 1969 que os estudantes de Coimbra, na pessoa de Alberto Martins, presidente da Associação Académica da altura, interrompeu o discurso de Américo Tomás, presidente da República, que deu origem ao início da crise de 69 (já tinha existido a crise de 62). Lembra que a crise de 69 deu origem à queda e demissão do então Ministro da Educação José Hermano Saraiva e que os estudantes foram presos e enviados para a tropa forçada. Lembra estes acontecimentos, pois considera que os jovens do dia de hoje devem ter estes conhecimentos, pois foram os jovens dessa altura que agiram para que, hoje em dia, também tenhamos liberdade.

Às questões apresentadas pelos Srs. Vereadores Roberto Cortegano e Raul Cristóvão, são dadas as seguintes respostas:

_ Paragem de Autocarros, Avenida Alberto Valente (Volta da Pedra) – O **Sr. Presidente** esclarece que o local pertence a domínio privado do Município de Setúbal. Refere que o Município de Palmela há vários anos identificou esse aspeto e que tinha intenção de o valorizar, caso o mesmo fosse espaço público. Acrescenta que se trata de um espaço exterior a outros terrenos confinantes e não percebe, de momento, como urbanisticamente é possível ter portões e entradas abertas para esse terreno, pois existe uma rua, serventia lateral privada que está calçetada, para entrada de uma propriedade. Informa que já interpelaram o Município de Setúbal, informando do interesse no terreno, manifestando a disponibilidade para alguma permuta ou negociação. Presume que seja uma situação dos tempos em que Palmela estava agregada a Setúbal ou que esteja relacionada com a existência de uma infraestrutura elétrica de transporte de alta tensão.

Conclui, referindo que têm estado a diligenciar no sentido de virem a ter o espaço como espaço público municipal.

_ Rua dos Fundadores do Aireense – Aires – O **Sr. Presidente**, esclarece que a determinadas horas existem sempre dificuldades de circulação de trânsito, nesta e em outras zonas circundantes à EN 252.

Refere que o acesso à Estação, em Aires, tem a alternativa da Avenida dos Caminhos de Ferro, para quem entra pela zona do Padre Nabeto, na Rua de Moçambique, com acesso à Rua dos Fundadores do Aireense, até à Escola de Aires.

Por outro lado, lembra que é do conhecimento público que o investimento que se fez para o prolongamento da Avenida Lino dos Reis visa, no futuro, a sua ligação a uma rotunda e valorização da Rua dos Caminhos de Ferro. Esclarece que será uma nova saída de Aires que permite o atravessamento paralelo à Estrada Nacional e que a empreitada será lançada dentro de poucos meses, e relembra que está no empréstimo que foi aprovado por unanimidade e é a obra mais votada no “Eu Participo” de 2021. Crê que estas medidas irão melhorar a circulação.

Refere ainda que se trata de uma localidade antiga, com uma zona mais recente, urbanizada, com um desenho urbano e morfologia urbana de uma determinada dimensão nos anos mais recentes e outra com arruamentos estreitos.

Salienta que o estudo de trânsito já foi feito e, por muitas voltas que se dê, chega-se sempre à mesma conclusão.

Relembra que, recentemente, a artéria entre a Avenida Lino dos Reis, a Rua dos Fundadores do Aireense e a Rua Aljubarrota (que passou a ter sentido único num troço e dois em outro), permitiu uma maior circulação e alternativa.

Concorda que existem horas complexas, pelo que estão a tomar medidas mais estruturantes.

Realça que, depois de inúmeros estudos, continuam a achar que a solução é abrir novas vias, tal como estão a fazer, quer por via de operações de loteamento (que estão previstas para a localidade), quer por via de medidas estruturantes que estão a construir “peça a peça” e que vão desembocar na nova rotunda.

Crê que depois cada um irá circular de outra forma que não pela Rua dos Fundadores do Aireense.

_ 55 anos da interrupção pelos estudantes de Coimbra do discurso de Américo Tomás – O **Sr. Presidente** não tem nada a assinalar a não ser felicitar a evocação, pois comemora-se algo que faz parte da história de vivência democrática ou do que levou ao seu despertar.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Aceitação de doações.

PROPOSTA N.º GAP 01_08-24:

«Através do Programa Mecenas de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de empresas e instituições.

Nesse contexto, as empresas, que a seguir se identificam, manifestaram a sua intenção de efetuar donativos em espécie à Câmara Municipal de Palmela.

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETO	VALOR
Amener Palmela Smartlight Unipessoal Lda NIF: 516230050	Aquisição de serviços – Planeta Show Áurea	Semana da Energia - Ação de capacitação da comunidade educativa	3.925,00 (Três mil novecentos e vinte e cinco euros)
Centro de Reciclagem de Palmela NIF: 504222090	Aquisição de serviços – Planeta Show Áurea	Semana da Energia - Ação de capacitação da comunidade educativa	3.925,00 (Três mil novecentos e vinte e cinco euros)

Regiset, Comunicação e Artes Gráficas da Região de Setúbal NIF: 501955313	200 exemplares da publicação comemorativa do centenário do Palmelense	Apoio ao Associativismo Comemorações do Centenário do Palmelense Futebol Clube	4.580,00 (Quatro mil quinhentos e oitenta euros)
Concremat, Prefabricação e Obras Gerais S.A NIF: 502018852	Doação monetária	Centro de Recolha Oficial Animal	1.650,00 (Mil seiscentos e cinquenta euros)
Intermarché Superpalmela-Supermercados Lda NIF: 507545362	Doação monetária	Centro de Recolha Oficial Animal	2.000,00 (Dois mil euros)
			Total: 16.080,00 (Dezasseis mil e oitenta euros)

Assim, nos termos do disposto na alínea j) do nº1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a aceitação das presentes doações.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Gabinete de Participação e Cidadania

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 2 – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Pinhal Novo, a título de acerto, referente a recolocação de calçada na freguesia em 2023.

PROPOSTA N.º GPC 01_08-24:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do nº 1 do artigo 120.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013/2017, no âmbito da Delegação de Competências prevista, Contratos Interadministrativos, tendo os mesmos sido renovados e atualizados no mandato 2021/2025, conforme deliberação da Câmara Municipal de 21/09/2022 e aprovação em sessão da Assembleia Municipal de 29/09/2022.

O Contrato Interadministrativo para “Reposição de pavimentos em calçada ou outros” com a Junta de Freguesia de Pinhal Novo estabelecia, no ano de 2023, uma área de pavimento de 1250 m2 no valor anual de 26.125€ para a realização das reposições conforme descrito no Anexo II das Especificações Técnicas.

De acordo com o artigo 6º do Contrato Interadministrativo em vigor, podem ser efetuados acertos quando a verba não for suficiente para a execução da competência, sendo que a Câmara

Municipal afetará um montante a transferir à Junta de Freguesia, mediante parecer dos serviços municipais.

Assim, tendo em conta as necessidades diversas de reposição de calçada na freguesia, muitas das quais decorrentes de intervenções da Câmara Municipal no subsolo, nos termos do artigo 6º do Contrato Interadministrativo para "Reposição de pavimentos em calçada ou outros", propõe-se, depois do apuramento anual global do ano de 2023, a atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Pinhal Novo, a título de acerto, no valor de 922,74€ (novecentos e vinte e dois euros e setenta e quatro cêntimos), correspondente a trabalhos de recolocação de 44,15m2 calçada acima da metragem definida.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** ausenta-se da sala.

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro às Associações de Moradores no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PROPOSTA N.º GPC 02_08-24:

«O Município de Palmela, enquanto entidade gestora do território, tem como competência, entre outras, deliberar acerca de formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, nomeadamente de âmbito cultural, educativo, social, desportivo e/ou recreativo, nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL).

Tendo assim o Município de Palmela atribuições nos domínios do património, cultura, ciência, tempos livres, desporto e promoção do desenvolvimento, tal como definido nas alíneas e), f) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do RJAL, e no reconhecimento da relevância do papel das Associações de Moradores como entidades de forte desenvolvimento local, regional e nacional, assumindo-se igualmente como espaços de promoção do exercício da cidadania e da participação, da colaboração e da responsabilidade em algumas áreas do território, com fortes impactos nas comunidades onde estão inseridas, o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA) vem definir e enquadrar um conjunto de apoios à manutenção e existência destas estruturas, verdadeiramente essenciais para o concelho de Palmela.

No seguimento do período de submissão de candidaturas ao abrigo do RMAA, foram apresentadas várias candidaturas por seis associações de moradores do concelho de Palmela para apoio à dinamização/realização de atividades, bem como para a realização de obras de conservação e manutenção e aquisição de equipamentos.

Tal como definido no RMAA, as candidaturas apresentadas foram analisadas à luz dos critérios de avaliação definidos nas alíneas a) a q) do artigo 16.º do Regulamento, efetuando-se a ponderação dos correspondentes montantes a atribuir por entidade.

Assim, propõe-se que, de acordo com a alínea u) do nº 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, se aprove a atribuição dos apoios financeiros destinados à realização de obras de conservação, aquisição de equipamentos e à concretização de atividades, no valor global de 7.353,77 € (sete mil trezentos e cinquenta e três euros e setenta e sete cêntimos), a distribuir de acordo com o quadro seguinte:

Entidade	Montante de apoio	
	Atividade	Instalações e Equipamentos
Associação de Moradores e Proprietários do Bairro da Cascalheira	€ 110,00	€ 110,00
Associação de Moradores da Lagoa da Palha	€ 750,00	€ 33,77
Associação de Moradores da Quinta do Sobral e Canastra – Terrim	€ 750,00	€ 987,80
Associação de Moradores e Amigos da Quinta da Torre – Marquesa II	€ 1.800,00	€ 549,20
Associação de Moradores de Olhos de Água	€ 1.450,00	€ 813,00
TOTAL	€ 4.860,00	€ 2.493,77
	€ 7.353,77	

»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo **Sr. Presidente**, são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Prestação de Contas 2023

PROPOSTA N.º DAFRH 01_08-24:

«A Prestação de Contas relativa ao ano económico de 2023, documento de execução financeira do Orçamento e Grandes Opções do Plano, foi elaborada de acordo com todas as obrigações legais aplicáveis e com o rigor e detalhe exigíveis para uma adequada compreensão dos resultados económicos e financeiros obtidos, bem como, das atividades desenvolvidas pelos serviços municipais no decurso do ano.

Em termos financeiros a Prestação de Contas 2023 reflete, em termos de valor global, uma interrupção da tendência de crescimento das receitas do município, apresentado uma redução face a 2022. Contudo, tal redução tem unicamente reflexo no valor do IMT, e resulta diretamente da arrecadação absolutamente extraordinária deste imposto em 2022 (associada a uma transação de valor muito elevado). Assim, se excluirmos o comportamento do IMT face ao valor de 2022,

as receitas municipais mantêm a tendência de crescimento iniciada em 2017, com o ritmo e fundamentos que se previram no «Relatório de Enquadramento da Política Orçamental», inscrito na Proposta de Orçamento 2023 e GOP 2023-2027.

Importa, contudo, voltar a sublinhar que parte do crescimento da receita municipal nos dois últimos anos, resulta do aumento das transferências do orçamento de estado em virtude da assunção pelo município das novas competências, em particular na área da educação, as quais se destinam a financiar nova despesa (em particular de pessoal), não resultando por isso num acréscimo líquido das disponibilidades orçamentais do município.

O valor das receitas próprias (sem PIDDAC, Fundos Comunitários e Empréstimos) foi de 62 milhões de euros em 2023, verificando-se um decréscimo de cerca de 1,2 milhões de euros em relação ao registado em 2022.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 29,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 44,8% do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um decréscimo de cerca de 3,3 milhões de euros, relativamente ao ano 2022.

As Taxas, Coimas e Penalidades registam o segundo maior valor do quadriénio (2,8 milhões de euros).

A Venda de Bens e Serviços Correntes apresenta um aumento de 12,1% (+1,4 milhões de euros).

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 7,5% (+1,2 milhões de euros), que resulta transferências de competência e da Participação Fixa do IRS.

Em termos orçamentais, na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de 65,7 milhões de euros e uma despesa de cerca de 74,6 milhões de euros, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de -8,9 milhões de euros a que acresce o saldo transitado de 2022 no valor de cerca de 19,88 milhões de euros, transitando para 2024 um saldo de 10,97 milhões de euros.

A taxa de execução da receita situou-se nos 97,4%, pelos motivos antes enunciados.

No capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de 74,6 milhões de euros, mais 15,1% que no ano 2022, dos quais 44,8 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 85,5%.

As despesas com pessoal registam em 2023, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 3,4 milhões de euros (+13,7%). Esta situação é resultante, no fundamental, da publicação de vários diplomas legais de valorização em todas as carreiras, que impactaram na atualização dos níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória única operada por duas vezes (início do ano e intercalar) pelos Decretos-Lei nº 84-F/2022 e DL nº 26-B/2023, bem como medidas de valorização nas categorias de assistente operacional para as/os detentores do módulo de 30 anos de antiguidade, com repercussão nos aumentos dos valores que servem de referencial ao cálculo

do trabalho suplementar. Em paralelo, registou-se, ao abrigo da agenda do trabalho digno o incremento dos valores dos subsídios no âmbito da proteção da parentalidade (Lei nº 13/2023 e DL nº 53/2023) e a atualização das prestações familiares (abonos de família, bonificação por deficiência, etc.) com especial incidência no aumento do valor percentual das majorações nos agregados monoparentais. E ainda, por ocasião da finalização do ciclo de avaliação (SIADAP 3) reportado ao biénio 2021/2022, a consumação de alteração de posicionamento remuneratório ao abrigo dos regimes obrigatório (10 pontos) e regra (opção gestionária) com abrangência de um universo de 255 trabalhadoras/es.

A Aquisição de Bens de Capital, registou um acréscimo face a 2022 de 16,6% (em termos absolutos, +2,2 milhões de euros) o que representa o melhor valor em termos absolutos no quadriénio (15,3 milhões de euros).

A rubrica de Aquisição de Bens e Serviços apresenta um acréscimo de 2,6 milhões de euros (+13,9%), comparativamente ao ano 2022. Este aumento é resultante, no fundamental, do desenvolvimento da atividade municipal.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes com a amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo, dando cumprimento ao equilíbrio orçamental estabelecido na Lei das Finanças Locais.

No final de 2023, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 1,8 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, sendo este praticamente o valor correspondente às dívidas a fornecedores.

Na mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 4,7 milhões de euros, não estando incluídos neste montante as receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não são possíveis apurar com rigor.

Assim, propõe-se, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do documento de Prestação de Contas do Município, relativo ao ano económico de 2022, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea I), do n.º 2, do art.º 25º, do RJAL.»

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** regressa à sala.

Após a apresentação da proposta, o Sr. Presidente faz uma nota explicativa sobre o documento de Prestação de Contas 2023.

O **Sr. Presidente** complementa, de uma forma mais pormenorizada, o documento apresentado.

Em complemento, refere que o relatório teve algumas alterações na sua organização, mas que consideram úteis pois tornou-o mais descritivo, mais claro e mais exemplificativo da atividade, da execução e do que importa escrutinar e avaliar em matéria de execução económica e financeira.

Relembra que o que receberam de competências e trabalho é superior ao que receberam de transferências para fazer face a essas competências, situação que consideram não ser suficiente e cujos desvios têm partilhado com a Câmara Municipal. Esclarece que esta situação faz crescer o orçamento em algumas rubricas e faz crescer a despesa, em particular a de pessoal.

Partilha que hoje tem execuções com o exercício das competências na área da educação que têm desvios negativos na ordem de 1,2 milhões de euros.

Relativamente aos desvios que estão descritos na página 18, esclarece que existindo mais 1,2 milhões em taxas, coimas e penalidades, mais 240 mil euros da venda de bens e serviços correntes, mais 1,3 milhões, superando dotações previstas, houve por outro lado, menos 3 milhões de euros nas transferências correntes, nas transferências de capital e nos passivos financeiros menos 1,5 milhões de euros.

No que concerne ao decréscimo dos Impostos Diretos, informa que tal se justifica pela contínua baixa do IMI e do comportamento de outros impostos tal como a redução do IMT.

Quanto valor das Taxas, Coimas e Penalidades, esclarece que são relativas a água, saneamento, resíduos, rendas da EDP mas, não obstante a esse crescimento, a despesa, em particular nos resíduos, continua a revelar ser um sector altamente deficitário, onde não cobram o que deveriam.

Continua a esclarecer, referindo que o aumento das Transferências Correntes resulta da transferência de competências, em que o dinheiro que entra não chega para o exercício das mesmas. Salienta ainda o ligeiro aumento no último ano, com a arrecadação do IRS, que se justifica com mais população, mais pessoas a trabalhar e com mais rendimentos.

Salienta que o exercício negativo é compensado pelo saldo que transitou de 2022, que em 2023 era superior a 19 milhões de euros e que em 2024 passa para 10,970 mil euros.

Relativamente à taxa de execução da despesa, acrescenta que desceu no ano transato, pois sempre estiveram na ordem dos 85% e voltaram a recuperar essa percentagem de execução.

Reforça que o crescimento das despesas com pessoal fica explicado, também pelo facto de se ter crescido em número de pessoas, nomeadamente as que receberam através das transferências de pessoal que transitaram do Ministério da Educação.

Complementa ainda que na área de bens de capital e do investimento, investiram o valor mais alto dos últimos anos ou até de sempre, com 15,3 milhões de euros no investimento. No entanto, manifesta o desagrado por existirem inúmeras empreitadas transitadas, adiadas e por executar com o protelar de prazos.

Quanto à rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, realça que o acréscimo resulta do aumento de preços de bens e serviços, mas sobretudo – no Relatório de Atividades é possível confirmar a afirmação – com o aumento estrondoso da atividade municipal. Refere que a partir do momento

em que as associações, coletividades e tecido económico voltam à atividade, com mais eventos, mais obras, mais apoios e financiamentos, toda a logística municipal que se tem e que não se tem, de fornecimento de serviços para que tudo seja possível, levou ao crescimento dos 13,9% no capítulo da despesa. Felizmente tem e acresce valor ao território, pois reinvestiu-se no mesmo.

Salienta ainda que, quando comparada a despesa corrente *versus* receita corrente, o saldo no equilíbrio foi de 3.454.220,93€.

No que concerne ao valor resultante da Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, menciona que é importante referir que esse valor continua a “assustar” de ano para ano, mas que têm por receber de dívidas na ordem dos 4,7 milhões de euros, dos quais não estão incluídos no montante de receitas provenientes de impostos municipais, pois nunca conseguem apurar com rigor quanto é que a administração fiscal tem para entregar.

O Sr. Presidente dispensa a leitura da Introdução, reproduzindo-se a mesma em ata como a seguir se indica:

Introdução à Prestação de Contas 2023

"A qualificação do serviço público prestado a quem habita, trabalha ou visita o Concelho de Palmela é objetivo primordial da Organização, que continuou a renovar-se e a valorizar as suas equipas, num contexto marcado pela assunção de novas competências da Administração Central, na área do Apoio Social, preparação relativa à área da Saúde e consolidação, quer das matérias já assumidas na Educação, quer da transferência de competências municipais para as Juntas de Freguesia.

O ano de 2023 assistiu à ampliação da rede de equipamentos disponibilizados à comunidade e agentes locais e ao aumento exponencial – e transversal – da atividade, num contexto pós-pandemia e de grande dinâmica interna, bem como de promotores externos, que respondeu às expectativas e interesses de diferentes franjas de público com um extenso calendário de eventos, de enorme qualidade e com elevada adesão. Este foi, também, o ano de arranque das comemorações do cinquentenário do 25 de Abril de 1974, fruto de um trabalho multidisciplinar e plural, em parceria com as Juntas de Freguesia, o Movimento Associativo e a Comissão de Honra constituída para o efeito.

A Estratégia Local de Habitação (ELH) marcou, de forma incontornável, o ano que passou, conjugando o esforço de aquisição e reabilitação de fogos, em todas as freguesias do Concelho, à entrega das 16 primeiras habitações a famílias carenciadas, na sequência do Concurso para Atribuição de Habitações Municipais em Regime de Arrendamento Apoiado.

Política e tecnicamente, o Município intensificou a luta pela concretização de investimentos da responsabilidade da Administração Central, tendo-se firmado compromisso relativamente ao

Posto para a GNR em Poceirão e apresentado candidatura para a Unidade de Saúde de Quinta do Anjo.

De forma global, o documento em apreciação traduz os elevados níveis de execução do Município, que continuou a infraestruturar territórios periurbanos, a qualificar zonas urbanas e a adaptar o espaço público, equipamentos e serviços, sempre com uma visão alicerçada em objetivos de sustentabilidade, valorização e inclusão.

O encerramento do anterior quadro comunitário e o início da implementação prática da Operação Integrada Local (OIL) Poceirão Marateca, no âmbito das Comunidades Desfavorecidas, acontecem a par do trabalho de captação de fundos no horizonte 2030, nomeadamente, da construção do programa enquadrado pelo Investimento Territorial Integrado (ITI) da Área Metropolitana de Lisboa, oportunidades determinantes para o aumento da capacidade de investimento e resposta às necessidades de um Concelho que continua a atrair famílias e empresas, e a crescer, em contraciclo com a generalidade do país.

QUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

A 72 (re)admissões verificadas ao longo do ano espelham o empenho de renovação e reforço das equipas municipais, em várias áreas, tendo-se realizado 47 sessões de acolhimento e sensibilização, facilitadoras da integração. A alteração de posicionamento remuneratório, por via quer do regime obrigatório, quer de opção gestionária do Município, abrangeu 255 trabalhadoras/es, numa importante medida de valorização profissional. De igual modo, a Organização beneficiou de uma oferta formativa intensa, planeada em torno de novos regimes jurídicos e aplicações informáticas, bem como à necessária atualização de conhecimentos. A primeira edição do "Encontro Nacional de Saúde Mental: Intervenção em Contexto Laboral" congregou 300 participantes de todo o país e contribuiu para a reflexão em torno das questões da saúde mental, bem como para a divulgação do diagnóstico da situação interna e do Plano Estratégico da Saúde Ocupacional do Município. O aumento do número de exames e consultas médicas é justificado pela retoma da vigilância da saúde, depois da pandemia, e pelo rastreio de saúde primária realizado junto do pessoal não docente das escolas. Sublinha-se a importância do projeto "Mexa-se Bem no Trabalho", que dinamizou 877 sessões de ginástica laboral, ações diversas de informação em saúde e a campanha "Novembro Azul", para prevenção de problemas na próstata, dirigida aos homens com mais de 45 anos. No total, foram distribuídos 4.791 artigos de proteção às equipas municipais, entre vestuário de trabalho, calçado de segurança e Equipamento de Proteção Individual. A distinção "Marca Entidade Empregadora Inclusiva", atribuída pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, veio reconhecer práticas de gestão inclusivas e constituiu-se como um importante fator de motivação.

A quantidade e qualidade do trabalho executado por administração direta, apesar do número reduzido de profissionais especializadas/os, justifica a aposta no serviço público e tem sido essencial para a otimização de processos e instalações, recuperação/criação de estruturas e

conservação de espaço público e mobiliário urbano, e para a resposta permanente aos pedidos de apoio de entidades parceiras. Teve continuidade a paulatina renovação da frota municipal, apesar das dificuldades de entrega do mercado, com a integração de seis viaturas ligeiras de mercadorias, uma viatura adaptada para apoio ao CROA, uma retroescavadora e um pesado de limpeza urbana movido a gás.

No campo da transição digital, destaca-se o arranque da submissão de pedidos da área do Urbanismo exclusivamente por via dos serviços online (mediante a respetiva adaptação do Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Palmela), com criação de backoffice dedicado, reengenharia de processos e a realização de um webinar para esclarecimento de potenciais utilizadoras/es. A renovação do parque informático, a atualização de software e a aquisição de aplicações determinantes para a gestão quotidiana da Organização (assiduidade, CROA, habitação e rendas, recolha de biorresíduos, módulo "Gestão de Atividades", no âmbito da aplicação Obras Municipais, entre outras) são exemplos de investimento nesta área, a par da prioridade dada à Cibersegurança. No âmbito do Sistema de Informação Geográfica, determinante num quadro de smart city, concluiu-se a implementação do software open source QGis, apoiada por várias sessões de formação internas.

Na área da comunicação institucional, continuou a reforçar-se a presença nas redes sociais e em certames e o desenvolvimento de campanhas específicas, em áreas como a Educação, a Igualdade e não discriminação ou o Ambiente, com destaque para as diversas modalidades de recolha de biorresíduos. Para otimização de circuitos de distribuição, foi realizado um inquérito relativo ao boletim interno "Por Dentro", e merece referência o 1.º lugar conquistado pelo sítio oficial do Município, no critério "Conteúdo: tipo e atualização" e excelentes posições noutros indicadores, resultando num 18.º lugar no ranking global do estudo sobre Local e-Government em Portugal.

A par do aumento de 29% no atendimento telefónico e da consolidação dos serviços online, o regresso, em março, da Loja Móvel do Cidadão demonstrou que, não obstante a predominância do recurso a outros meios de comunicação, o contacto direto continua a ser muito válido, em particular, junto de populações mais isoladas e de maior idade. Registou-se uma redução de 15,3% nas reclamações.

Em 2023, o Município continuou a aprofundar o exercício de uma cidadania informada, fundamental para o aprofundamento democrático, através dos vários eixos programáticos do "Eu Participo!". As Semanas das Freguesias viram a sua pertinência reafirmada, constituindo-se como momentos ímpares de visibilidade para obras, projetos, empresas e agentes locais de cada uma das cinco freguesias; o Encontro de Associações de Moradores, que passará a ter periodicidade anual, a partir de 2024, reuniu 12 associações e estruturas de moradoras/es; o "Eu Participo!" Múncipes viu consolidar-se a participação via plataforma digital e influenciou a priorização de ações e investimento no território; o Plano Municipal de Promoção da Participação Infantil e

Juvenil continuou a construir caminho, na formação de jovens cidadãos/ãos, de vários níveis de ensino, que intervêm, de forma positiva e ativa, nas vidas das suas escolas e comunidades. Sublinha-se, ainda, o projeto multidisciplinar "Os Direitos Habitam nas Histórias", espaço de literacia em direitos. Internamente, as reuniões gerais e setoriais e o "Eu Participo!" Trabalhadoras/es Municipais prosseguem, paulatinamente, o objetivo de envolver as equipas e reforçar a comunicação interna, enquanto a "Caixa de Ideias" garantiu boa receptividade, quer na participação nos projetos em curso, quer no que se refere à apresentação de novas propostas.

A formação e a sensibilização são um eixo central do PMIND - Plano Municipal de Igualdade e Não Discriminação do Concelho de Palmela, tendo-se concretizado múltiplas ações junto do público interno, IPSS e comunidade educativa, com destaque, pela sua abrangência e resultados, para os dois fóruns comunitários dinamizados na Escola Secundária de Palmela e na EBS José Saramago (Poceirão). A exposição "A Verdade Dói", em parceria com o Museu do Calçado de S. João da Madeira, foi central no programa comemorativo do Dia Internacional da Mulher e esteve em itinerância por vários equipamentos municipais. A participação ativa na Rede de Autarquias para a Igualdade coloca Palmela na vanguarda da reflexão/ação sobre o tema, beneficiando, igualmente, dos recursos da rede, sem custos acrescidos.

O aumento da execução no objetivo "Segurança e Ordem Pública" inclui o forte apoio à atividade das Associações de Bombeiros locais. No total, a participação municipal no funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, Equipas de Intervenção Permanente e seguros de viaturas atingiu perto de 590 mil euros, a que se somaram 360 mil euros, destinados à aquisição de veículos prioritários, no quadro dos contratos-programa em vigor. As comemorações do Dia Municipal do Bombeiro foram, uma vez mais, momento alto de valorização do papel dos "Soldados da Paz" e o conjunto de simulacros favoreceu o treino operacional das corporações. Ao longo do ano, a Academia da Proteção Civil reforçou a sua presença junto da comunidade, com múltiplas ações em escolas, na Universidade Sénior de Palmela e no Curso Técnico Profissional de Proteção Civil, da Secundária de Palmela. De modo geral, o Município implementou medidas de prevenção de fogos em áreas urbanas e periurbanas, identificou e acompanhou trabalhos de beneficiação e limpeza de vegetação, quer em terrenos privados, quer na área do Parque Natural da Arrábida, e executou diversas avaliações de risco.

DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO, SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

A transferência de competências da Administração Central para o Município, na área da Educação, continuou a exigir permanente acompanhamento e monitorização. No arranque do presente ano letivo, o aumento do número de crianças e jovens justificou a abertura de novas salas em todos os ciclos de ensino. Deu-se continuidade à substituição de mobiliário escolar em salas de aula, de apoio e refeitórios de várias escolas básicas e jardins-de-infância, e a uma intensa campanha de requalificação de Espaços de Jogo e Recreio (EJR) e logradouros. Entre as intervenções nos edifícios, sublinha-se a conclusão da obra de reforço da cobertura da EB Brejos do Assa, início do

reforço estrutural da EB Palhota e requalificação da copa e cozinha de apoio do JI n.º 1 Olhos de Água. Com vista à urgente requalificação das escolas de 2.º e 3.º ciclos, decorreu o levantamento arquitetónico e de patologias para elaboração de programa preliminar e lançamento de concurso para projeto de requalificação e modernização das escolas Hermenegildo Capelo, de Palmela (concluído) e José Maria dos Santos, Pinhal Novo (em conclusão).

Entretanto, o Município continuou a reforçar o pacote de medidas de apoio às famílias, contribuindo para a igualdade de oportunidades no acesso à Educação. Foram novidade, no presente ano letivo, o pagamento a 100% dos passes no Ensino Secundário, o alargamento da oferta dos cadernos de atividades ao 2.º ciclo e o aumento para 70 do número de Bolsas de Estudo a atribuir a quem ingresse ou frequente o Ensino Secundário público (incluindo ensino artístico e especializado de música), Cursos de Especialização Tecnológica e Ensino Superior. A medida de reforço alimentar, no pré-escolar e 1.º ciclo, foi ajustada com maior variedade de produtos. Com mais de 6.500 participações, os Jogos Desportivos Escolares continuam a ser uma grande festa do desporto e a facilitar o acesso a diversas modalidades, e as Festas de Encerramento do Fantasiarte contaram com a participação de 1.891 alunas/os de 27 escolas, cinco IPSS e dois colégios privados, numa importante demonstração de criatividade e partilha.

Além da submissão da candidatura relativa à construção da Unidade de Saúde de Quinta do Anjo, o Município lutou pela reabertura da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Brejos do Assa, determinante no serviço àquela comunidade, através da celebração de contrato de arrendamento com o proprietário do terreno. Paralelamente, desenvolveu-se o processo com vista à assunção de competências na área da Saúde no início deste ano e assegurou-se, uma vez mais, o apoio ao ACES Arrábida na campanha de vacinação sazonal contra a gripe e a Covid-19 nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas. A aposta nas atividades de promoção e literacia em saúde consubstanciou-se, por exemplo, em 24 ações para a comunidade, na Unidade Móvel de Saúde, ou no apoio ao novo rastreio ao cancro da mama, da Liga Portuguesa Contra o Cancro, num total de 1.180 mulheres vigiadas.

No âmbito da transferência de competências em matéria de Ação Social, foram assinados, a 31 de março, os Protocolos de Cooperação com o Centro Social de Quinta do Anjo, a Fundação COI e a Cáritas Diocesana de Setúbal, que representam uma transferência financeira anual no valor total de 396.537,20€, para assegurar o funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, em todas as freguesias. Com a abertura do Centro Comunitário de Águas de Moura, foi celebrado um Contrato de Comodato com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Pedro da Marateca, para funcionamento da Loja Social, e relativamente à OIL, foi aprovado um protocolo com a Casa do Povo de Palmela, para requalificação do Centro Social em Lagameças. O trabalho focado na Idade Maior traduziu-se em múltiplas ações, ao longo do ano (visitas, oficinas, encontros, desfile de moda), que tiveram o seu momento alto no Outubro Maior. O Município continuou a disponibilizar os recursos essenciais - incluindo dois técnicos superiores e apoio administrativo - ao funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e

Jovens de Palmela, que concluiu intervenção em 585 processos, e no âmbito do Conselho Local de Ação Social, concretizaram-se duas edições do Fórum Social. No entanto, em 2023, o foco centrou-se no processo de atualização do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social/Plano de Ação. A distinção como "Autarquia + Familiarmente Responsável" aconteceu pelo sétimo ano consecutivo, validando as políticas municipais amigas das famílias.

A EHL continuou a fazer caminho, tendo sido atribuídos os primeiros 16 fogos a famílias carenciadas, como já referido. No âmbito da medida M1.1, foram adquiridos mais 25 fogos e decorreram múltiplos projetos de execução de arquitetura e especialidades para construção ou reabilitação de fogos, em vários pontos do Concelho, bem como empreitadas de reabilitação ligeira. A fim de concretizar o projeto de habitação colaborativa em Quinta do Anjo, foi cedido terreno à Fundação COI e aprovados os projetos de arquitetura e especialidades. No Centro Histórico de Palmela, manteve-se a dinâmica de recuperação ou conservação e, para efeito de incentivos fiscais em sede de IMI, foram identificados 685 prédios urbanos em bom estado de conservação e habitabilidade, dos quais 240 arrendados (números superiores a 2022), o que é bem demonstrativo de um espaço com vida.

O ano de 2023 foi determinante para a conclusão da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal e demais documentos complementares, na sequência de um longo processo de concertação com várias entidades da Comissão Consultiva. Numa altura em que novos focos de fracionamento ilegal e outros fenómenos voltaram a exigir atenção redobrada e intervenção municipal, na defesa do território, registou-se maior dinâmica junto das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), com reativação dos trabalhos de reconversão de áreas paradas há algum tempo e avanços de nota, por exemplo, na Quinta das Marquesas I e III, Marquesa II – 2.ª fase, Bela Vista e Bairro Maria Luísa.

A abertura do Centro Comunitário de Águas de Moura (com polo da Biblioteca e área de gaming) e do Centro Comunitário Monte do Francisquinho (Pinhal Novo) veio reforçar a rede de equipamentos públicos, potenciar novas ações, apoiar o movimento associativo local e enriquecer as comunidades em que se inserem. No Centro Cultural do Poceirão, concluíram-se os trabalhos acessórios para instalação de painéis fotovoltaicos, enquanto o Museu A Estação continuou a afirmar-se como local privilegiado de promoção da cultura ferroviária e de inclusão social. O Encontro Internacional sobre Ordens Militares voltou a fazer de Palmela o centro mundial de investigação sobre um tema profundamente ligado à nossa História local, sendo de referir, também, as II Jornadas Internacionais de Arqueologia "Fazer o Lume, Fazer a Luz. Arqueologia do Fogo", o curso "Ordens Militares e Fortificações", em parceria com a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, e o lançamento da publicação "Foral de Palmela, 1512 – Estudo, transcrição e notas", de José Manuel Vargas. Na Rede Municipal de Bibliotecas Públicas, registaram-se diversas melhorias, para maior conforto, e foram criadas "maratonas de estudo" nas Bibliotecas de Palmela e Pinhal Novo, com alargamento do horário em época de exames. Em parceria com uma turma de artes da Escola Secundária de Pinhal Novo, foi inaugurada uma

Biblioteca de Rua, com elevada procura, e o programa de Formação para a Comunidade registou o incremento do número de ações e de participantes. Projetos como "365 Dias de Romance", "Conversas Sem Margens", Mostra Gastronómica "Pela Boca Entra a Literatura", concursos de Poesia e Literatura ou "Hora do Conto Famílias" têm afirmado o Concelho da Rota da programação literária nacional, constituindo-se como um novo fator de atratividade. Entre as iniciativas multidisciplinares para diversos públicos, que crescem dentro da rede e apostam na acessibilidade, destaque para "Laços de Leitura", destinado a utentes do Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência, da Fundação COI.

A vitalidade cultural de 2023 consubstanciou-se no aumento expressivo de públicos, no reforço da presença do Município em redes nacionais e internacionais e na concretização de um calendário muito rico e diversificado de iniciativas de grande qualidade. O programa "Abril para Já" marcou o arranque das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, que irão prolongar-se até dezembro de 2024. Ano de festivais de grande dimensão (Festival Internacional de Gigantes, Festival Internacional de Saxofones de Palmela e Méee – Festival Folk, na sua segunda edição), 2023 registou, também, a primeira edição do MicroSons, o regresso da Sinfonia Palmela e muitas iniciativas nas áreas da música, teatro, dança e artes plásticas. O cinema tem vindo a crescer no Concelho, quer junto das famílias, quer do público cinéfilo, através do acolhimento de extensões de festivais e do ciclo "Rui Tendinha apresenta..." com a presença de nomes sonantes do audiovisual. Com o retorno massivo às festas locais e rituais comunitários, em particular, durante o verão, o Município e as suas equipas redobram esforços para assegurar o apoio às iniciativas de entidades parceiras, ao nível financeiro, mas também, logístico, técnico, de comunicação, infraestrutura elétrica, limpeza de acessos e terrenos, etc.

O "Março a Partir" constituiu-se, uma vez mais, como momento maior de visibilidade do trabalho desenvolvido com e para a juventude, num ano onde as várias ações de formação e capacitação de jovens, em ambiente escolar e não escolar, o apoio às Jornadas Mundiais da Juventude e os programas de animação de tempos livres também tiveram presença. A Federação Nacional das Associações Juvenis atribuiu a Palmela o Certificado e a Bandeira de Município Amigo da Juventude, bem como o Selo de categoria quatro estrelas, que visa reconhecer a estratégia e as boas práticas nesta área.

A rede de equipamentos desportivos também continua a crescer e a qualificar-se. Teve início a construção de campos de padel, em Pinhal Novo, concluíram-se os arranjos exteriores de acesso aos balneários e polidesportivo descoberto do Bairro Alentejano e a instalação de divisória entre a área de jogo e a zona do público no Pavilhão José Silvério (Poceirão) e foram inaugurados os Centros de Marcha e Corrida de Poceirão e de Quinta do Anjo. Do grande investimento em EJR públicos, em todo o Concelho, merece destaque a reabilitação integral do EJR Firmino Camolas (Palmela) e a criação de um novo espaço em Pinhal Novo sul, entre as ruas António Lopes Mendes e Maria Eduarda Ferreira. Desenvolveu-se, entretanto, o estudo prévio para a pista simplificada de atletismo. De modo geral, as atividades desportivas verificaram o aumento do número de

participantes e as modalidades também registaram o regresso de praticantes, depois da pandemia. Entre as novas iniciativas, releva-se a prova de atletismo "Da Baixa ao Castelo", com forte adesão, o Torneio de Natal Tiago Fernandes em minibasquetebol sub-10 e o alargamento do projeto "O Ciclismo vai à Escola" ao Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos (AEJMS), Pinhal Novo. O regresso da Taça de Honra do Concelho de Palmela, em futebol sénior, foi muito bem recebido pela comunidade e a 7.ª Festa do Desporto e Saúde ocorreu, este ano, de forma descentralizada, em Pinhal Novo, Quinta do Anjo e Poceirão. A realização do I Congresso de Desporto Adaptado, com a Palmela Desporto e a APPACDM de Setúbal, deu procedimento ao objetivo de mandato de aprofundar o desporto adaptado no Concelho, registando-se 39 praticantes de natação adaptada (quatro de competição e 35 do AEJMS e Escola Secundária de Pinhal Novo) e 16 de Boccia (AEJMS).

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

A adaptação e mitigação das alterações climáticas permanece como objetivo incontornável, com vista à sustentabilidade. Em 2023, foi elaborado o Roteiro de Transição para a Neutralidade Climática de Palmela, na sequência do Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas (PLAAC) e no âmbito do projeto-piloto europeu EUCityCalc, através de um processo participado por vários agentes locais, de criação colaborativa de medidas de descarbonização. A celebração de efemérides diversas com a comunidade educativa e a população contribuiu para a educação ambiental e a instalação de duas novas estações meteorológicas, no Castelo de Palmela e em Poceirão, veio concluir a Rede Municipal, valioso contributo para o apoio à decisão. No que respeita à valorização do espaço público, o Município concluiu a segunda fase de remodelação do Jardim José Maria dos Santos, Pinhal Novo, a requalificação do Jardim António Ferreira da Costa, Venda do Alcaide, a recuperação de taludes verdes e canteiros em Cabanas, bem como uma campanha de limpeza e manutenção de fontes ornamentais, em Palmela e Pinhal Novo. Um pouco por todo o Concelho, enquadradas por projetos como "A Nossa Serra - Ama. Planta. Cuida" ou "Pinhal Novo Verde", ações com as escolas e trabalhos de reposição de espécies em caldeiras de zonas urbanas, 2023 foi pródigo na plantação de centenas de árvores e arbustos autóctones, que já estão a fazer a diferença.

Por via de candidaturas a financiamento do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, o CROA aprofundou o programa de esterilização de animais, no âmbito CED (Captura, Esteriliza, Devolve) e da adoção na comunidade, verificando-se o aumento da esterilização de gatos, num total de 373. Paralelamente, foi instalado um novo abrigo para felinos, para ampliação da rede de equipamentos e cuidadoras/es. Sublinha-se, ainda, a aquisição de uma nova aplicação informática para gestão dos animais alojados e de uma viatura adaptada, que veio garantir novas condições de trabalho para a equipa, e a inauguração do primeiro parque de matilhas do Concelho, pioneiro na região.

No que respeita à energia, foram consolidados os trabalhos da ESE, com otimização da rede de iluminação pública e estudo de expansão dos projetos-piloto, relativos aos sistemas de monitorização de resíduos e de rega inteligente. Transversalmente, manteve-se o investimento na substituição de luminárias tradicionais por LED em edifícios, instalações e jardins municipais, com vista a uma maior eficiência energética.

Entre mais de uma dúzia de pavimentações e repavimentações, com grande enfoque, este ano, na Freguesia de Quinta do Anjo, a concretização da segunda fase da ação HUB-10, Plataforma Humanizada de Conexão Territorial, correspondente à Estrada dos Quatro Castelos, teve particular impacto, pela sua extensão e contributo para a qualificação da zona industrial de Vila Amélia. Foi criado um novo arruamento entre a Av. Joaquim Lino dos Reis e a Rua de Aljubarrota, em Aires, que se constitui como uma importante via alternativa à Estrada Nacional e irá ligar, no futuro, à Av. dos Caminhos-de-Ferro. Por administração direta, as equipas municipais continuaram incansáveis na conservação de estradas, caminhos e bermas, em todos os pontos do Concelho. O desempenho da Carris Metropolitana no Concelho foi permanentemente monitorizado, com frequentes ajustes para ir ao encontro das necessidades identificadas, e foram instalados 13 novos abrigos de passageiras/os.

Num Concelho de grande extensão e povoamento disperso, a intervenção na área das infraestruturas acontece, naturalmente, em dois eixos: remodelação das redes existentes e expansão para servir zonas periurbanas. Em 2023, a par do trabalho permanente de execução de ramais e conservação dos sistemas, o Município deu início ou adjudicou um importante conjunto de empreitadas, onde se destacam a execução da rede de drenagem de esgotos domésticos ao longo da EN 379-2, na Lagoinha, e a 2.ª fase de drenagem de águas residuais domésticas em Cajados. Em substituição dos promotores, o Município concluiu os trabalhos na Quinta dos Farias e as infraestruturas elétricas na urbanização Val'Flores (PT 16 e PT 04), em Pinhal Novo. Minimizar as perdas de água é objetivo central da estratégia de abastecimento do Concelho e, além dos perto de 5.000 metros de prolongamento de rede executados (número mais alto do quadriénio), salienta-se a remodelação da rede de abastecimento da Rua Miguel Cândido, em Cabanas, e o início da empreitada de ligação dos novos furos de captação de Fonte da Vaca ao reservatório da Fonte da Vaca, essencial para garantir maior disponibilidade de água para reserva e distribuição no maior núcleo urbano do Concelho.

Depois do arranque da recolha de biorresíduos onde já existia serviço de recolha porta-a-porta de RSU, em novembro de 2022, este foi o ano de grande implementação deste projeto, alargado a restaurantes e cantinas. Foram, igualmente, implementados um projeto-piloto de recolha coletiva de biorresíduos, com 22 contentores inteligentes em espaço público, e compostagem comunitária, com instalação de compostores comunitários em Quinta do Anjo (junto à Horta Comunitária) e na União das Freguesias de Poceirão e Marateca, acompanhados de ações de informação à comunidade. No total, foram recolhidas e encaminhadas para valorização 937 toneladas de restos alimentares. O Município implementou, também, uma nova gestão do sistema

de recolha e valorização de Óleos Alimentares Usados, com equipamentos inteligentes e o aumento de pontos de deposição para 40. Ao longo do ano, intensificaram-se as ações de sensibilização e fiscalização relativas à deposição ilegal de monos e outros resíduos. Face à celebração dos Autos de Transferência de Competências com as Juntas, na área da limpeza urbana e conservação dos espaços verdes, 2023 foi um período de mudança e adaptação. No entanto, algumas tarefas de apoio mantiveram-se sob alçada municipal, tendo sido criada uma brigada para o efeito.

TURISMO E ECONOMIA LOCAL

No turismo, assistiu-se à evolução da estratégia definida para o território, assente nos valores locais e no trabalho em rede, identificando oportunidades de promoção e desenvolvimento, como a presença em certames nacionais e internacionais, o acolhimento de fam trips ou a participação no "Portugal Branding", programa nacional de desenvolvimento de marcas territoriais, para realização de um diagnóstico estratégico da marca "Palmela Conquista", que celebrou uma década. A conclusão da empreitada de instalação da "Janela da Arrábida", no Espaço Fortuna, foi marcante, num ano repleto de eventos com forte impacto e capacidade agregadora de públicos e parceiros, como Palmela Wine Jazz, Feira Medieval, Concurso de Doçaria, "Viva o Natal no Município de Palmela", Fórum Turismo (numa edição especial, com dois dias) ou o regresso do Festival do Moscatel. O programa de promoção gastronómica "Palmela, Experiências com Sabor" registou um novo impulso, com a diversificação do calendário de iniciativas e a associação à jovem chef palmelense Marta Nunes, enquanto madrinha do programa. A aquisição de uma cadeira para pessoas com mobilidade reduzida, destinada ao pedestrianismo e disponível para cedência a entidades parceiras, foi um importante contributo para boas práticas de turismo inclusivo.

No campo da valorização dos produtos endógenos, o Município apoiou fortemente certames como o Festival Queijo, Pão e Vinho, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó, o Mercado Caramelo ou a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão, que continuaram a qualificar os seus programas e atraíram milhares de visitantes. De igual modo, verificou-se, ao longo do ano, a dinamização crescente de atividades nos mercados municipais, com visibilidade acrescida para pequenas empresas produtoras e artesãos/ãos, e manteve-se a presença do Município em grupos de trabalho diversos, com vista à promoção da economia circular, da transição alimentar na AML e do incremento da produção biológica. A dinâmica da Incubadora de Empresas, que realizou o seu primeiro "Dia Aberto", permitiu a autonomização de quatro empresas incubadas e o acolhimento/desenvolvimento de novos projetos, que beneficiaram de acompanhamento próximo, divulgação, contactos com outras empresas e redes de apoio. Palmela organizou, em parceria com a Associação Industrial Portuguesa - Câmara de Comércio e Indústria, mais um encontro da Enterprise Europe Network, com a participação de várias empresas locais e nacionais,

num importante momento de partilha de informação para quem procura novas oportunidades de negócio e cooperação empresarial ou o acesso a novos mercados.

ANÁLISE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

As receitas arrecadadas, cerca de 65,7 milhões de euros, correspondem ao segundo valor mais alto do quadriénio 2020/2023 e apresentam uma taxa de execução de 97,4%. Comparativamente a 2022, as receitas diminuíram cerca de 2,3 milhões de euros.

Os Impostos Diretos apresentam um valor de 29,4 milhões de euros e assumem, no seu conjunto, o maior peso, representando 44,8% do total da receita arrecadada.

As Taxas, Coimas e Penalidades registam o segundo maior valor do quadriénio (2,8 milhões de euros), devido ao resultado, em 2021, da receita proveniente do pagamento das licenças para emissão do alvará da Administração Conjunta da AUGI da Quinta da Torre – Marquesas I e III (4,8 milhões de euros).

A Venda de Bens e Serviços Correntes apresenta um aumento de 12,1% (+1,4 milhões de euros), resultante, no essencial, da receita proveniente da renda da EDP (+707 mil euros) em virtude da renda do 4.º trimestre de 2022 e a do 4.º trimestre de 2023 terem sido registadas no ano económico de 2023, da alimentação escolar (+81 mil euros) e da faturação da água e respetivas tarifas associadas (saneamento e resíduos sólidos) (+580 mil euros).

As Transferências Correntes apresentam um acréscimo de 7,5% (+1,2 milhões de euros). Esta evolução resulta das Transferências Correntes do Orçamento de Estado (+1,5 milhões de euros) devido à transferência de receitas no âmbito das transferências de competências (+1,7 milhões de euros) e da Participação Fixa do IRS (+431 mil euros). Ao invés, regista-se a diminuição do Fundo Social Municipal devido à transferência em 2022 de verbas retidas de anos anteriores.

As Transferências de Capital apresentam um acréscimo de 3,9% (+120 mil euros). Para esta situação, contribuiu o valor recebido em 2023 de projetos financiados pelos fundos comunitários.

Os Passivos Financeiros (receitas provenientes da utilização de empréstimos de médio e longo prazo contratados) registam um valor de 527 mil euros arrecadados em 2023, enquanto que no ano anterior recebeu-se 2,1 milhões de euros.

No capítulo da despesa, foram efetuados pagamentos no valor de 74,6 milhões de euros (mais 15,1% que no ano 2022), dos quais 44,8 milhões de euros afetos diretamente às Grandes Opções do Plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos foi de 85,5%.

O grau de eficiência pode ser medido através da capacidade de realizar objetivos ao menor custo, o que se obtém através da relação entre a despesa associada às GOP e a despesa total. Este indicador sofreu uma melhoria em 2023, comparado com 2022, e apresenta uma taxa de 60,1%,

o que significa que mais de metade do valor da despesa total paga é imputada diretamente às Grandes Opções do Plano.

Por outro lado, a produtividade pode ser medida através do rácio entre as despesas com as GOP e os meios consumidos com as/os trabalhadoras/es. Este indicador também apresenta uma subida em 2023: passou de 153,4% em 2022, para 161,5% em 2023, isto é, por cada 100 euros gastos em pessoal em 2022, foram gastos cerca de 153,4 euros em atividades e investimentos do Município, enquanto que em 2023, por cada 100 euros gastos em pessoal, foram despendidos cerca de 161 euros.

As despesas com pessoal registam em 2023, comparativamente ao ano anterior, um acréscimo de 3,4 milhões de euros (+13,7%). Esta situação é resultante, no fundamental, da publicação de vários diplomas legais de valorização em todas as carreiras, que impactaram na atualização do níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória Única, operada por duas vezes (início do ano e intercalar) pelos Decretos-Lei n.º 84-F/2022 e DL n.º 26-B/2023, bem como medidas de valorização nas categorias de assistente operacional para as/os detentoras/es do módulo de 30 anos de antiguidade, com repercussão nos aumentos dos valores que servem de referencial ao cálculo do trabalho suplementar.

Em paralelo, registou-se, ao abrigo da agenda do trabalho digno, o incremento dos valores dos subsídios no âmbito da proteção da parentalidade (Lei n.º 13/2023 e DL n.º 53/2023) e a atualização das prestações familiares (abonos de família, bonificação por deficiência, etc.), com especial incidência no aumento do valor percentual das majorações nos agregados monoparentais.

Destaca-se, ainda, por ocasião da finalização do ciclo de avaliação (SIADAP 3) reportado ao biénio 2021/2022, a consumação de alteração de posicionamento remuneratório ao abrigo dos regimes obrigatório (10 pontos) e regra (opção gestionária), com abrangência de um universo de 255 trabalhadoras/es.

A Aquisição de Bens de Capital registou um acréscimo face a 2022 de 16,6% (em termos absolutos, +2,2 milhões de euros), o que representa o melhor valor em termos absolutos no quadriénio (15,3 milhões de euros).

A Aquisição de Bens e Serviços apresenta um acréscimo de 2,6 milhões de euros (+13,9%), comparativamente ao ano 2022. Este aumento é resultante, no fundamental, do desenvolvimento da atividade municipal.

As receitas correntes foram superiores ao somatório das despesas correntes com a amortização média dos empréstimos de M/L prazo, dando cumprimento ao equilíbrio orçamental estabelecido na Lei das Finanças Locais.

No final de 2023, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, de um total de 1,8 milhões de euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, sendo este praticamente o valor correspondente às dívidas a fornecedores.

Na mesma data, estavam por receber de dívidas ao Município cerca de 4,7 milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais, cujos dados ainda não é possível apurar com rigor.”

Sobre a proposta de Prestação de Contas 2023, numerada DAFRH 01_08-24, intervêm

O **Sr. Presidente** continua a sua explicação e acrescenta que existe o foco na qualificação do serviço público, num concelho que cresce, que tem antigos e novos desafios, numa autarquia onde a organização é muito dinâmica, que continua a procurar renovar e valorizar as equipas. Continua a sua explicação, fazendo referência às competências da Administração Central que foram assumidas, dando como exemplo a educação, que já vinha do ano anterior, e a ação social, tendo ainda o processo de receção da preparação das competências na área da saúde.

Apresenta também o facto de, paralelamente, terem sido transferidas para as Juntas de Freguesias verbas (que no seu entender deveriam de ser transferidas pelo Orçamento Geral do Estado), não apenas para os contratos interadministrativos e acordos de execução (que são protocolados entre a autarquia e as juntas no âmbito de competências que são da Câmara Municipal), como também no âmbito do que são as competências próprias das Juntas de Freguesia, tais como: limpeza, conservação dos espaços verdes e mobiliário urbano, gestão de mercados, entre outros.

Realça ainda o facto de ser um ano que fica marcado pela ampliação da rede de equipamentos disponibilizados à comunidade, onde existiu um aumento exponencial e transversal à atividade. Destaca a oportunidade de inaugurar alguns equipamentos e a realização de um trabalho muito profícuo com a comunidade na preparação de um conjunto de medidas e as comemorações do 50.º aniversário do 25 de Abril que se iniciou no ano passado.

Dá enfoque à Estratégia Local de Habitação, nomeadamente o seu grande desafio e ao trabalho muito intenso, sempre a contrarrelógio, pois conseguiram, no mês de março de 2024, fechar as candidaturas para os programas que estavam abertos, candidatando 113 fogos.

No que diz respeito ao ano de 2023, destaca os processos que conseguiram fechar e, com a entrada em vigor do Regulamento e do Concurso da atribuição de habitações municipais em regime de arrendamento apoiado, a entrega dos primeiros 16 novos fogos habitacionais a famílias carenciadas.

Destaca ainda a intensificação da luta pela concretização de investimentos que eram da responsabilidade da Administração Central. Uma luta intensificada pelo trabalho institucional de propositura para o ativo e de contratualização, pois foi possível não só garantir os compromissos

com a Administração Central para a construção do Novo Posto da GNR em Poceirão, como também se conseguiu contratualizar, com a saúde, a candidatura para a Unidade de Saúde de Quinta do Anjo (cujo prazo para a resposta tem sido sistematicamente adiado, agora para final de mês de abril). Refere que o compromisso está assumido e tem tudo pronto para que, assim que haja resposta, lançar o concurso de uma obra tão importante para a população da Quinta do Anjo.

Reforça que o presente documento permite perceber os elevados níveis de execução do Município em praticamente todas as áreas, mas sobretudo num desafio permanente que é a infraestruturação de um território que é o mais extenso da Área Metropolitana de Lisboa, de aonde se destaca a qualificação de zonas urbanas, a adaptação do espaço público, novos equipamentos sociais e de serviços com obras e medidas que se inserem nas medidas de sustentabilidade, valorização e inclusão.

Informa que foi possível começar a desenvolver a candidatura nas Comunidades Desfavorecidas – a Operação Integrada Local Poceirão Marateca, sobretudo em muitas áreas de intervenção do social, do ambiente e de muitas coisas imateriais, com as primeiras medidas de projetos, obras e aquisições de bens e serviços.

Alude que foi também um ano de forte trabalho técnico, que consome muitas horas e muito engenho às equipas municipais, com o conjunto de candidaturas e proposituras que influenciam os programas aos quais se podem candidatar, seja no âmbito da AML, como é o caso do Investimento Territorial Integrado, como uma ITI que irá até 2027, mas que só a partir de março de 2024 é que começaram a abrir os avisos, dos quais já estavam preparados e trabalharam desde o ano passado para candidatar as obras que estão no plano para o presente ano, estando, neste momento, a avançar com os procedimentos para projetos e fazer as candidaturas aos respetivos avisos.

Não estando refletido no documento em números, enaltece o trabalho interno intenso, pois os serviços municipais estão sob enorme pressão para que não se perca nenhuma oportunidade.

No âmbito da Modernização do Serviço Público, salienta a renovação das equipas (estão com muitos trabalhadores a reformar-se) com o permanente recrutamento de novos trabalhadores, com 72 novas admissões. Refere ainda o trabalho de formação e sessões de acolhimento, a alteração do posicionamento remuneratório, a opção gestionária, e sublinha a área da qualificação, modernização e motivação do pessoal, fazendo referência à forte oferta formativa que se fez na área da Saúde Ocupacional, com o Encontro Nacional de Saúde Mental – intervenção em contexto laboral, com o plano estratégico da saúde ocupacional do Município (do qual saúda), o reforço de exames e consultas médicas, a vigilância da saúde e o investimento realizado em equipamento de proteção individual.

Faz também referência à distinção do Município como marca de entidade empregadora inclusiva, atribuída pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, prática que considera ser de gestão

inclusiva e de valorização, onde se procura sempre fazer mais e melhor, sendo determinante para que a organização responda melhor e com maior grau de produtividade, eficácia e eficiência.

Evidencia novamente a quantidade de trabalho executado por administração direta, reforçando a qualidade como aspeto fundamental para procurar responder (definindo prioridades) ao que é essencial no serviço público e explica que, para tal, os trabalhadores precisam não só de medidas de acompanhamento, formação e desenvolvimento pessoal e profissional, como também de maquinaria e equipamentos, tendo, por isso, sido um ano em que se fizeram muitos procedimentos para se conseguir renovar a frota. Porque o fornecimento deste tipo de viaturas carece de prazos, ou porque não existem ou porque precisam de se adaptar às especificidades e características especiais, assume que não correu como esperado, e que mesmo assim se conseguiu reforçar com 6 novas viaturas ligeiras de mercadorias, uma viatura adaptada para o Centro de Recolha Oficial dos Animais, uma retroescavadora e mais um veículo pesado para limpeza urbana (que demorou um ano a ser entregue dado à sua especificidade, sendo o primeiro veículo movido a gás natural, no concelho).

No campo da Transição Digital, informa que existiu um trabalho enorme pois, em *backoffice*, todos os *workflows*, procedimentos, formulários e informatização que facilitam, têm de ser criados, trabalhados, com formação e em articulação com as aplicações e as empresas que as disponibilizam no mercado de num trabalho interno de construção de todo o funcionamento e *workflow*.

Realça ainda o facto de ter sido um ano de grande adaptação pela entrada dos serviços online no urbanismo, com a adaptação ao Regulamento de Urbanização e Edificação do Município, a realização de formação interna e *webinar*.

Um esforço de investimento que também foi feito no software de aplicações que considera ter sido determinante para a gestão quotidiana da organização que vai desde o melhor controlo da assiduidade, centro de recolha animal, controlo do sistema de habitação das rendas, da recolha de bioresíduos (pois tem de prestar contas de forma rigorosa e informatizada para atingir determinados objetivos) e gestão de atividades, sem esquecer as formações na área da Cibersegurança, adaptação do Sistema de Informação Geográfica, na lógica da *Smart Citie* e a conclusão da implementação do software *opensource* QGis.

Na área da Comunicação Institucional, transmite que os serviços têm trabalhado ativamente na informação e divulgação, em campanhas específicas, algumas muito robustas, algumas já no terreno e outras que serão anunciadas em breve, na área da educação, na igualdade e não discriminação e na área do ambiente (prestes a ser apresentada).

No que concerne à comunicação interna e externa, através de boletins, refere que a intenção e desafio é ter informação clara, com conteúdo corretos e de utilidade pública, tendo-se registado no sítio oficial da autarquia progressos enormes nos últimos anos. Partilha que receberam um primeiro lugar num dos critérios de sites municipais do que diz respeito a conteúdo, tipo e

atualização. Em outros indicadores e critérios, obtiveram um resultado global de 18.º lugar no Ranking Global de Sites de Municípios, num estudo sobre *Local eGovernment* em Portugal.

Salienta o crescimento do atendimento telefónico mediado pelos serviços online, permitindo uma maior facilidade de comunicação através de telefone ou de email, mas que sendo o fluxo muito grande, responder torna-se muito mais difícil. Regista o aumento de 29% no atendimento telefónico nos serviços online e apesar de se dar muita atenção aos pedidos de intervenção e às reclamações, ainda se registaram 15,3% no número de reclamações. Continua preocupado pois as pessoas têm que ter uma resposta cabal a todas as suas questões.

No âmbito da Participação e da Cidadania destaca os vários eixos programáticos do “Eu Participo”, desde jovens munícipes, trabalhadores e infanto-juvenil (relembra o encontro da Associação de Moradores que permitiu promover uma cidadania mais ativa e interventiva no local de trabalho de várias comunidades).

Destaca o trabalho realizado em torno da formação e sensibilização, no eixo do plano municipal de igualdade de género, junto das IPSS (Instituto Particular de Segurança Social), da Comunidade Educativa, Associações e a presença, muito ativa, na Rede das Autarquias para a Igualdade, onde têm aprendido muito.

Salienta o aumento substancial na execução financeira do objetivo Segurança e Ordem Pública, que engloba o permanente apoio aos Grupos de Bombeiros Permanentes (integralmente pago pelo Município às Associações de Bombeiros), o conjunto de atividades de discriminação positiva e os apoios que são atribuídos. Dá nota que foram transferidas verbas para a aquisição de viaturas de combate a incêndios, das quais as Associações do concelho não tiveram direito no âmbito da distribuição que existiu para o país nos últimos dois anos. Para além desta execução que cresceu muito por via do aumento das transferências para os Corpos de Bombeiros, salienta ainda a execução física de um conjunto de ações de cultura de segurança, com a Academia de Proteção Civil, com um Curso Técnico Profissional de Proteção Civil na Escola Secundária de Palmela (com os primeiros estagiários a saírem) e a 1.º Conferência Nacional sobre Políticas de Proteção Civil.

Quanto à Educação, Social, Cultura, Desporto, refere que é do conhecimento de todos o que foi recebido com a transferência de competências.

Alude o trabalho imenso na gestão, organização, investimento e tudo quanto diga respeito à educação, tendo também sido trabalhada a modernização e substituição de mobiliário escolar. Realça a intensa campanha de requalificação dos espaços de jogo e recreio e logradouros, onde nunca se investiu tanto nas estruturas de jogo e recreio, para que estes estejam em condições de segurança em todas as escolas. Dá nota das obras significativas na copa e cozinha de apoio na Escola e Jardim de Infância n.º 1 de Olhos de Água, da empreitada de reforço estrutural da Escola Básica da Palhota e de todo o trabalho que se tem desenvolvido no diagnóstico de preparação para lançamento de projetos de requalificação de escolas que passaram para a alçada do Município e do qual se está a preparar a candidatura ao programa existente para o efeito.

Lembra o anúncio da abertura do concurso para a requalificação da Escola Hermenegildo Capelo e o trabalho, desde há um ano e meio, num processo de igual natureza para a Escola José Maria dos Santos (estão em fase de conclusão).

Considera determinante o reforço do pacote de medidas de apoio às famílias, que já se vinha a tomar – tal como o passe gratuito até aos 23 anos que foi iniciado em setembro, a continuidade da oferta dos Cadernos de Atividade, o aumento do número de bolsas de estudo, a melhoria da qualidade e oferta do suplemento alimentar, que não sendo um pequeno almoço, é um reforço alimentar muito bem aceite e aproveitado nas escolas do pré-escolar ao 1.º ciclo.

Dá nota que os Jogos Desportivos Escolares, as Festas de Encerramento do Fantasiarte, com a participação de milhares de alunos, tendo sido aberto a IPSS e colégios privados, e os respetivos esforços e investimentos do Município porque, de outra forma, muitas escolas não teriam acesso a estas dinâmicas.

Sublinha que em 15 dias conseguiram concluir a candidatura à Unidade de Saúde de Quinta do Anjo, que está a aguardar, com o projeto aprovado (com algumas alterações a fazer) mas pronto para assim que, assim que houver “luz verde”, avançar.

Releva o desenvolvimento do processo com vista à assunção de competências na área da Saúde, que está a ser muito complexo, porque, há data, ainda existem instalações e contratos que não passaram para o nome do Município. Lembra que, nesta matéria, sempre tiveram muitas dúvidas e aceitaram-nas um pouco em “contra-vontade”.

Aponta que estiveram particularmente ativos na área da saúde onde têm atribuições: promoção, sensibilização, carrinha móvel, trabalho junto da pessoa idosa, todas as campanhas de vacinação - gripe e covid-19 - nas estruturas residenciais de idosos, públicas ou privadas ou do 3.º setor, que são fortemente apoiadas logisticamente pelo Município, uma despesa que a saúde não faz, mas que o Município faz como um investimento na saúde, acabando muitas vezes por ultrapassar as suas atribuições, sobrepondo-se às suas competências.

Lembra que na Ação Social foram feitos os protocolos de cooperação com as várias IPSS que continuam a assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social e informa que as verbas transferidas pela Administração Central para este setor estão a ser bem geridas e, de uma maneira geral, suficientes para as respostas, sobretudo porque existe uma rede fortalecida com outros apoios complementares, tais como o Cabaz Solidário Saudável, apoio ao Banco Alimentar Contra a Fome, trabalho em parceria com os vários grupos sociocaritativos, a disponibilização de novas instalações para a Loja Social da Paróquia de Pinhal Novo e para a Fabrica Paroquial da Freguesia de São Pedro da Marateca e no Centro Comunitário de Águas de Moura.

Destaca ainda um conjunto de apoio a obras e candidaturas das várias IPSS.

Realça o empenho e apoios que o Município tem colocado para funcionamento da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) que tem cada vez mais processos e que merecem alguma

preocupação, ultrapassando o que lhe é acometido, pois não pretendem deixar cair esta estrutura. Lembra que já foi tomada uma medida política para que seja revisto o quadro de funcionamento e apoio a estas estruturas a nível nacional.

Informa que arrancaram com o processo de atualização do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social e respetivo plano de ação e que obtiveram, pelo 7.º ano consecutivo, a distinção de "Autarquia Mais Familiarmente Responsável" pelo conjunto de políticas que estão integradas nas áreas da educação, social ou cultura.

Sobre a Estratégia Local de Habitação, da qual já mencionou, realça os 16 fogos já entregues e a aquisição de 25 fogos, onde fizeram muitos projetos e empreitadas de reabilitação, projetos de arquitetura e especialidades.

No que diz respeito ao Centro Histórico, destaca a grande dinâmica de recuperação e revitalização, facto que também se traduz na existência de mais pessoas a candidatar-se às reduções do IMI por via da reabilitação e do arrendamento.

Enfatiza o ano determinante para a conclusão da proposta da revisão do Plano Diretor Municipal (que espera trazer a reunião de Câmara Municipal no mês de maio) porque, apesar de andarem há três anos em reuniões bilaterais, conseguiram fechar centenas de dossiers e aspetos críticos, que tiveram pareceres condicionados favoráveis da parte das entidades da administração central (onde continua a existir muita inépcia e indisponibilidade para reunir e responder a "tempo e horas"). Manifesta a sua satisfação pois, no final do ano passado, conseguiram fechar o essencial e, no início do presente ano, com o apoio da CCDD-LVT e com alguma pressão, conseguiram fechar outras "pontas".

Na intensidade de trabalho, refere ainda o trabalho conjunto com várias AUGI nos seus processos de reconversão, através de protocolos que permitiram a utilização de infraestruturas que são essenciais para que as suas casas fiquem legalizadas nesses espaços e que devem ter acesso a essas infraestruturas básicas.

Nos Equipamentos, destaca a conclusão e inauguração do Centro Comunitário de Águas de Moura, num investimento de mais de 600 mil euros, do Centro Comunitário do Monte do Francisquinho, que comemora o primeiro aniversário no dia 25 de Abril, e tem uma ocupação intensa por parte de várias estruturas que vão desde o social ao associativismo, e as obras de eficiência energética no Centro Cultural do Poceirão.

Na área da Cultura e Património, enfatiza todos os grandes eventos de Ordens Militares, o trabalho realizado nas Bibliotecas Públicas em formação, eventos de livros, debates, poesias, literaturas, hora do conto, concursos de leitura, com prémios para jovens, mostra gastronómica "Pela Boca entra a Literatura", todo um trabalho que tem cada vez mais atividade, adesão, presença e usufruto.

Destaca ainda o trabalho do Centro Integrado de Apoio com Pessoas com Deficiência da Fundação COI, com quem também trabalharam em projetos que visam a inclusão – “Laços de Leitura”, num trabalho muito interessante, da qual a Biblioteca procurou responder aos desafios dos utentes desta fundação. Mais destaca o atendimento a imigrantes, onde as Bibliotecas acabam por ser uma frente de atendimento público, para outras áreas que não apenas a cultura e a literatura.

Na vitalidade cultural, aponta todos os eventos que são referência no concelho, o facto de estar sempre a crescer novos desafios, projetos novos da parte das associações e o facto de ter sido um ano que o cinema de qualidade, de autor, de documentário, com a presença de realizadores e de críticos, voltou em força a Palmela, onde se ultrapassaram todos os objetivos, sublinhando a adesão do público quer do concelho, quer da Área Metropolitana de Lisboa.

Dá nota de ter sido um ano de enorme dinâmica, batendo recordes, no “Março a Partir” e a outros trabalhos na área da Juventude que têm vindo, progressivamente, a alargar para atingir outros objetivos. Informa da submissão de uma candidatura para avaliação, no sentido de perceberem em que estado estão algumas políticas de juventude, tendo, através da Federação Nacional das Associações Juvenis, Palmela obtido o certificado e a bandeira de Município Amigo da Juventude, com o selo de 4 estrelas, o que significa que têm mais estrelas a atingir, pois sabem que têm de fazer mais nesta área.

Continua a sua informação, fazendo referência à grande dinâmica da Rede de Equipamentos Desportivos, com muitos investimentos e mais ações: mais Centros de Marcha e Corrida, início da construção de Campos Padel no Pinhal Novo, conclusão dos balneários do Polidesportivo do Bairro Alentejano.

Assinala os vários investimentos não só nas escolas, mas também em espaços públicos, na ordem dos 500 mil euros, nos Espaços de Jogo e Recreio.

Faz referência à realização de um conjunto de provas desportivas de referência e à existência do turismo desportivo, visibilidade, marketing territorial e visitação, atividades da cultura, do desporto e dos tempos livres, que considera serem investimentos na qualidade de vida das pessoas, no seu desenvolvimento integral, na sua cidadania e também um investimento na promoção territorial, na visitação que mexe com a economia local.

Chama a atenção no capítulo do Desporto, para o 1.º Congresso do Desporto Adaptado, modalidade que, no concelho de Palmela, tem um programa, um plano que é operacionalizado em parceria com a Divisão de Cultura e Desporto, a Palmela Desporto e por outras áreas do social. Informa que, para além da natação adaptada, existe também a Boccia e o Hipismo, e que continuarão a procurar alargar, pois considera importante para o desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Na Qualificação do Território, salienta o trabalho em torno das questões climáticas, que é priorizado, e um conjunto de medidas avulso, tais como de eficiência energética, painéis solares, sistemas inteligentes de rega, entre outras, cuja medição, com indicadores e com metas a atingir em determinados estados e anos deve ser efetuada. Informa que, depois do Plano Metropolitano para as Alterações Climáticas, estão a trabalhar no Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas que foi aprovado a nível intermunicipal. Mais informa que estão também na monitorização de um projeto piloto europeu e que aprovaram, recentemente, e assinaram publicamente o Roteiro para a Transição da Neutralidade Climática no concelho.

Enaltece o muito trabalho realizado na área da sensibilização ambiental, na área das escolas, com parceiros locais, que é transversal a toda a organização municipal, pois vai desde os setores da educação, à biblioteca ou ao desporto.

Da área dos Verdes e dos Jardins, destaca o Pinhal Novo Verde, as ações de plantação “A Nossa Serra, Ama, Planta e Cuida”, o Jardim António Ferreira da Costa e a conclusão da 2.ª fase da remodelação do Jardim José Maria dos Santos.

Na área do Bem-Estar Animal, realça o crescimento do trabalho do CROA, do número de animais esterilizados no âmbito do CED – Captura, Esteriliza e Devolve, da colocação de mais abrigos para felídeos, a criação do primeiro parque matilhas do concelho (pioneiro na região), a aquisição de viatura adaptada para o setor e as melhorias na zona do gatil. Informa que esta é uma frente de trabalho onde têm investido muito e vão continuar a investir pois existe cada vez maior sensibilidade para estas matérias. Destaca o trabalho efetuado na rede de cuidadores informais que existem na comunidade, com a criação de regulamentos para apoiar um conjunto de particulares que são importantes para o bem-estar animal na comunidade que se voluntaria, para além das associações de bem-estar animal que apoiam financeiramente.

Na área da Rede Viária e Infraestruturação, faz referência aos mais de 12 arruamentos novos e pavimentados e às repavimentações na EN 533 e 533-1, onde fazem troços no valor de 300 mil euros de cada vez. Garante que irão continuar a fazer durante o presente ano e, para isso, pretende contrair um empréstimo para fazerem mais alguns troços desta vez alargados. Dá como exemplo a estrada municipal, das mais longas do país, com 40 quilómetros, que começa no Penteado e vai até à Loja Nova, cuja repavimentação deve de ser feita por fases.

Realça ainda o grande investimento realizado no ano de 2023, destacando a conclusão da via estruturante da Estrada dos 4 Castelos e do arruamento da Avenida Lino dos Reis com a ligação à Rua Aljubarrota, em Aires.

Na área dos Transportes, a Carris Metropolitana começa, na sua perspetiva e dos utentes, a responder melhor às necessidades dos utilizadores, a funcionar melhor, com menos reclamações existentes. Refere que continuam, ainda assim, a corrigir aspetos com a operadora e com a Carris Metropolitana e que se encontram na fase de preparação da rede de mobilidade suave, com candidaturas a próximos troços de ciclovias, mas também com candidaturas à rede de abrigos.

Na área das Infraestruturas, com um povoamento disperso, bairros de reconversão urbanística e zonas periurbanas, realça o investimento, na ordem dos milhões, em saneamento e dá como exemplo as obras na Lagoinha e em Cajados (com mais uma fase a terminar). Informa que, em Abreu Grande, existirão mais duas empreitadas que, depois da verba disponível no empréstimo para investimento, irão lançar muito em breve – com trabalhos feitos em projetos, aprovação, consulta a entidades durante todo o ano de 2023.

Destaca ainda a conclusão de empreitadas, que duraram dois anos, em loteamentos abandonados, desafios que tiveram que aprovar tudo novamente, desde novos projetos a novas exigências, particularmente com a E-redes, dando como exemplo a os trabalhos na Quinta dos Farias e também uma zona importante de eletrificação na zona de Vale Flores.

Na requalificação das redes, mais de 5 quilómetros de novos prolongamentos e mais uns quantos de reabilitação. Estes números estão mais visíveis na Matriz da Água que anualmente se publica e vai dando conta do trabalho de reabilitação que é feito.

Na área dos Resíduos, salienta a entrada em força da recolha de biorresíduos, tendo Palmela ficado nos lugares cimeiros da recolha. Mais salienta o alargamento da implementação, não só na zona do Porta-a-Porta, como também a outras zonas e a atividades económicas, a passagem para os biorresíduos coletivos e comunitários com a colocação de 22 contentores inteligentes em espaço público, a colocação de compostores comunitários na Quinta do Anjo e na União das Freguesias de Poceirão e Marateca e a implementação da nova rede de recolha de óleos alimentares usados.

Aponta a existência de deposição ilegal de monos e resíduos que para além das campanhas de sensibilização, situação que requer outros meios na fiscalização e apoio das entidades policiais para penalização dos prevaricadores.

Foi um ano em que entrou em vigor a transferência de competências da conservação dos verdes, limpeza e outras atividades afins, para as juntas de freguesia.

Na área do Turismo, dá realce à muita atividade com referências positivas a Palmela e a todas as iniciativas que já constituem selo e marca, que tiveram edições de sucesso, desde a Feira Medieval, ao Wine Jazz, ao regresso do Festival do Moscatel. Frisa a presença em certames nacionais e internacionais. Faz referência que ao concelho não cresce mais nas estatísticas em termos de dormidas porque, apesar da procura ser grande, ainda não arrancaram duas unidades hoteleiras e perderam camas turísticas no Palmela Village.

Estão a participar no Portugal *Branding*.

Na valorização de produtos endógenos, alude os eventos de referência do Município, desde a Mostra de Vinhos, o Festival Queijo, Pão e Vinho, a Feira Agrícola do Poceirão e Mercado Caramelo, com a existência de uma dinamização comunitária em torno dos produtos de excelência.

Evoca a aposta na promoção da economia circular nos Mercados de Produtores, o plano de trabalho para a produção biológica, a incubadora de empresas, com grande sucesso e que continua com novas empresas, sendo que outras já se autonomizaram.

Faz referência ao trabalho conjunto com a Associação Industrial Portuguesa – Câmara de Comércio e ao encontro *Enterprise Europe Network* com oportunidades de negócio no tecido empresarial no âmbito da cooperação.

Relativamente a obras, destacou as mais emblemáticas, mas partilha que foi um ano intenso, em que a execução financeira e orçamental corresponde, salvo uma ou outra rubrica, à dinâmica existente.

Relativamente a alguns números de desvios de execução, sublinha que é necessário conhecer o que se passa no país sobre esta matéria. Lembra que no ano de 2023 pagaram 15,3 milhões de euros de aquisição de bens de capital, registando um valor recorde de investimento, mas, ainda assim, existem desvios na execução física e financeira de muitas obras e empreitadas. Assume que existem situações que não conseguem prever, tais como as obras dos Paços do Concelho ou do antigo quartel da GNR de Palmela, as quais considera serem incidentes que gostavam que fosse possível inaugurar tudo a “tempo e horas”. Adverte que quando se analisam estes desvios importa ter em conta o panorama do setor da construção civil no ano de 2023. Informa que, de acordo com o IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção), tiveram sucessivamente o aumento dos índices de custos, que se mantiveram sempre em alta (o setor cresceu 3,1%, o índice de produção da engenharia civil cresceu 6,2%, o índice de preços também cresceu imenso). Mais informa que, apesar dos títulos de construção, alvarás e certificados terem crescido, continua a verificar-se que o mercado ainda não está dimensionado para responder ao conjunto de obras públicas e privadas que estão em curso no país, sendo esse um fator que poderá colocar em causa a execução executar tudo o que está previsto no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Lembra ainda que existem concursos que ficam, sistematicamente desertos e empresas que acabam por encontrar diversas dilações para prorrogar o que é necessário, situação sobre a qual o concelho de Palmela não está imune, pois existe falta de matéria prima e de mão-de-obra.

Realça ainda o facto de existirem um conjunto de obras que atravessam eixos de vias férreas, quatro estradas nacionais e uma autoestrada, outras nas imediações de todas estas servidões que precisam de autorização de todas estas entidades e as respetivas dificuldades para conseguirem projetos aprovados e conseguirem respostas a “tempo e horas”. Recorda que, no ano de 2023 tiveram mais de 80 concursos para projetos e obras e mais de 70 empreitadas e precisavam do dobro das pessoas que estão na Divisão de Estudos e Projetos e Empreitadas.

Alerta para a emissão da faturação do final do ano de 2023 e a sua transição para o ano de 2024, facto que se traduz numa execução física diferente da execução financeira, ou seja, a obra está

feita, mas não está financeiramente executada, porque não foi paga em 2023, mas sim nos primeiros dois meses de 2024.

Congratula a capacidade das equipas municipais por conseguirem atingir o valor mais alto do quadriénio.

Nos meios financeiros, aponta para um conjunto de rácios, que são tecnicamente explanados e apurados, onde se verifica o aumento do investimento por habitante, a par do aumento do nível de atividade por habitante e, ao mesmo tempo, uma diminuição do valor da receita dos impostos diretos por habitante, dando como exemplo a diminuição do IMT.

No capítulo da Eficácia, verifica-se uma evolução positiva do desempenho, com exceção da execução da receita, (onde estimavam ir mais além por causa da média que foram obrigados a meter da receita do IMT que sabiam que não se iria manter nesses níveis, mas a técnica da elaboração dos documentos é desta forma).

Na Eficiência e Produtividade, que é medida através do rácio entre despesas com as Grandes Opções do Plano e os meios consumidos, só com a despesa com pessoal (é assim feita a medição), também apresenta uma subida em 2023, pois passou de 153,4%, no ano de 2022, para 161,5%, no ano de 2023, ou seja, por cada 100€ gastos em pessoal em 2022, foram gastos 153€ em atividade e investimento e, no ano de 2023, foram despendidos 161€.

Refere que, apesar de ter uns rácios mais positivos e outros menos positivos, consoante os anos e a execução, são estes os resultados e são inquestionáveis.

Nas Funções Sociais, realça que continuam a crescer e que, com a transferência de competências dos últimos anos, sabem que terão de executar mais na área.

Apresenta os seguintes exemplos e explicações:

- A Educação com 21,87%, que inclui uma grande parte de apoio social.
- A Saúde 0,79%, quando a obra for executada esta percentagem irá crescer.
- Segurança e Ação Social 1,70%, grande parte da ação social está na educação e a habitação passou a ter uma expressão maior por via das responsabilidades da Estratégia Local de Habitação.
- Ordenamento do Território é residual pois trata-se, sobretudo, de trabalho técnico interno e têm aquisições de serviços que só pagam quando for apresentação do PDM. Só nessa altura é que poderão pagar as faturas às empresas externas que dão apoio técnico à respetiva elaboração e relatórios de monitorização (a despesa é para os anos seguintes).
- No Saneamento com 12,30%.
- Abastecimento de água 8,30%.
- Resíduos Sólidos 23,1%, no relatório é claro o que se recebe. Nos resíduos não chegam a 50% dos custos – refere-se a tarifas da taxa de gestão de resíduos e do aterro da Amarsul e da

contratação em Outsourcing, sem fazerem as contas com os custos da administração direta e de pessoal que corresponde a uma percentagem muito significativa.

- Proteção do Meio Ambiente e Natureza, existiu uma subida muito significativa com 7,33%.
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos (cultura, desporto, tempos livres, juventude, apoios a instituições e associações) com uma percentagem de 12,6%.

Conclui que as Funções Socais continuam a absorver a maior parte do investimento e do trabalho do Município, nas Funções Económicas o paradigma alterou um pouco nos últimos anos, pois existe um incremento no investimento na área do Comércio e Turismo, na Indústria e Energia está mais ou menos estabilizado e verifica-se um aumento substancial no investimento na rubrica Transportes Rodoviários, que inclui não só a mobilidade e transportes como também o investimento feito na rede viária municipal e tudo o que diz respeito ao espaço público e rede viária.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta todos os presentes e refere que estão reunidos para discutir um dos princípios fundamentais de uma democracia saudável que é a Prestação de Contas. Considera que, num momento em que a confiança nas Instituições Governamentais é tão colocada em causa e os cidadãos exigem cada vez mais transparência e responsabilidade, é crucial que se centrem neste tema vital.

Evoca que a Prestação de Contas não é apenas uma formalidade burocrática, pois deve ser a espinha dorsal da governança democrática, sendo o garante para que os eleitos não apenas cumpram com as suas promessas, como também atuem no melhor interesse dos seus munícipes. Considera ainda que, sem Prestação de Contas, o poder pode facilmente desviar-se dos interesses públicos, minando os princípios democráticos pelos quais votam. Neste sentido, se o executivo opta por elaborar um documento tão descritivo como o que têm presente, refere que é obrigação de todos lerem, analisarem e discutirem exaustivamente.

Desempenhando o Relatório de Contas um papel crucial da análise da atividade do Poder Local, julga que uma análise exaustiva de um documento tão estruturante como este, não devia estar condicionado a uma reunião de Câmara Municipal onde, para além deste ponto, ainda se contempla a análise e aprovação de mais 15 pontos que também eles merecem atenção.

Considera ser lamentável que, ano após ano, seja referida a necessidade de uma reunião própria para este tema, não só da parte bancada do Partido Socialista como também da parte de todos os Vereadores eleitos que ali se encontram, pelo que se sentem literalmente ignorados. Lamentam, porque em democracia a opinião dos outros também deve ser válida e em Palmela, isso, nem sempre acontece.

Tendo os eleitos do Partido Socialista analisado o documento que foi disponibilizado com a atenção que o mesmo deve merecer (dá os parabéns a todos os que estiveram envolvidos na

elaboração do mesmo), o mesmo reúne um conjunto de observações que consideram que devem ser tidas em conta pela maioria.

Destacam o facto de, mais um ano, terem um orçamento inicial de aproximadamente 73 milhões de euros, que termina com mais de 87 milhões. Referem que se trata de uma subida muito elevada, que é explicada pelas transferências do Orçamento do Estado, pelos ajustamentos, pelos fundos do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e também pela incorporação do Saldo de Gerência. Existe uma discrepância evidente, mas que não conseguem verificar se este aumento se reflete em serviços que são prestados diretamente à comunidade.

Da avaliação que efetuaram, constataam que a receita arrecada em 2023 continua a manter-se acima dos 65 milhões de euros, sem considerar o Saldo de Gerência, e corresponde ao segundo valor mais alto do quadriénio (tal como está referido no documento). Constatam ainda que o principal impulsionador da receita é a proveniente dos impostos diretos, muito próximo dos 45%. Consideram, que é objetivamente visível, que autarquia tem conseguido arrecadar dinheiro, sendo o único problema, o reinvestimento desse dinheiro de forma eficaz e célere em prol da população.

Ao nível da despesa, verificam uma taxa de execução de 85,5%, não sendo explorada essa execução até ao fim, apesar de se ter melhorado relativamente ao ano transato, continuando a ser o maior peso a afetação aos Recursos Humanos. Verificam também que, ao nível das despesas de capital, existe um aumento relativamente maior que o ano anterior, o que mostra maior investimento, que consideram ter sido por força da fraca execução que existiu em 2022, onde muito do que estava previsto transitou para o ano de 2023, muito devido aos subsídios do PRR. Ressalvam que a despesa, nomeadamente a despesa corrente e algumas despesas de capital, estão comprometidas não só pela questão do Pessoal, como também por outras entidades à qual a Câmara Municipal tem de pagar os serviços pelos quais prestam.

Relativamente aos rácios, observam que são positivos porque a estrutura financeira da Câmara Municipal é positiva. Referem que estes oferecem também algumas informações sobre o desempenho e a evolução das atividades e que estes indicadores têm de ser analisados pois estabelecem as relações entre as contas das demonstrações financeiras, balanço, a demonstração de resultados, quantificam factos quando detetam anomalias e também fazem comparações no tempo. Consideram que existem alguns rácios que são favoráveis (como o **Sr. Presidente** já deu conta), mas outros deixam preocupação e aponta como exemplo o rácio que analisa a população do Concelho de Palmela *versus* o número de trabalhadores do Município. Tendo este rácio 59,5%, consideram ser uma percentagem manifestamente insuficiente para dar uma resposta atempada às solicitações da comunidade. Refere que fizeram algumas comparações com outros concelhos: Concelho de Setúbal, o rácio está nos 65,51%; Almada em 69,61%; Seixal nos 67,32%, tendo concluído que Palmela é dos concelhos com o menor rácio. Questionam o facto de, com a descentralização de competências, ter sido possível diminuir a média de trabalhadores

num ano – existem menos 13 trabalhadores do que no ano de 2022. Continuam a sua análise e manifestam a sua preocupação relativamente à média de idades dos(as) trabalhadores(as), que no ano de 2022 era de 51 anos (superior a 50 anos em todas as categorias profissionais) e em 2015 era de 47,7 anos, o que vem reforçar a necessidade de contratação e melhoria do rácio do número de trabalhadores por população. Consideram ser preocupante nas categorias operacionais, o que explica o aumento de horas de baixa médica e a consequente diminuição de resposta em termos de realização de trabalho.

Relativamente às Grandes Opções do Plano e à sua concretização no ano de 2023, constata-se uma taxa de execução superior à existente no ano de 2022, facto que consideram positivo. No entanto, não podem esquecer que no ano de 2022 a taxa de execução foi inferior à do ano de 2021 (ano em que se vivia ainda os tempos da pandemia), pelo que consideram ser imperioso que o ano de 2023 tivessem um aumento da sua taxa de execução anual. Contudo, observam que ainda existem alguns níveis de execução que gostariam que fossem explicados, como por exemplo: nas Funções Gerais, onde apenas têm uma taxa de execução aproximadamente de 23% no que diz respeito à Qualidade e Modernização, Formação e Informação, ou seja, praticamente nada foi feito nesta área. Nas Funções Sociais, sublinham ainda a taxa de execução de 41,59% no Desporto na Escola, que apesar de ter sido superior à do ano de 2022, continua muito aquém do que se poderia fazer a nível concelhio. Apresentam ainda outro exemplo, que raramente não é abordado em reunião de Câmara Municipal, como os problemas do lixo, das lixeiras a céu aberto, dos depósitos de lixo em qualquer lugar do concelho, a falta de cidadania de alguns que não cumprem as regras e mais uma panóplia de situações, onde a conclusão é que se precisa de sensibilizar os munícipes e depois analisam o relatório e existe apenas uma taxa de execução de 14% nos projetos de promoção ambiental, o que mostra que foi feito praticamente nada.

Na área da Cooperação Institucional - Saúde, uma área tão importante para o Município, principalmente com a transferência de competências, uma execução de 21,52% demonstra que, provavelmente, muito está a “meio gás”.

Relativamente à Juventude, outra área que necessita claramente de ser repensada, pois, além do desinvestimento existente e das poucas ou inexistentes ideias novas, não se consegue a execução dos fundos disponíveis, situação que vem confirmar o que a Juventude Socialista tem afirmado constantemente no Conselho Municipal da Juventude.

Igual análise fazem para a execução de programas e projetos de dimensão social, onde apenas se executaram 31,88% e na rede e parceiros 40%, níveis de execução que apenas refletem o que a bancada do Partido Socialista vem referindo desde sempre relativamente à intervenção social no concelho, onde existe um défice evidente de trabalho nesta área.

Ao nível da Cultura, constata-se uma taxa de execução muito baixa, quer para os programas ou projetos municipais. Solicitam um balanço sobre o projeto ArtemRede e o impacto que tem tido no panorama local.

Nas Funções Económicas pedem esclarecimento sobre o facto de terem 6 projetos incluídos em orçamento e com uma capitação para o ano 2023 e estarem todos sem execução, à exceção de um dos projetos, "o Pomar", mas que também apresenta uma taxa de execução de 37%.

Verificam ainda que, no "Eu Participo Trabalhadores Municipais", existe uma nítida falta de capacidade para a implementação de muitos dos projetos propostos, sendo a exemplo mais marcante a proposta do TeamBuilding, já com 4 anos de atraso, em que apenas foi realizada uma ação, para as chefias, ficando a faltar os restantes, por volta de 1150 funcionários a que se soma a necessidade de serem os funcionários a solicitar este tipo de atividades aos Recursos Humanos e não o inverso, situação que define bem a relação deste serviço com a organização.

No que toca ao Relatório de Atividades realizado pelos serviços, consideram que não existem grandes alterações, onde após anos os textos são os mesmos, as atividades são as mesmas, salvo raras exceções, facto que mostra que os serviços não se encontram pró-ativos o suficiente para fazer e propor novas ações.

No Capítulo do Atendimento e Encaminhamento dos Municípios, apesar das iniciativas existentes em 2023, consideram que o atendimento telefónico continua a ser muito complicado (palavras de quem precisa de usar os serviços), com grandes períodos de espera para os cidadãos que precisam de contactá-los. Ao nível do Balcão Digital, pelo que acham que o aumento da utilização não deveria ser consequência da inserção do Urbanismo, mas do normal crescimento da utilização em todas as áreas, situação que seria expectável na atual fase de desenvolvimento de serviços digitais, muito inicial e ainda com muitas respostas por implementar.

Quanto aos dados relativos ao Portal da Câmara, Informativo, Balcão Digital e Redes Sociais, consideram que são claramente insuficientes para perceber o público atingido nas várias plataformas e a eficácia efetiva no processo de comunicação, pois reportar no relatório o número de *posts* é insuficiente para análise (pode-se fazer um milhão de *posts* e não terem quaisquer visualizações ou interações).

Nas Tecnologias de Informação, as aplicações Mediadata e a Gestão Documental da Autarquia consideram que continuam a apresentar grandes limitações ao trabalho diário da mesma, pois o sistema apresenta falhas, atrasos, interrupções e um conjunto de anomalias na utilização aos trabalhadores e, apesar de nunca ter sido medido, faz perder muitas horas de trabalho em toda a organização, pelo que seria interessante fazer um estudo e analisá-lo.

Manifestam preocupação sobre a existência de 140 processos ativos a nível de doença profissional, aproximadamente 12% do total dos trabalhadores. Sendo muitos trabalhadores,

questionam se os riscos já se encontram identificados e se já foram encetadas medidas para a prevenção de novos casos.

No programa de Apoio à Pessoa Idosa, mais uma vez, constata-se que foram atribuídos 18 cartões em todo o ano, pelo que, num concelho a envelhecer (dados dos Censos), parece que não se está a fazer um grande trabalho na parte do envelhecimento ativo, situação que já reportaram várias vezes.

Mais uma vez, referem e sublinham que não faz qualquer sentido, no relatório constar a descrição de processos que são trabalhados a nível da CPCJ, pois não se trata de um trabalho do Município, mas sim de várias entidades oficiais autónomas, entre as quais se enquadra a Câmara Municipal. Referiram este assunto o ano passado e voltam a constatar que existe uma descrição exaustiva de todos os processos que são trabalhados e a forma de como são feitos, situação que não faz qualquer sentido.

Ao nível das medidas de Apoio Social, manifestam que gostariam de ter visto espelhado algumas medidas mais pormenorizadas no primeiro ano de atividade, após a transferência de competências. Sabem que se trata de uma área sensível e apesar de a autarquia ter mantido, e bem, os protocolos com as IPSS no terreno, consideram que seria uma mais valia para todos, observar como decorreu nesse ano, através de uma análise e descrição que deveria de ter sido mais exaustiva.

Ao nível do CLASP (Conselho Local de Ação Social de Palmela) não conseguem perceber se a análise foi feita em sede de CLASP.

Quanto às delegações de competências nas Juntas de Freguesia, que são abordadas no relatório, consideram que poderia ser importante reforçar algum apoio técnico necessário ao processo na sua generalidade, pois existem Juntas de Freguesia que parece estarem a deparar-se com grandes dificuldades na adaptação a este processo, dando como exemplo crasso a Junta de Freguesia de Pinhal Novo.

Observaram outro dado que os preocupou: o serviço de Sacções para Resíduos de Construção e Demolição, que parece aparentar uma estagnação, apesar do imenso aumento de várias pequenas obras particulares que todos sabem que existem no espaço público e que se vê junto a contentores. Segundo o relatório, cada Sacção tem um valor de 29,22€, pelo que sugerem que a baixa de preço ou tornar o serviço gratuito poderia ser um mote de uma campanha para evitar despesas maiores na recolha destes resíduos.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** mostra a sua concordância com o mencionado pelo Partido Socialista, pois para um documento desta natureza, justificava-se uma reunião de trabalho única para se poder aprofundar as questões. Refere que se trata de um documento grande, com muitas ações, ainda mais com as novas competências que foram atribuídas pelo Governo, pelo que se

justificava uma análise mais técnica, com os eleitos e caso necessário com a presença dos técnicos.

Lê o texto que se transcreve:

«Quando apreciamos tecnicamente um relatório de atividades deveremos ter em linha de conta o que foi previsto a ser realizado pelo plano de ação, verificar o que foi realizado e o que não foi e qual a razão porque não foi. A análise política, não esquecendo as questões técnicas é um pouco diferente. Se o M CCP se absteve na votação do Plano de Atividades e Grandes Opções do Plano para 2023, porque era pouco ambicioso e sem visão estratégica, que análise deverá ser feita neste caso? Mantém-se a abstenção? Votamos contra ou votamos a favor? No caso de ter sido realizado tudo o que foi previsto? Obviamente que esta é uma discussão complexa. Continuamos a ver que em muitas ações previstas a serem realizadas em 2023, em vários domínios da atuação municipal, não foi gasto um cêntimo. Quando eu digo isto, é quando fiz a análise da execução do Plano Plurianual de Investimentos e a demonstração de execução das Grandes do Plano. Portanto, ou foi uma má previsão, por uma apreciação incorreta da realidade, ou não houve capacidade interna para realizar os projetos para posteriormente serem colocados a concurso, ou ainda devido a fatores externos ao Município, também não previstos. Vou dar apenas alguns pequenos exemplos dessas ações, obras ou projetos que não foi gasto um cêntimo de acordo com os dados demonstrados neste trabalho:

- . A construção da nova escola na zona nascente do Pinhal Novo;
- . A construção da nova escola básica em Palmela;
- . A infraestruturização faseada de Olhos de Água;
- . A requalificação de arruamentos no Centro Histórico de Palmela;
- . A remodelação de condutas e atravessamento da linha de caminho de ferro no Pinhal Novo;
- . O arranjo paisagístico da Avenida do Bombeiros de Palmela, em Palmela;
- . Palmela Cidade Criativa da Música;
- . A requalificação do Parque Mário Bento.

São apenas, alguns exemplos, dos muitos que existem de que estão com zero cêntimos gastos em 2023.»

O Sr. Presidente interrompe, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** responde que na rubrica estava um valor para ser gasto no ano.

O Sr. Presidente volta a interromper, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** afirma que viu os valores e é fácil de ver.

Continua:

«No âmbito da construção do plano para 2023, o MCCP foi ouvido no âmbito da Lei 24/98 – Estatuto da Oposição, na altura, sugerimos ao Presidente 5 projetos, tendo, depois da discussão acordo em 4 projetos, a saber:

1. A requalificação da Avenida Alexandre Herculano, desde o cruzamento da Avenida Natália Correia até ao viaduto sobre o Caminho de Ferro. Porque é a principal artéria e a mais icónica junto da população pinhalnovense, esta requalificação teria direito, na nossa opinião, a um concurso de ideias, mas não. Por informação dos serviços, em final de 2023, em novembro, ter-se-á começado a desenvolver um estudo preliminar e foi encomendado um levantamento topográfico. No entanto, não encontrei qualquer referência a este projeto no documento em análise (não se refere a dinheiros gastos).
2. A requalificação da Estrada Nacional 379, no troço entre o cruzamento com a Avenida do Palmelense Futebol Clube e o Lardo do Chafariz Dona Maria I, com respetiva modernização da estação dos transportes públicos coletivos. Isto foi a proposta do MCCP. Foi incluída uma verba para a elaboração do estudo prévio do projeto no valor de 200 mil euros, no Plano de Atividades para 2023. Em novembro de 2023, fui informado pelos serviços de que se estava a desenvolver internamente um estudo preliminar e que também foi mandado elaborar um levantamento topográfico. E que se estava também a ver a análise dos verdes ao longo da avenida. No entanto, no documento em apreço, não encontrei qualquer referência a esta ação, nomeadamente valor financeiro gasto.
3. Implementação de um plano de sensibilização/educação ambiental com uma duração mínima de quatro anos. (Isto está interligado com aquilo que o Partido Socialista disse na sua intervenção). Em novembro, fui informado que o plano estava a ser trabalhado, entre os diversos serviços, estando em preparação o procedimento por empresa externa. Neste documento, também não encontrei qualquer referência a este trabalho. Apontam-se verbas gastas em ações de educação e sensibilização ambiental, mas do que li que se referem no fundamental à comemoração de efemérides, obviamente havendo depois ações, mas dispersas e sem qualquer efeito de ligação dos diferentes serviços.
4. A criação de um Fundo de Emergência Social, em parceria de atuação com as Instituições Sociais do Concelho, foi também uma proposta do MCCP. Também no final do ano passado fomos informados de que este fundo não teria expressão orçamental, pois as suas funções seriam realizadas pelo serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e que as IPSS iriam ficar com essa responsabilidade. Obviamente, este não era o objetivo do MCCP.

Resumindo e concluído, na nossa opinião estes quatro projetos que o **Sr. Presidente** aceitou incluir no Plano de Atividades, aquilo que foi feito no ano de 2023 foi nada. Portanto, sentimo-nos enganados em relação aquilo que foi acordado no âmbito do Estatuto da Oposição e que na

nossa opinião e do que analisámos no documento não foi feito absolutamente nada feito, a não ser aquilo que dizem os serviços: um levantamento topográfico ou os serviços estão a trabalhar para. É interessante que não se verifica, nem sequer o nome destes projetos no atual plano.

Na área de apoio social direto, a Câmara Municipal dá apoios irrisórios. Por exemplo, no Cabaz Solidário Saudável, só estavam previstos 4.500€, mesmo assim, só foram gastos 2.632,20€. Mais uma vez dissemos que é um apoio diminuto e mais uma vez afirmamos que esta periodicidade desta oferta, que é uma boa oferta, deve ser muito maior e aumentada ao longo do ano.

Na área social aparecem mais duas ações, a saber: o Menu Solidário, apoio alimentar de emergência e Acompanhamento Social, fundo social de emergência. Estes são os títulos das ações, mas, mais uma vez, sem qualquer valor gasto.

As Alterações Climáticas e a constante subida média da temperatura anual, não são devidamente tidas em conta, por este executivo. Continua-se a colocar alcatrão nos aceiros, como se colocava há 20 ou 30 anos. Havendo opções disponíveis amigas do ambiente e não tendo em linha de conta a evolução negativa que o ambiente está a ter a nível do planeta.

Acontece o mesmo com a plantação das árvores. A plantação é feita, mas na nossa opinião a um ritmo lento e desajustado das necessidades.

Os atrasos nas respostas aos cidadãos particulares e investidores no departamento urbanístico continuam. E não foi o acesso online aos serviços que melhorou a situação.

Acredito que as contas (porque não aborda essa situação), refletem corretamente os movimentos financeiros e a atual situação financeira do Município. (Aproveita para felicitar os técnicos responsáveis pelo trabalho técnico realizado). No entanto é evidente que a visão que o MCCP tem para o Concelho de Palmela hoje, e o Concelho de Palmela daqui a 20 ou 30 anos é bem diferente da visão que a CDU tem, pelo que o sentido de voto do MCCP será contra.»

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** congratula o trabalho realizado, pela sua extensão e complexidade e dá os parabéns à equipa que o executou.

Considera que esta complexidade deveria também levar a que o documento fosse fornecido com maior antecedência, pois contém muita informação e merece, pela sua importância, uma análise detalhada que necessita de algum tempo. Também sabe que no passado já foi sugerido que se dedicasse uma reunião do executivo exclusiva para a apreciação do documento, tal como afirmou a bancada do Partido Socialista, e verificam que, não só não acontece como têm uma reunião com 16 pontos, a que se juntam as saudações e os assuntos que todos têm e devem trazer para o Período Antes da Ordem do Dia. Considera ainda que, para os vereadores que não fazem parte do executivo e que têm, normalmente, uma vida profissional paralela, torna-se complicado fazer uma análise minuciosa e exaustiva como é merecida e necessária para um documento tão importante.

No entanto, e de acordo com a análise que efetuou ao documento, verifica, tal como em anos anteriores, que termina com um valor orçamentado muito superior ao orçamento inicial e isto, sempre fruto maioritariamente do Saldo de Gerência que transita de uns anos para os outros. Constata que, neste caso, o orçamento inicial era aproximadamente de 77,557 milhões de euros, o que significa 83% do valor com que termina: 87,307 milhões de euros. Verifica que a receita arrecada, cerca de 65,7 milhões de euros, foi inferior à de 2022, aproximadamente 68,3 milhões de euros. Continua a sua análise e considera que, com uma taxa de execução alta de 97,4%, a Câmara Municipal continua a arrecadar bem a receita, onde verifica também que o valor da transferência de IRS que a Câmara Municipal arrecada, continua a subir em relação aos anos anteriores: 4,6 milhões de euros, ou seja, mais 10,6% que no ano de 2022. Considera por isso que a taxa de devolução do IRS aos municípios que o PSD todos os anos propõe e que o executivo camarário sistematicamente ano após ano chumba, poderia ser aplicada. No capítulo da despesa, constata que o pagamento foi de 74,6 milhões de euros, superior à despesa paga de 2022, com uma taxa de execução de 85,5%, também superior a 2022 com 79,5%. Ainda assim, considera ter sido muito aquém dos valores desejados, principalmente nas taxas de execução das despesas de capital, que é apenas 71,8%.

Contendo o documento diferentes tipos de análises, em valor absoluto, em percentagem em relação ao ano anterior, em relação ao orçamento inicial, em relação ao orçamento final, considera que, não sendo de fácil análise, os rácios ajudam imenso e são importantes. Faz menção aos rácios, na página 34, e dá como exemplo o rácio do Investimento sobre receitas totais, que relaciona a origem dos fundos com a sua aplicação, e mostra que, apesar de ter subido em relação ao ano anterior, a percentagem mantém-se baixa, num valor de 23,3%. Continua com os exemplos aponta o rácio da Eficiência e Produtividade (Grandes Opções do Plano *versus* a despesa total), da página 35, com um valor de 60,1%, mais alto que no ano de 2022, mas ainda assim, no seu entender, baixo.

O Sr. Presidente interrompe, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que pode, por exemplo comparar em relação a outros municípios e aponta a relação da despesa com o rácio do investimento pago *versus* o previsto, com 70,7%, ou as Grandes Opções do Plano executada *versus* as Grandes Opções do Plano previstas, com 80,9%.

Em relação à taxa de execução das GOP's, considera que existem vários apontamentos de diversas rubricas onde é difícil aceitar taxas tão baixas em áreas importantes e vitais para a população e para o concelho, e aponta alguns exemplos:

Nas Funções Sociais: Desporto na Escola 41%

Na Saúde: Requalificação, conservação, manutenção e funcionamento da Unidade de Saúde: 34,59% e Cooperação Institucional: 21,52%

Na Habitação e Urbanismo: recuperação do Centro Histórico de Palmela: 40,9%

No Saneamento, Redes de Esgotos: 54,51%.

Nos Projetos de Promoção Ambiental: 14,55%. Considera incompreensível num Concelho onde são claras e visíveis as dificuldades na recolha do lixo e monos e onde existem preocupantes lixeiras a céu aberto. Lembra que numa das últimas reuniões de Câmara Municipal, mencionou o caso das lixeiras na freguesia da Quinta do Anjo, que não se conseguem controlar ano após ano e não se consegue fazer mais investimento com uma maior taxa de execução).

Nas Funções Económicas: Promoção e eficiência energética: 53,62%

Melhorar a Rede Viária Rural: 49,6%, ou seja, não chega a metade do que estava previsto, pelo que considera incompreensível, uma das maiores dificuldades do Concelho, com uma verba destinada que não é grande e só se consegue executar cerca de metade da mesma.

Também no Plano Plurianual de investimentos considera a taxa total de execução preocupante, com 70,71%, e destaca os seguintes projetos: Desporto com 46,25%; Cultura, 63,26% e Educação com 48,97%.

Salienta, ainda que quanto ao Relatório de Atividades realizado pelos serviços, na página 366, na caracterização dos Recursos Humanos e comparativamente a 2022, na parte respeitante aos fiscais – no quadro dos Recursos Humanos, existiam dois fiscais técnicos e que agora não vem caracterizados, pelo menos com essa designação. Questiona ainda existem ou se deixaram de existir. Solicita este esclarecimento pois considera que a fiscalização da Câmara Municipal já é tão escassa, que precisa de mais recursos humanos e, por isso, considera estranho desaparecer esta especialidade. Realça que, na página 364 no que diz respeito às ausências, verifica-se um aumento enorme por ausências por greve (No ano de 2022 eram 766 dias e no ano de 2023 passou para 2154 dias). Aponta que, na página 404, em relação às Bolsas de Estudo, é feita referência a 70 bolsas atribuídas em 2023/2024 e, no quadro, aparecem 78 bolsas. Assinala um grande decréscimo na dotação corrigida, assim como uma baixa taxa de execução, que se verifica na página 438, no ponto do Ordenamento do Território. Refere que o mesmo foi verificado nas GOPs, nas Funções Sociais, no Ordenamento do Território, com uma taxa de execução de apenas 35%, com um valor na dotação baixo no PDM, que se confirma, no texto da página 438, que se atribui ao projeto do PDM esse decréscimo. No entanto, refere que na introdução e nas análises efetuadas é ressalvado que o ano 2023 foi determinante para a conclusão da proposta do PDM, pelo que solicita esclarecimento relativamente a este assunto.

Relativamente ao PDM, acrescenta que esperam que, no ano de 2024, se inicie a discussão e consulta pública e que não se fique apenas pelo que é o normal, com a publicação em editais, Diário da República ou jornal do Município que, como é do conhecimento de todos, não é o suficiente (relembra a situação ocorrida com a Estratégia Local de Habitação para Aires e de todas a questões que daí surgiram).

Sugere que se coloque uma rede de *mupis* pelas freguesias, em locais públicos, recintos desportivos, escolas e a criação de um site com toda a informação e ferramentas adequadas de subscrição, alertas e newsletters como é feito por vários municípios. Pretende um processo transparente e acessível de informação que deveria ser obrigatório para que toda a população seja envolvida e conhecedora.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** presta alguns esclarecimentos quanto a algumas questões e observações que foram colocadas.

Começa por responder à **Sra. Vereadora Mara Rebelo**, juntando alguns esclarecimentos quanto à proteção do meio ambiente e campanha de sensibilização, também levantadas pelo **Sr. Vereador Carlos de Sousa**.

Menciona que, tal como no ano passado, é misturado o que são projetos de promoção ambiental com campanhas de sensibilização, situações que são diferentes. Refere que os 14% de execução dizem respeito aos projetos de promoção ambiental.

Cita alguns e explica o motivo da taxa de execução financeira parecer que ficou por concretizar, situação que é diferente. Relativamente aos projetos de promoção ambiental, dá como exemplo a rubrica da adaptação climática as estações meteorológicas onde foram incluídas verbas para aquisição de duas estações meteorológicas, tendo uma sido adquirida através do apoio do mecenato e outra pela Câmara Municipal, pelo que, financeiramente, não se esgotou o que estava atribuído e poupou-se a verba. Ainda na questão da Adaptação Climática e nos projetos de promoção ambiental, dá nota que os trabalhos para a consultadoria externa não foram adjudicados sendo que o mesmo que foi executado internamente, gastando-se, por isso, menos do que estava previsto. Refere ainda o projeto da Horta Comunitária de Quinta do Anjo, que também foi desenvolvido internamente, resultando, igualmente, em verba que não se gastou. Dá nota que a obra está em curso no presente ano e, financeiramente, terá reflexo nas contas de 2024. Continua a explicar os 14% de taxa de execução, assinalando o projeto "Prado bio diverso", onde estavam previstos 18 mil euros e, atendendo ao que foi o desenvolvimento e a implementação no Pinhal Novo Verde, os serviços aperceberam-se que a natureza na sua própria regeneração acabou por ela própria criar um prado bio diverso. Relativamente ao PLAAC – Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas, um projeto de promoção ambiental, foi também desenvolvido internamente e por isso não tem reflexos financeiros no que são as suas conclusões nas mitigações a verter para o plano de ação climática. Assinala também o CicloExpresso, outro projeto de promoção ambiental que está inserido nos 14% (Trata-se de 14.100€, que começou no ano letivo em setembro de 2023, e que terá reflexo financeiro no ano de 2024), reconhecendo que, neste caso, existe um atraso na sua execução que contribui negativamente para a taxa de execução. Realça que tudo o resto são materialização de ações, concretização de investimento,

em promoção ambiental e não Campanhas de Sensibilização Ambiental, situação que considera ser diferente.

Quanto à Campanha de Sensibilização, dá nota do que já foi justificado. Informa que existiu um atraso no desenvolvimento na campanha integrada, situação que não significa que a mesma não esteja a ser desenhada. Relembra que já foi informado que já existe uma equipa externa a trabalhar com as equipas internas nesse sentido. Refere que foram feitas Campanhas de Sensibilização, e dá como exemplo as presenças nas escolas com o Gabinete do Ambiente, onde foram trabalhadas matérias sobre as Alterações Climáticas. Também com o apoio da ENA (Agência de Energia e Ambiente da Arrábida) e do Gabinete do Ambiente foram às escolas trabalhar este tema, que originou uma exposição que sensibiliza para os riscos que o território enfrenta. Dá nota, igualmente, que foi realizada formação à comunidade sobre compostagem comunitária.

Continua a apresentar exemplos, como a realização de formação e ações de sensibilização com distribuição de folhetos e colocação de outdoors, no que são os fenómenos e riscos climáticos. No CROA (Centro de Recolha Oficial de Animais) – e porque a sensibilização não só resíduos, mas sim todas as vertentes para a qual a autarquia tem competência – informa que no Dia do Animal existiram campanhas de sensibilização junto das escolas, com jogos didáticos, com verba assinalada. Realça que existe uma política de proximidade cada vez maior com campanhas de sensibilidade em que o CROA desloca-se aos eventos da comunidade de forma a sensibilizar para as práticas de adoção e do bem-estar animal, com a distribuição de folhetos e merchandising. Existiram também campanhas de sensibilização para o pladur e óleos alimentares usados. Iniciou-se, como referido o desenho da campanha de resíduos de forma mais integrada, como é desejo de todos e essa, sim é uma falta de que regista.

Isto para explicar que os 14% não são só a Campanha de Sensibilização Ambiental são sobretudo projetos de promoção ambiental.

Relativamente ao teambuilding refere que, no ano de 2023, fez-se uma atividade setorial com o pessoal dos Resíduos que envolveu encarregados, técnicos e dirigentes.

No que concerne às Alterações Climáticas, dá nota que reduzir a intervenção da Câmara Municipal apenas diz respeito à pavimentação é redutor. Volta a frisar o que afirmou numa reunião de Câmara Municipal, para além de todos os exemplos em matéria de alterações climáticas que mencionou, que o tratamento das linhas de água, as desinfestações, o tratamento da salubridade, saúde pública e as plantações, são ações que visam das alterações climáticas e não só. Relembra a plantação de cerca de 2 mil exemplares no ano de 2022, e, no ano de 2023, foram menos porque a ação “A Nossa Serra Ama. Planta. Cuida” depende da vontade dos particulares que são os titulares dos seus terrenos e não podem ir plantar árvores em terrenos particulares, tendo sido feito um novo apelo, para que os próprios se disponibilizassem a receber novas espécies e poucos o fizeram.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** sublinha que a Prestação de Contas demonstra o muito e bom trabalho que foi desenvolvido ao longo do último ano. Destaca a elevada taxa de execução da receita, com 97,4%, a taxa de execução de pagamentos com 85,5% e a existência de rácios positivos, que contribuiu para um aumento do grau de eficiência da autarquia, facto que o apraz registar. Salienta que existiu também, e não menos importante, um aumento da produtividade, rácio este que, considera, deve ser sempre valorizado, porque significa um reconhecimento pelo trabalho que é efetuado pelas equipas.

Sublinha também que foi definida uma estratégia de desenvolvimento, um rumo, um plano de ação e que foram concretizadas obras, projetos, iniciativas que tornam o Concelho de Palmela, a cada dia, um concelho mais atrativo para as pessoas e para as empresas, situação que se verifica pela existência de mais pessoas a residir e também pelo crescimento do número de empresas a instalarem-se no Concelho de Palmela.

Destaca que o território tem e oferece qualidade de vida e que o executivo tem tido a capacidade de trabalhar com os agentes económicos, sejam os que já estão instalados há muito no território, sejam aqueles que se vêm instalar e que encontram um ecossistema empreendedor, que é muito importante para alavancar os seus negócios, criar riqueza, emprego e, no fundo, dar um contributo para que o Concelho de Palmela seja um território cada vez mais moderno e desenvolvido. Nesse aspeto, valoriza o que tem sido a intervenção do movimento associativo, agentes sociais, culturais, agentes económicos com quem trabalham dia-a-dia.

Considera que a presente discussão é um momento de grande responsabilidade política, e que a mesma só pode ser verdadeiramente exercida com rigor e exatidão, fazendo um exame bem escarpado do que é o documento que se tem nas mãos.

Nesse aspeto começa por se dirigir à **Sra. Vereadora Mara Rebelo**, agradecendo a intervenção e que tomou em boa nota todas as questões que suscitou, pois, em 594 páginas do relatório, ter conseguido encontrar 10 ou 12 linhas de discordância parece-lhe causar uma validação positiva do trabalho que foi desenvolvido ao longo de 2023, pelo executivo da CDU.

Relativamente ao número de trabalhadores, concorda com o facto de existir uma necessidade efetiva de reforço das equipas e relembra que existem de vários concursos abertos, alguns dos quais que na última reunião de Câmara Municipal tiveram todos a oportunidade de aprovar que permitem o reforço das equipas, situação que irá continuar a acontecer. Relembra que, há alguns anos atrás, tiveram uma grande dificuldade em contratar, pois só se podia contratar um trabalhador depois de saírem dois, e que esse período acabou. Manifesta a sua satisfação pelo Partido Socialista afirmar que é de facto importante reforçar os trabalhadores, porque há alguns anos ouviu precisamente o contrário, pois existia uma grande despesa com trabalhadores e pouco investimento.

*Neste momento o **Sr. Vereador Raul Cristóvão** intervém, mas como não faz ao microfone não é possível a sua transcrição.*

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** responde que também não estava, mas ouviu e não foi há muito tempo.

*O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** volta a intervir, mas como não faz ao microfone não é possível a sua transcrição.*

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** responde que a história faz-se todos os dias, é evolutiva e dinâmica. Considera que existe, de facto, uma mudança de opinião que acaba por saudar.

Sobre as ações de Teambuilding, considera-as importantes e informa que estão previstas realizar outras ações.

Considera que na análise de um documento destes, é importante valorizar, criticar, refletir por aquilo que pode ser feito de outra forma, que se pode melhorar, evoluir, mas é também importante reconhecer o que é bem feito. Nessa medida, observa que não ouviu um único elogio e parece que a Câmara Municipal fez tudo mal, que os trabalhadores trabalham todos mal e isso não é verdade.

Nos Recursos Humanos, realça que podia-se ter falado na opção gestionária que a Câmara Municipal aplica e valoriza, valorizando os seus trabalhadores, permitindo-lhes ter outros rendimentos. Observa que os Srs. Vereadores têm conhecimento de que, ao contrário de Palmela, não são todos os municípios que aplicam esta opção.

Destaca distinção da marca Entidade Empregadora Inclusiva como outro elemento positivo, de uma intervenção integrada no plano estratégico de saúde ocupacional que tem tido resultados que consideram muito positivos. Este é um trabalho que se iniciou, que vai continuar, que tem dado frutos no presente e dará no futuro.

Relativamente às doenças profissionais, tranquiliza a **Sra. Vereadora Mara Rebelo**, pois todos os trabalhadores são acompanhados pelo Serviço de Saúde Ocupacional, pela médica do trabalho e pela psicóloga. Dá nota que têm equipas no terreno a falar com os trabalhadores, a ver os locais onde trabalham para perceber como acontecem os acidentes profissionais e a tomar medidas para que no futuro não aconteça e que esta realidade seja outra. Gostaria que as juntas médicas, das quais levam meses à espera que sejam marcadas e permitiriam a alguns trabalhadores estarem em casa reformados, porque têm um grau de incapacidade muito significativo, pudessem ter uma atuação mais célere, situação que seria de todo o interesse do Município e dos seus trabalhadores.

Quanto ao Atendimento Telefónico, esclarece mais uma vez que é necessário e importante mencionar o que está menos bem, mas também é importante valorizar o que é bem feito. Informa que atendimento telefónico registou um aumento de 29%, existiram melhorias e foi qualificado. Relembra que retomaram um projeto reconhecido a nível europeu e nacional, como um exemplo

de boas práticas: a Loja Móvel do Cidadão e que, recentemente, foi adquirida uma nova viatura que será brevemente entregue. Considera que este atendimento de proximidade, que vai ao encontro das pessoas e que é também uma resposta social, deve ser referenciado e valorizado, sendo uma marca do trabalho que foi feito ao longo do ano de 2023 e que continuará a evoluir durante o ano 2024.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** começa por referir que não iria intervir, mas face à intervenção do **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** a mesma suscitou-lhe algumas dúvidas. Questiona qual é o papel da oposição, que considera ser construtiva quando aponta com o que discorda. Neste caso em concreto, se foram só 12 pontos apontados pelo Partido Socialista, torna claro que a Câmara Municipal não fez só 12 atividades e que o Partido Socialista apenas tem dúvidas, levantando questões, que são positivas e não negativas, para se poder fazer melhor, na sua ótica. Considera que as óticas são em muitos aspetos claramente diferentes e é por isso que existem partidos diferentes, oposição e quem governa.

Considera ainda o presente documento como sendo de gestão, de quem governa e o Partido Socialista não faz uma política de “bota a baixo”, porque têm se absterido sistematicamente, permitindo que a maioria relativa da CDU possa governar, não se levantam questões de impedimento de governação autárquica, exatamente porque existem problemas para se resolver que são mais importantes do que tudo o resto.

Assume que o Partido Socialista que ganhar a Câmara Municipal, ser responsável pela gestão autárquica, que é um direito que lhes assiste em democracia, por serem oposição. Crê que fazem oposição construtiva e num aspeto positivo.

Salienta que em democracia também se evolui nas posições, facto que considera bom e cita uma frase de Ortega y Gasset “Somos nós e as nossas circunstâncias”. Considera que as circunstâncias mudam e as posições também mudam de forma a poderem evoluir de acordo com os momentos, situações e necessidades, que são cada vez mais complexos e rápidos. Assim, se existe uma evolução no sentido de que o Partido Socialista defende no presente de que são necessários mais trabalhadores na autarquia é porque sentem que existe maior responsabilidade, maior necessidade de capacitar a autarquia para melhorar a resposta aos anseios da população, sendo isso o que estão a fazer agora e o que têm feito, há pelo menos dois mandatos. Recorda que a discussão do mapa de pessoal tem sido feita de forma positiva e não negativa e que nunca foi dito pelo Partido Socialista que existem trabalhadores a mais num ou outro setor da autarquia, mas sim que é necessário reforçar setores, exatamente pela análise que fazem construtivamente. Dá nota que se abstêm porque o fazem sempre, por ser um documento que responsabiliza a gestão.

Considera ser importante que fique bem claro que, quando afirmam que as coisas não estão a correr bem ou não estão bem feitas, não estão a avaliar os trabalhadores, mas sim a aplicação

das políticas decididas em reunião de Câmara Municipal. Reforça que não avaliam trabalhadores e, se no presente, o trabalhador produz mais, é resultado de 3 fatores: melhor organização dos recursos humanos, melhor profissionalização e formação dos mesmos. Refere que sabem o que é trabalhar para uma entidade, o que é avaliar trabalhadores e também que tudo isto pode resultar num bom ou mau ambiente nos relacionamentos da organização. Observa que, se não colocam em causa esse ambiente, não estão a colocar em causa a avaliação dos trabalhadores nem a sua qualidade, pois não lhes cabe fazê-lo e seria errado.

Mais considera que podem questionar a política da gestão dos Recursos Humanos, mas nunca de determinado trabalhador ou setor e, quando mencionam a questão do serviço de Urbanismo, fazem-no por uma questão de melhorar, de existir uma melhor resposta, daquilo que os Municípios sentem.

Assume que continuaram na senda de uma oposição construtiva, com ideias que, certamente, não são as mesmas, pois têm opções gestionárias diferentes, e que se têm entendido no que é fundamental.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** presta os restantes esclarecimentos quanto às questões sobre o saneamento que foram abordadas pelos **Srs. Vereadores Carlos de Sousa e Roberto Cortegano**.

Sobre os 54% de execução mencionado pelo **Sr. Vereador Roberto Cortegano** e quanto à questão dos Olhos de Água referido pelo **Sr. Vereador Carlos de Sousa**, quando afirma que se fez zero relativamente à execução das infraestruturas de Olhos de Água, não concorda com o mesmo, pois foi no ano de 2023 que se desenvolveu a adaptação do projeto tendo o mesmo sido iniciado no início do ano de 2024. Assinala que a a execução financeira tem reflexo no ano de 2024, mas foi no ano de 2023 que se desenvolveu todo o trabalho para que o mesmo tivesse começado no início do presente ano. Sobre as questões dos 54% de execução, esclarece que o restante não ficou por fazer e dá nota que a obra se materializou no ano de 2023, como por exemplo o Hub10 que trabalhou a componente dessa área, ficando toda executada em 2023, mas que transitou financeiramente para 2024 devido à revisão de preços. Dá outro exemplo como a Estrada da Lagoinha, que transitou financeiramente e parte da execução, porque esteve suspensa pelas razões já explicadas anteriormente (cadastro que não estava atualizado, adaptação do projeto para desvio de uma nova conduta do saneamento por existência de outras infraestruturas). Faz ainda referência ao segundo procedimento que tiveram no segundo semestre do ano sobre os sistemas de drenagem residuais, porque era vontade de concretizar e não defraudar as expetativas dos munícipes, que transitou, mas a obra está executada.

Apela que, acima de tudo, devem olhar para o “copo meio cheio” e não para o “copo meio vazio” e realça que terminou a segunda fase de Cajados, a Rua da Holanda, a Rua João de Deus, a rede de residuais e pluviais no Jardim José Maria dos Santos. Apela ainda para os Srs. Vereadores

olharem para o esforço financeiro que continua a ser feito pelo Município, que ascende a quase 4 milhões de euros, com as características do Concelho que como todos sabem (tem 465 quilómetros quadrados de área e população muito dispersa). Salienta que continuar a ampliar a rede é um grande esforço quando não têm retorno desse investimento e destaca os cerca de 90% de cobertura no serviço de saneamento no Concelho e 82% nos aglomerados.

Termina, garantindo que vão continuar a fazer esse esforço, para bem da população e da sua qualidade de vida.

O **Sr. Presidente** refere que existem matérias que já condicionaram o sentido de voto de algumas bancadas mas, ainda assim, irá procurar justificar alguns aspetos.

Espera que numa próxima reunião extraordinária exclusiva para a Prestação de Contas, possam perder o argumento da falta de tempo e atenção para a análise aprofundada. Tem conhecimento que alguns Vereadores tiveram a oportunidade de o fazer, sendo por isso que se debruçam nos números e naquilo que é mais fácil encontrar: desvios, percentagens, mas sem haver a preocupação de ler o relatório de atividades. Considera que o relatório de atividades contém toda a explicação, é feito pelos técnicos, e depois nada é alterado. Lembra que podiam fazer o exercício de chegar ao final do ano, retirar tudo o que irá sobrar e, assim, existiam execuções em todas as rubricas na ordem dos 100%.

Refere que foi também esclarecido que existe 1,8 milhões de euros de faturação transitada e que a execução física é superior à execução financeira, o que significa que a obra está pronta, mas os autos só são pagos noventa dias depois. Realça o prazo médio de pagamentos de 16 dias (nunca foi tão baixo), considerando a lei dos noventa dias e dos pagamentos em atraso. Considera que existem questões de natureza técnica, da forma como financeiramente devem ser feitas, por toda a administração pública central e local, que provocam disparidade e devem ser entendidas.

Sobre os 49% de execução na rede viária referidos pelo **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, esclarece que as obras foram todas lançadas e em execução, sendo que algumas, devido a alguns obstáculos, transitaram de ano e foram concluídas no presente ano. Informa que esta foi das áreas com maior execução, pois fisicamente a obra e a empreitada estão lançadas, mas não estão concluídas, pelo que não pode ser paga, transitando os pagamentos para o ano seguinte.

No Desporto Escolar, esclarece que, depois das ações estarem pagas, a verba restante passa para outra área onde faz falta. Desabafa que qualquer dia proíbe de se chegar ao fim com verba por gastar, para conseguirem ter uma taxa de execução na ordem dos 100%. Reforça que as ações que estavam no programa foram concluídas.

Considera que se trata de uma dimensão de análise que não se pode ignorar, a não ser que se queira fazer uma estratégia de atuação política.

Relembra que existem outras inércias que foram explicadas, dando como exemplo os problemas existentes com a Infraestruturas de Portugal, a obra de saneamento referida pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, que tiveram que interromper e o seu recomeço irá trazer mais complicações e que tiveram meses para iniciar as obras de Olhos de Água, onde os projetos têm de ser aprovados pela Infraestruturas de Portugal, no seu plano de sinalização e segurança, que se traduziram em nove meses de espera.

Em relação à intervenção do **Sr. Vereador Carlos de Sousa** que propôs 4 projetos e que o executivo admitiu estudar e participar no plano de trabalho, esclarece que não estão no Programa de Mandato, mas estão em desenvolvimento. Refere que o Sr. Vereador, não só afirmou que não foi feito como não questionou, fazendo uma avaliação baseada em rubricas que são abertas para se poder fazer despesa. Lembra que uma obra e um projeto de requalificação da Alameda Alexandre Herculano, no Pinhal Novo, não se faz com a verba que está disponível, que pretendem um projeto participado, o levantamento topográfico pode ser feito com meios próprios e podem existir investimentos no campo do Pinhalnovoense que podem alterar tudo.

Sobre a Nova Escola Nascente de Pinhal Novo, um projeto que é da CDU, informa que está no âmbito da futura Carta Educativa e nos estudos prospetivos que existem para o efeito, não sendo construído no presente mandato, tendo o terreno já sido comprado.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** interrompe afirmando que têm 2 a 3 dias para ler o documento todo e considera que se existissem reuniões de trabalho poderiam ficar mais esclarecidos. Observa que era o que acontecia no tempo em que foi Presidente da Câmara.

O **Sr. Presidente** manifesta a sua disponibilidade para discutir seja no presente fórum ou em outro sítio qualquer, desde as Semanas das Freguesias, aos projetos para o Pinhal Novo, dos quais são do conhecimento do Sr. Vereador.

Dá nota que esteve com interlocutores da REFER que se lembram bem da forma como as coisas eram feitas na época que o Sr. Vereador Carlos Sousa era Presidente e que ouvia muito pouco a população e os autarcas de freguesia, comparando com o que se faz atualmente.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** interrompe novamente, afirmando que quando fazia as reuniões com a Junta de Freguesia, na qual o **Sr. Presidente** era então o Presidente da Junta, todos eram convidados para estarem presentes, pois não tinha nada para esconder.

O **Sr. Presidente** informa que tem as fotografias dessa reunião e o que o Sr. Vereador afirma não é verdade. Considera que sobre estas questões falarão em outra ocasião, pois, neste momento, estão a avaliar o trabalho de uma organização que investiu fortemente no território e que cumpre os seus compromissos, os quais são enriquecidos com propostas da oposição.

Sobre as propostas concretas que o Sr. Vereador levantou, esclarece que existem coisas que estão de acordo e nas quais estão a trabalhar. Discorda que se afirma que nada foi feito em relação à Nova Escola Nascente de Pinhal, e esclarece, novamente, que compraram o terreno, têm o estudo preliminar feito e só irão avançar para projeto e obra quando existir uma candidatura ITI da AML (Investimento Territorial Integrado da Área Metropolitana de Lisboa). Refere que está programada para 2027, altura em que já não estará em funções, mas irá deixar o trabalho feito para a sua concretização.

Lamenta que o Sr. Vereador Carlos Sousa vote contra, porque acha que têm contado com o contributo de todos para melhorar o serviço. Reconhece que existem deficiências, sabe identificá-las e sabe como propor propostas de melhoria.

Alerta para a necessidade de existir um pouco mais de rigor e objetividade da análise ao documento e informa que também prefere uma reunião exclusiva para debaterem esta matéria, para poder responder, ponto a ponto, a todas as questões, com clareza e objetividade.

Assume o que não foi feito por falta de opção política da Câmara Municipal.

Volta a chamar a atenção para que leiam o relatório porque o mesmo explica o motivo dos desvios.

Sobre o PDM e as questões levantadas pelo **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, conclui que o mesmo não leu o relatório e tem estado desatento, apesar de estar presente nas últimas reuniões de Câmara Municipal onde se debateu o assunto.

Olhando para os números, esclarece que no PDM constam verbas para se pagar uma consultadoria que está no final e mais algumas situações que só podem adjudicar depois da aprovação da discussão pública. Continua a esclarecer que depois terão muito mais verba para gastar na monitorização e nos restantes estudos complementares. Considera que o trabalho do PDM não se mede pela execução financeira, mas sim pelos relatórios que todos recebem, que são muitas horas de trabalho, de estudo, de atualização de dados, de cartografia e de pareceres (que podem obrigar a alterar tudo novamente).

Confessa que fica sentido porque lhe parece que existe uma tentativa de ridicularizar, utilizando percentagens sem se perceber o conteúdo.

Desta forma, estes números servem para tudo e considera serem um pouco falaciosos.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** interrompe afirmando que é complicado quando não se fazem reuniões de trabalho e considera ser difícil fazer uma reunião com 16 pontos e quando se colocam questões e dúvidas sobre a matéria o **Sr. Presidente** reage dessa forma.

O **Sr. Presidente** considera que não foram apresentadas quais quer dúvidas da parte do **Sr. Vereador Roberto Cortegano**.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** volta a intervir para esclarecer que considera que deveria de estar mais bem explicada a questão dos gastos e custos que se fez com o PDM.

O **Sr. Presidente** responde que está no relatório.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** responde que leu o relatório.

O **Sr. Presidente** responde que depois de analisar os custos pode perguntar que procedimentos dão origem a estas despesas.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** afirma que é suscetível existirem dúvidas.

O **Sr. Presidente** continua esclarecendo que o PDM não tem um investimento de milhões, tem um investimento de milhões planeado para ser feito por outras rubricas.

Continua a esclarecer que os números devem ser bem lidos porque, de outra forma, não estão a fazer as coisas com objetividade e seriedade. Assume que existem áreas onde não conseguem ir mais longe e a explicação política e técnica está dada, mas não pode valer tudo.

Assume que não fazerem uma reunião extraordinária foi uma opção de circunstância com os passos que têm para a Assembleia Municipal, com as comemorações do 25 de Abril, em que o calendário não deu para fazer de outra forma. Mais assume que não existe oposição da sua parte para se fazer uma reunião exclusiva para este assunto.

Dirigindo-se novamente ao **Sr. Vereador Carlos de Sousa**, e referindo-se às questões do alcatrão e das estradas que se fazem em outros tipos de material, esclarece que os materiais que o **Sr. Vereador Carlos de Sousa** e outros membros da bancada do MCCP já referiram, não são tecnicamente sustentáveis ou admissíveis para as vias do território de Palmela, com uma carga de tráfego rodoviário interna e externa muito grande, pois os mesmos são usados em estradas interiores de jardins com pouco trânsito. Informa que esse material tem sido utilizado mesmo em jardins tiveram que alterar alguns pavimentos, dando como exemplo o Jardim da Zeca Afonso, em Pinhal Novo. Manifesta disponibilidade para avaliar, mas não vão fazer investimentos para criar uma despesa de conservação e trabalho de administração direta insustentáveis para o futuro.

Estão recetivos para sugestões, mas também devem discutir e analisar as melhores opções para o território de Palmela.

Relativamente à intervenção da **Sra. Vereadora Mara Rebelo**, o **Sr. Presidente** afirma percebe as questões referidas e que o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** já respondeu, em parte,

às questões do pessoal. Folga em saber que estão em sintonia na estratégia de contratar pessoal e de dotar a organização.

*O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** intervém, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.*

O **Sr. Presidente** relembra as dezenas de concursos que têm sido abertos e as dezenas de ofertas na BEP (Bolsa de Emprego Público). Folga em saber que mudaram de opinião.

*O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** intervém, mas como não o faz ao microfone não é possível a sua transcrição.*

O **Sr. Presidente**, lembra que o Partido Socialista, até mais que o Partido Social Democrata, demonstrou sempre preocupação com o facto de existirem muitos trabalhadores na Câmara Municipal para um concelho do tamanho de Palmela, comparando-o a concelhos vizinhos com mais população e com menos trabalhadores. Observa que não é só população, tem a ver com serviços descentralizados, com o facto Palmela ter a maior área da Área Metropolitana de Lisboa e com a opção política. Assume que enquanto a Câmara Municipal conseguir fazer com os trabalhadores que têm, evitam recorrer ao outsourcing, situação que tem sido muito complicada pois não consegue contratar eletricitas, cabouqueiros, assistentes operacionais. Considera que se trata de uma solução mais cara, não tão eficaz como a administração direta, mas não podem deixar os munícipes sem o serviço público.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** volta a interromper para referir que a realidade é diferente, as complexidades são outras e é necessário dar novas respostas.

O **Sr. Presidente** manifesta o seu contentamento por estarem todos de acordo e evoluírem do ao orçamento. Lembra que é obrigatório trazer a reunião de Câmara Municipal a abertura destes concursos com vagas de um ou dois postos, independentemente depois de poderem contratar mais, porque o Orçamento nas despesas com pessoal também tem regras e não pode ultrapassar uma percentagem das despesas correntes. Informa que, como existem entradas, saídas, mobilidades para o exterior, reformas conseguem contratar mais. O problema surge quando não existem candidatos e/ou os que existem são inaptos e/ou não têm condições para funções exigidas.

Dirigindo-se para o **Sr. Vereador Pedro Taleço** que acompanha as áreas operacionais, questiona se conhece os concursos que a Câmara Municipal abre, alguma situação em que não tenham colocado pessoas porque não querem ou porque tenham receio de fazer despesa e de investir em pessoal.

*O **Sr. Vereador Pedro Taleço** intervém, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição.*

O **Sr. Presidente** Relembra que se acabou de transferir competências de áreas do **Sr. Vereador Pedro Taleço** para as Juntas de Freguesia e o princípio da lei é o não aumento da despesa.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** volta a intervir observando que Pinhal Novo está com dificuldade em contratar, mas que em Palmela foram contratados todos em janeiro.

O **Sr. Presidente** responde que fizeram muito bem, mas também existiram dificuldades iniciais.

Quanto à ideia de os sacões serem gratuitos, menciona que os mesmos têm um custo para a Câmara Municipal, na sua recolha, de cerca de 70 euros. Menciona que este processo teve um investimento de 30 mil euros, sem qualquer retorno e que aqui já fazem a promoção da reciclagem dos resíduos de construção e demolição. Acrescenta que, pela ordem de ideias defendida pelo Partido Socialista, se alguma vez tiverem a gestão de um organismo desta natureza, terão de aumentar a tarifa dos resíduos na fatura, para se poder pagar os resíduos que não são financiados diretamente.

Afirma que, na Área Social, nunca se investiu tanto, e dá como exemplos os apoios atribuídos às IPSS para obras ou para investimentos e o Cabaz Solidário Saudável, que tem a execução necessária.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** questiona se não existem necessidades no concelho.

O **Sr. Presidente** esclarece que as necessidades existentes são colmatadas, pois não admite que se passe fome no concelho de Palmela e isso só acontece se não contatarem com quem devem. Refere que é do conhecimento de todos que a Câmara Municipal tem contacto, com periodicidade, com os grupos socio caritativos, acompanha tudo e onde é preciso.

Quanto à execução do Social, esclarece que existem uma série de ações que estão na OIL e tiveram de ser inscritas em orçamento. Dá nota que a Operação Integrada Local tem ações que demoram o seu tempo, com o lançamento de projeto, contratar serviços, entre outros, pelo que não foi possível executar tudo no primeiro ano, sendo o horizonte de execução dessas rubricas, que são plurianuais, até final de 2026, altura em que terão de avaliar se o objetivo foi ou não atingido e se a verba foi ou não aplicada.

Relativamente às percentagens de execução, volta a reforçar que estão perfeitamente à vontade, pois conhece as execuções de vários municípios da península e de outras forças políticas. Enaltece o facto do concelho de Palmela, com todos estes constrangimentos e com algumas insuficiências, ter executado muito, e continua a executar, acima de muitos outros municípios da região (que têm também os mesmos problemas e outros).

Informa que vão introduzir no plano alguns reforços, pois irão necessitar de outro empréstimo, que só se verificará quando os projetos estiverem terminados e prontos para avançar.

Garante que os serviços não conseguem fazer mais e não é uma questão de decisão política, pois neste momento precisam de reforçar alguns setores, situação que não se afigura de fácil concretização. Depois existem outros problemas ao nível das empreitadas que justificam a não execução dos projetos.

Compreende o posicionamento de todos.

Afirma que tem conhecimento de quem está de forma construtiva na matéria e quem quis, com boa fé, interpretar os números e o relatório. Mais afirma que não o surpreende a posição do Sr. Vereador do PSD, porque vota contra a proposta de orçamento e em outros assuntos. Compreende que nunca terão da parte da bancada do PSD o benefício da abstenção, porque votar contra é votar contra tudo aquilo que foi feito e considera que a população (que o PSD também representa), mesmo aquela que não vota CDU, reconhece que existem compromissos, obras e ações feitas que valorizam o território e que resolvem os seus problemas. Assume novamente que existem questões que ainda não estão resolvidas, mas estão empenhados em continuar a fazer melhor.

Lamenta, por isso por quem opta facilmente pelo voto contra.

Conclui, referindo que terão oportunidade de continuar a aprofundar a discussão na Assembleia Municipal e que percebem o posicionamento de cada um e de cada uma.

Submetida a votação a proposta, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Srs. Vereadores Carlos Sousa e Roberto Cortegano, e a abstenção da Sr. Vereadora Mara Rebelo e dos Srs. Vereadores Raúl Cristóvão e Pedro Taleço. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – 5.ª alteração permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028

PROPOSTA N.º DAFRH 02_08-24:

«A 5.ª alteração permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028 tem como finalidade proceder ao reforço de ações com dotação insuficiente de modo a possibilitar o desenvolvimento de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente:

- «Construção do Posto Territorial da GNR em Poceirão»: para permitir a adjudicação da empreitada;
- «Infraestruturação da Lagoinha – 2ª fase»: para permitir o lançamento de procedimento concursal para construção do nó de ligação do coletor construído ao emissário da Simarsul.

Foram igualmente introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

O valor desta alteração é de 66.954,00 € (sessenta e seis mil, novecentos e cinquenta e quatro euros), e representa 0,07% do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, propõe-se a aprovação da 5.ª alteração permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028.»

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa e a Sra. Vereadora Mara Rebelo** ausentam-se da sala.

Sobre a proposta 5.ª alteração permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028, numerada DAFRH 02_08-24, intervêm:

O **Sr. Presidente** esclarece que tal como foi explicado, esta situação é uma das vicissitudes da realidade, pois uma obra parou, uma conduta de água teve de ser renovada e desviada no seu traçado, originando um novo projeto, uma nova empreitada resultando num troço final que irá permitir que possa finalmente chegar ao emissário e os munícipes ligarem-se e os efluentes serem devidamente tratados, situação que considera indispensável.

Em relação à construção do Novo Posto Territorial da GNR em Poceirão, adianta que irão trazer a uma próxima reunião de Câmara Municipal, pois será a autarquia que irá ser responsável pela adjudicação e aprovação do concurso. Refere que depois de chegarem ao acordo do financiamento com o anterior Ministro e a Secretaria Geral do MAI (Ministério da Administração Interna), existiram propostas muito acima do preço base excluídas e a única proposta que está em condições de ser aceite continua a ser acima do preço base. Esclarece que antigamente esta situação originava a um concurso deserto e a elaboração de um novo e com a alteração da legislação em 2022, pode-se ir acima de 20%, pelo que consideram que existe interesse público em adjudicar acima do preço base.

Acrescenta que o MAI já foi informado e, para não estarem à espera da resposta e se o mesmo irá ou não fazer uma adenda para financiar o diferencial e porque consideram de interesse público lançar rapidamente a empreitada, irão trazer este assunto a uma reunião de Câmara Municipal. Refere que só o poderão fazer se tiverem reforçado o orçamento e terão de o fazer para o ano seguinte porque a empreitada é para dois anos. Se houver uma aprovação da adenda, poderão colocar a verba toda em 2024, mas não será toda gasta pois a obra irá decorrer até ao final de 2025.

Esta é a explicação que os leva a trazer a presente alteração permutativa, que não estava prevista e teve que ser incluída na presente ordem de trabalhos com uma sessão com muitos pontos, porque existe interesse público em avançar com esta obra rapidamente.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Roberto Cortegano do PPD/PSD. Aprovado em minuta.

O **Sr. Presidente** questiona se a abstenção do **Sr. Vereador Roberto Cortegano** tem a ver com o facto de ficar com receio de o Sr. Ministro não fazer a adenda.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** intervém observando que não percebeu o comentário.

O **Sr. Presidente** questiona se está com receio se o PSD depois não queira assinar a adenda.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** responde que vota de acordo com o seu pensamento, ideia, no que acredita e não tem medo. Apesar de ter aprendido muito com o atual Secretário de Estado que esteve anteriormente neste executivo, votará sempre em acordo com a sua plena consciência.

O **Sr. Presidente** está de acordo e não espera outra coisa, referindo que fica registada a abstenção relativa a esta matéria.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** regressa à sala.

Gabinete de Recuperação do Centro Histórico

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho**, é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Concessão de apoio financeiro nos termos do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação – Processo: FIMOC-7764/2023 – Nº Req:6067/2023.

PROPOSTA N.º GRCH 01_08-24:

«Através do requerimento identificado em epígrafe, foi solicitado o apoio financeiro para a realização de obras de conservação, correspondendo de forma resumida a trabalhos preparatórios, de reparação e pintura da fachada, bem como, intervenção ao nível da cobertura (recuperação do beirado e sistema de drenagem de águas pluviais) do edifício sito na Rua Contra Almirante Jaime Afreixo n.º104 e Rua Hermenegildo Capelo n.º167-169, em Palmela, descrito na Conservatória do Registo Predial de Palmela sob o n.º 13624/20101029 da freguesia de Palmela, e da inscrição na matriz urbana da freguesia de Palmela, sob o artigo 19014, sob o qual o tem usufruto vitalício.

O prédio em causa, que se localiza na Área de Intervenção do Gabinete do Centro Histórico da Vila de Palmela, foi construído, parte em data anterior a 1951 e uma outra, com mais de 30 anos

de existência, pelo que reúne condições para merecer apoio financeiro, nos termos do n.º1 do art. 3.º do Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação (FIMOC).

Conforme o determinado no artigo 5.º, do regulamento municipal antes invocado, as obras de conservação na fachada de edifícios, assim como, obras de conservação em coberturas, incluindo os trabalhos de drenagem de águas pluviais, constituem-se ações e trabalhos elegíveis nos termos da concessão do apoio financeiro previsto no Programa de Financiamento de Obras de Conservação-FIMOC.

As obras descritas e incluídas nos requerimentos supra, cujo orçamento global apresentado se cifra no valor de 9.032,26€ (incluindo IVA à taxa de 6%), constituem ações/trabalhos elegíveis para financiamento, de acordo com o determinado no art.5.º do regulamento do FIMOC, publicada no Aviso n.º 5063/2021 do Diário da República, 2.ª Série de 18/03/2021, anexo ao EDITAL Nº 84/DAFRH-DAAG/2021.

Nos termos do n.º 5 do artigo 8.º do Regulamento do FIMOC e considerando o valor do orçamento sujeito a apreciação camarária que se cifrou em 9.032,26€, o apoio financeiro a conceder correspondente a 50% do orçamento apresentado, resulta num montante 4.516,13€ - IVA incluído à taxa de 6%, acrescendo ao valor/apoio financeiro a conceder, a majoração em 10% e que se cifra em 451,61€, por força da aplicação do disposto nos termos da al.a) do n.º6 do art.8.º do regulamento FIMOC, atendendo ao facto do edifício (no qual se pretende a execução das obras sujeitas a pedido de comparticipação no âmbito do FIMOC) ser habitação própria permanente e o requerente/titular possuir mais de 65 anos de idade.

Resultante das parcelas atrás aludidas, verifica-se um valor total de comparticipação de 4.967,74€.

Face ao exposto, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º1 e alínea k) do art.25.º e alínea k), t) e ccc) do art.33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º1 do art.4.º do Regulamento do FIMOC, propõe-se a aprovação do apoio financeiro solicitado, correspondente ao valor indicado de 4.967,74€ com IVA incluído, e que o mesmo seja concedido ao requerente, Sr. Joaquim Marques de Oliveira, mediante a apresentação de cópias das faturas dos trabalhos realizados, cumprindo-se os pagamentos de acordo com o estabelecido no n.º6 do art.10.º deste mesmo regulamento.»

O Sr. Vereador Raul Cristóvão ausenta-se da sala.

O Sr. Vereador Carlos de Sousa regressa à sala.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Divisão de Organização e Sistemas de Informação

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear - Alteração.

PROPOSTA N.º DOSI 01_08-24:

«O atual Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear entrou em vigor 2 de janeiro de 2020, após publicação no Diário da República nº 251 - II Série, de 31 de dezembro de 2019, tendo sido sujeito a duas ligeiras alterações em 2020 e 2021, aprovadas em reuniões da Câmara Municipal realizadas de 21/10/2020 e 21/06/2023, e em sessões da Assembleia Municipal realizadas 29/10/2020 e 28/06/2023.

Entretanto, constatou-se que a complexidade, diversidade e volume das atuais competências cometidas aos municípios no âmbito da habitação, bem como o significativo acréscimo de tarefas que se avizinham neste domínio da intervenção municipal, em particular o aumento de candidaturas a atribuição de habitação municipal, acompanhamento dos novos arrendatários e, ainda, a necessidade de elaboração de novos instrumentos de regulamentação e planeamento – Carta Municipal de Habitação, Programa Municipal de Arrendamento Acessível – , não são compatíveis com o estatuto, funções e dimensão da unidade orgânica atualmente existente (Gabinete de Habitação, provido com cargo intermédio de 3º grau), justificando a criação de uma nova divisão, que se manterá na dependência do Departamento de Educação e Coesão Social.

Por estes motivos a presente proposta de alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear consubstancia um acréscimo de uma (1) divisão.

Assim, considerando que, sob proposta da Câmara Municipal, compete à Assembleia Municipal definir o modelo e conteúdo da estrutura orgânica nuclear, propõe-se que ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara delibere propor à Assembleia Municipal de Palmela a aprovação, ao abrigo e nos termos da alínea m), do nº 1 do artigo 25º do referido regime jurídico e do art.º 6º Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, por força da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto alterada pela Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro, a presente proposta de alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Palmela, que se enuncia:

«Artigo 13º

Divisões

O número máximo de divisões a criar é fixado em dezanove (19).»»

Sobre a proposta de Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear, numerada DOSI 01_08-24, intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** intervém a informar que votarão favoravelmente.

Não deixam de elogiar a reação em termos de orgânica às necessidades efetivas de uma área que justifica uma outra dimensão em relação ao gabinete existente. A ambição do desenvolvimento da área está em si relacionada com o serviço que tem na orgânica e todos os desafios que compaginam neste momento à habitação, justificam a criação da presente divisão. Deixa a sugestão para a existência de outros gabinetes, tais como o do Gabinete de Ambiente e Eficiência Energética, que com toda a missão que tem pela frente e discurso que tem de alavancar (discurso público), justifica-se que politicamente seja traduzido na orgânica e na prática no serviço, uma maior dimensão e uma maior escala de respostas tendo em conta as respostas que tem de dar e o volume futuro que terá de ter, face às urgências das matérias e à quantidade de assuntos. O serviço mais estrangulado faz com que, para aproveitar as oportunidades acabe por delinear os planos mais à volta das oportunidades do que serem os planos a incorporar as oportunidades e que é a forma mais completa de planear e avançar. Nos dias de hoje o caminho não se faz caminhando, tem de ser feito a correr.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** agradece a proposta do **Sr. Vereador Pedro Taleço**. Tomam em boa nota. Propuseram a presente alteração e não deixarão de considerar a sugestão proposta.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Educação

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Acordo de Parceria com o Agrupamento de Escolas José Saramago no âmbito do Programa Territórios Educativos de Intervenção prioritária de quarta geração (TEIP 4).

PROPOSTA N.º DECS_DE 01_08-24:

«No contexto das políticas educativas, o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária de quarta geração, designado por TEIP 4, estabelecido pelo Despacho n.º 7798/2023, em 28 de julho, assume-se como um instrumento fundamental na promoção da inclusão e equidade educativa, respondendo aos desafios específicos observados nas escolas localizadas em territórios de maior vulnerabilidade social e que visa conferir uma maior autonomia às comunidades educativas, de modo a potenciar intervenções mais flexíveis, inovadoras e ajustadas às necessidades dos alunos e suas famílias e à mobilização de recursos educativos endógenos suscetíveis de promover o desenvolvimento local mais sustentável, em parceria com as autarquias locais.

Os agrupamentos de escolas e/ou escolas não agrupadas inseridos em territórios com elevado número de crianças e jovens em risco de vulnerabilidade social, determinado de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 4.º, daquele despacho, podem apresentar candidatura ao programa TEIP 4.

Neste contexto, o Agrupamento de Escolas José Saramago pretende apresentar candidatura ao programa TEIP 4, e tem, de acordo com o n.º 4, do artigo 5º, do Despacho nº 7798/2023, de 28 de julho, de submeter um Plano de Ação e um Acordo de Parceria.

O Plano de Ação é composto por um conjunto diversificado de medidas e ações estratégicas de intervenção na escola, concretizados em parceria com o município, União de Freguesias e Cáritas Diocesana de Setúbal, e tem já os pareceres favoráveis do Conselho Pedagógico e do Conselho Geral.

O Acordo de Parceria, previsto no Despacho atrás citado, deverá ser celebrado entre o Município e o Agrupamento de Escolas, e ter por objeto a formalização da cooperação entre as partes, com base nas competências de cada parceiro bem como nas obrigações conjuntas.

Reconhecendo a pertinência da presente parceria como um importante contributo para o desenvolvimento de uma estratégia de discriminação positiva, garantindo a inclusão e o sucesso educativo de todos os alunos, a melhoria da qualidade das aprendizagens, bem como o combate ao abandono escolar, com o envolvimento da comunidade educativa, autarquia e parceiros propõe-se, ao abrigo da alínea d), do n.º 2, do artigo 23º, conjugado com a alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e com o artigo 5º, do Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho, que a Câmara Municipal delibere aprovar o Acordo de Parceria a estabelecer com o Agrupamento de Escolas José Saramago, no âmbito do programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária de 4ª geração, cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

O **Sr. Presidente** ausenta-se da sala e o **Sr. Vice-Presidente** assegura o comando da reunião durante a sua ausência.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Intervenção Social e Saúde

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 9 – Protocolo sobre tratamento e proteção de dados pessoais entre o Instituto de Segurança Social, I.P., Instituto de Informática, I.P. e Município de Palmela.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 01_08-24:

«Considerando que:

- a Lei nº 55/2020, de 12 de agosto, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio de ação social, estando os termos da operacionalização desta transferência, especificamente em matéria de atendimento e acompanhamento social (SAAS) e de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), regulamentados pelas Portarias nºs 63/2021 e 11065/2021, de 17 de março, respetivamente;
- no âmbito do exercício destas competências, nos termos do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei-Quadro, é determinada a garantia de acesso das autarquias aos sistemas de informação utilizados pela administração direta e indireta do Estado, para gestão de processos e restante informação integrada nas competências transferidas;
- os termos em que essa utilização é efetuada encontram-se regulados pelas supra indicadas Portarias, porém o artigo 14.º, da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação, e o n.º 1, do artigo 27.º-A da Portaria nº 257/2012, de 27 de agosto, na redação atual, refere que o acesso ao sistema de informação específico se encontra restringido aos dados relevantes para a prossecução das competências do atendimento e acompanhamento social e ao acompanhamento a beneficiários de RSI no âmbito do contrato de inserção.
- consequentemente, e estando em causa o tratamento de dados, revela-se fundamental estabelecer os termos e as condições de acesso ao sistema de informação,

propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta de protocolo sobre Tratamento e Proteção de Dados Pessoais, nos termos da alínea h), do n.º 2, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e das demais normas especialmente assinaladas no texto da minuta anexa à presente proposta, dela fazendo parte integrante.»

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** regressa à sala.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 10 – Protocolo de Cooperação com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro da Marateca, no âmbito da Ação 61 da Operação Integrada Local Poceirão Marateca.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 02_08-24:

«Considerando que:

- a Operação Integrada Local Poceirão Marateca faz parte do Plano Metropolitano de Operações integradas em Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência e que o Município de Palmela é responsável pela implementação do Plano de Ação;
- todas as intervenções que envolvam a Parceria Local, com exceção do Beneficiário Final União de Freguesias de Poceirão e Marateca, são realizadas pelo Município de Palmela, que deverá apresentar as devidas evidências junto da Estrutura de Missão Recuperar Portugal e da Área Metropolitana de Lisboa;
- no âmbito da referida Operação, a Ação 61 visa a requalificação da Capela Mortuária de Marateca da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro de Marateca – Igreja Paroquial de Águas de Moura;
- a intervenção prevê projeto e empreitada de requalificação da Capela Mortuária de Águas de Moura, dotando este equipamento de melhores condições de utilização, sobretudo ao nível da cobertura, pavimento, paredes, janelas e instalações sanitárias, pelo montante de 100.000,00 € (cem mil euros), ao que acrescerá o IVA aplicável, correspondente ao montante inscrito na referida Ação,

propõe-se, nos termos dos artigos 23.º, n.º 2, alíneas e) e h), 33.º, n.º 1, alíneas o) e u, e 35.º, n.º 1, alínea a), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro de Marateca, cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Gabinete do Associativismo

PONTO 11 – Atribuição de apoios financeiros ao movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo

PROPOSTA N.º DCDJ_GASS 01_08-24:

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;

- o Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, e competência para apoiar atividades de natureza desportiva e recreativa que contribuam para a promoção e generalização das atividades físicas e desportivas, enquanto instrumento para melhoria da condição física, da qualidade de vida e saúde dos cidadãos, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23.º, do RJAL;
- através da promoção do movimento associativo cultural, desportivo e juvenil, a autarquia contribui, efetivamente, para o desenvolvimento de uma atitude participativa responsável e inovadora, e na qual a prática desportiva e as atividades culturais se apresentam como uma componente estratégica da política sociocultural e assim como uma área de investimento municipal a desenvolver em parceria com as associações desportivas, juvenis, culturais e artísticas;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento no desporto e na cultura e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), foram apresentadas, pelo movimento associativo do concelho, candidaturas a apoios municipais, visando as mesmas a concretização das suas atividades, a aquisição de equipamentos e a realização de obras de conservação;
- de acordo com o estabelecido no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, as candidaturas foram analisadas tendo por base os critérios gerais de avaliação definidos no artigo 16.º, alíneas a) a r), do referido regulamento, e que após apreciação e análise técnica foram as mesmas valoradas, correspondendo a atribuição dos montantes apresentados a patamares de valores referentes ao apoio à atividade, aquisição de equipamento e realização de obras de conservação;

propõe-se, que, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, e na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do RJAL, bem como dos artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 41/2019 de 26 de março, quando estejam em causa apoios sujeitos à celebração de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo; e ao abrigo do disposto na alínea e), do n.º 2, do artigo 23.º, e das alíneas o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do RJAL, para os restantes apoios; a Câmara Municipal de Palmela aprove:

1. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações culturais, no valor global de € 60.355,00 (sessenta mil, trezentos e cinquenta e cinco euros):

Associação Cultural	Valor
ÁcidoBase Associação Cultural	750,00 €
Associação Amigos Bairro da Confidente	750,00 €
AAJONG - Associação de Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras	2.850,00 €
Associação Musical e Cultural - Clarinetes de Santiago	1.680,00 €
Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó	2.000,00 €
"Inspira # Atitude - Associação Cultural e Recreativa"	2.500,00 €
Associação das Festas de Palmela - Festa das Vindimas	3.200,00 €
Associação do Círio dos Olhos d' Água	750,00 €
Associação FOME - Fomento e Organização de Movimentos Emergentes	1.450,00 €
Associação Sons Margem Sul	2.000,00 €
Confraria da Sopa Caramela – CPN	2.500,00 €
Expoente Melodia - Associação Recreativa	1.100,00 €
Grupo Coral Ausentes do Alentejo	2.150,00 €
Grupo Desportivo Académicos da Aqualva de Cima	750,00 €
Grupo Desportivo de Rio Frio	1.100,00 €
Grupo Desportivo e Cultural Ídolos da Baixa	1.100,00 €
Grupo Desportivo Recreativo Águias Aroeira	1.475,00 €
Grupo Folclórico Danças e Cânticos de Olhos d' Água	750,00 €
Grupo Popular Recreativo Cabanense	2.500,00 €
Motoclube do Pinhal Novo	2.500,00 €
Musgo Azul - Associação	1.450,00 €
Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho	1.450,00 €
Rancho Folclórico do Poceirão	1.450,00 €
Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores	1.800,00 €
Rancho Folclórico da Casa do Povo de Pinhal Novo	2.150,00 €
Sociedade Filarmónica União Agrícola	3.200,00 €
Sociedade de Recreio e Instrução 1.º de Maio	1.450,00 €
Sociedade Filarmónica Humanitária	3.200,00 €
Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros"	3.200,00 €
Sociedade Instrução Musical	3.200,00 €
Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano	3.200,00 €
Virtudes Didáticas - Associação Recreativa	750,00 €
TOTAL	60.355,00 €

2. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações culturais, no valor global de € 33.752,00 (trinta e três mil, setecentos e cinquenta e dois euros):

Associação Cultural	Valor
ÁcidoBase Associação Cultural	138,00 €
ATA - Acção Teatral Artimanha	1.540,00 €
AAJONG - Associação de Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras	2.500,00 €
"Inspira # Atitude - Associação Cultural e Recreativa"	793,00 €
Associação das Festas de Palmela - Festa das Vindimas	2.500,00 €
Associação FOME - Fomento e Organização de Movimentos Emergentes	91,00 €
Associação Teatro Cais 21	189,00 €
Associação Teatro Sem Dono	1.767,00 €
Associação Sons Margem Sul	1.045,00 €
ATVK - Associação Teatro da Vila	2.500,00 €
Bardoadá – O Grupo do Sarrafo	1.100,00 €
Confraria da Sopa Caramela - CPN	307,00 €
Cooperativa de Produção Artística Teatro Animação O Bando, CRL	2.500,00 €
Expoente Melodia - Associação Recreativa	718,00 €
FIAR, Associação Cultural	1.229,00 €

Grupo Coral Ausentes do Alentejo	308,00 €
Grupo Popular Recreativo Cabanense	948,00 €
Moto-Clube de Palmela	2.500,00 €
Motoclube do Pinhal Novo	1.300,00 €
Musgo Azul - Associação	566,00 €
Passos e Compassos - Associação para a Divulgação e Desenvolvimento das Artes de Espectáculo	786,00 €
PIA Projectos de Intervenção Artística, CRL	1.260,00 €
Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores	62,00 €
Rancho Folclórico Casa do Povo de Pinhal Novo	82,00 €
Sociedade Filarmónica União Agrícola	319,00 €
Sociedade Filarmónica Humanitária	1.169,00 €
Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros"	2.500,00 €
Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano	2.500,00 €
Teatro dos Barris - Associação	227,00 €
Virtudes Didáticas - Associação Recreativa	308,00 €
TOTAL	33.752,00 €

3. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à realização de obras de conservação das associações culturais, no valor global de € 21.458,00 (vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e oito euros):

Associação Cultural	Valor
Grupo Desportivo Académicos da Aqualva de Cima	4.000,00 €
Grupo Popular Recreativo Cabanense	352,00 €
Moto-Clube de Palmela	2.708,00 €
Rancho Folclórico "Os Rurais" da Lagoa da Palha e Arredores	2.856,00 €
Rancho Folclórico Casa do Povo de Pinhal Novo	3.408,00 €
Sociedade Filarmónica União Agrícola	134,00 €
Sociedade Instrução Musical	4.000,00 €
Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano	4.000,00 €
TOTAL	21.458,00 €

4. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações desportivas, no valor global de € 30.375,00 (trinta mil, trezentos e setenta e cinco euros), bem como as minutas dos Contrato-Programa (em anexo):

Associação Desportiva	Valor
Associação Académica Pinhalnovense	2.150,00 €
ADBN - Associação Desportiva Bike&Nutrition	1.800,00 €
Associação Desportiva Palmelense, Sp	1.450,00 €
Associação de Jovens Os Caramelos	1.800,00 €
Botafogo Futebol Clube	2.500,00 €
Clube Desportivo Pinhalnovense	3.550,00 €
Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura	1.450,00 €
CPK - Clube de Pesca de Kayak	600,00 €
Crucial Simplicity - Associação Desportiva	2.150,00 €
Clube Target Renegade	1.100,00 €
Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz	1.800,00 €
Grupo Desportivo das Lagameças	2.500,00 €
Grupo Desportivo da Volta da Pedra	750,00 €
Parmelense Futebol Clube	3.925,00 €
Quintajense Futebol Clube	2.850,00 €
TOTAL	30.375,00 €

5. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações desportivas, no valor global de € 9.802,00 (nove mil, oitocentos e dois euros), bem como as minutas dos Contrato-Programa (em anexo):

Associação Desportiva	Valor
Associação de Jovens Os Caramelos	75,00 €
Botafogo Futebol Clube	3.000,00 €
Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura	436,00 €
Crucial Simplicity - Associação Desportiva	1.222,00 €
Grupo Desportivo das Lagameças	3.000,00 €
Núcleo dos Árbitros de Futebol de Pinhal Novo	741,00 €
Quintajense Futebol Clube	1.328,00 €
TOTAL	9.802,00 €

6. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à realização de obras de conservação das associações desportiva, no valor global de € 6.433,00 (seis mil, quatrocentos e trinta e três euros), bem como as minutas dos Contrato-Programa (em anexo):

Associação Desportiva	Valor
Botafogo Futebol Clube	492,00 €
Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura	180,00 €
Clube Portais da Arrábida	1.461,00 €
Crucial Simplicity Associação Desportiva	300,00 €
Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz	4.000,00 €
TOTAL	6.433,00 €

7. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às atividades das associações juvenis, no valor global de no valor global de € 7.700,00 (sete mil e setecentos euros):

Associação Juvenil	Valor
Associação Juvenil do Centro de Ocupação Infantil de Pinhal Novo	900,00 €
Associação ODISSEIA – Associação Juvenil	1.500,00 €
Associação Juvenil Os Indiferentes	1.050,00 €
Associação de Jovens Os Caramelos	900,00 €
Associação Pó de Ser Assim	750,00 €
Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas	750,00 €
Agrupamento 643 de Pinhal Novo do Corpo Nacional de Escutas	500,00 €
Grupo 40 - Palmela - Associação dos Escoteiros de Portugal	1.350,00 €
TOTAL	7.700,00 €

8. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados à aquisição de equipamentos às associações juvenis, € 5.030,00 (cinco mil e trinta euros):

Associação Juvenil	Valor
Associação ODISSEIA – Associação Juvenil	1.300,00 €
Associação Juvenil Os Indiferentes	550,00 €
Associação Juvenil ADONIA	460,00 €
Associação Pó de Ser Assim	590,00 €
Agrupamento 504 de Quinta do Anjo do Corpo Nacional de Escutas	1.090,00 €
Agrupamento 643 de Pinhal Novo do Corpo Nacional de Escutas	180,00 €
Grupo 40 - Palmela - Associação dos Escoteiros de Portugal	860,00 €
TOTAIS	5.030,00 €

9. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados às candidaturas submetidas através do Balcão Único – Serviços Online, € 1.100,00 (mil e cem euros):

Associação	Valor
Associação Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras	100,00 €
Associação Pó de Ser Assim	100,00 €
Associação Teatro Sem Dono	100,00 €
Associação Teatro Cais 21	100,00 €
Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura	100,00 €
FIAR, Associação Cultural	100,00 €
Grupo Desportivo das Lagameças	100,00 €
Moto - Clube de Palmela	100,00 €
Musgo Azul - Associação	100,00 €
Passos e Compassos – Associação para a Divulgação e Desenvolvimento das Artes do Espectáculo	100,00 €
Sociedade Filarmónica Humanitária	100,00 €
TOTAIS	1.100,00 €

10. Os apoios constantes do quadro que se segue, destinados as candidaturas que apresentaram um plano de ação para a implementação do Plano de Procedimentos de Emergência/Medidas de Autoproteção dos seus edifícios sede, € 500,00 (quinhentos euros):

Associação	Valor
Clube Desportivo e Recreativo Águas de Moura	250,00 €
Sociedade Filarmónica Humanitária	250,00 €
TOTAIS	500,00 €

»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Divisão de Cultura e Desporto

PONTO 12 – Atribuição de apoio financeiro aos Ranchos Folclóricos do Concelho de Palmela

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_08-24:

«No âmbito do Programa Municipal da Dança, e considerando o papel que os Grupos Folclóricos têm nas comunidades onde se inserem, reconhecendo, de igual forma, o contributo que desempenham para a manutenção das tradições locais e do património cultural e etnográfico de Palmela, será importante manter esta linha de apoio no corrente ano.

O trabalho desenvolvido por estes agentes, envolvendo um grande número de pessoas, contribui bastante para a valorização e para a dinamização da vida associativa concelhia, numa lógica de partilha, convívio e intergeracionalidade. Contribui, igualmente, para a divulgação do nome Palmela, através da realização e da participação em diversos encontros e festivais de folclore.

A ponderação de apoio aos ranchos folclóricos tem contemplado a diferenciação em relação aos que têm escolas de folclore, pelo que se propõe manter esse critério nos apoios a conceder no presente ano.

Considerando as dificuldades que os grupos têm, no suporte dos custos associados à regularidade das suas atividades, propõe-se, em conformidade com a alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoios financeiros aos grupos folclóricos concelhios, que mantêm atividade regular, no valor global de € 8.580,00 (oito mil quinhentos e oitenta euros), com a seguinte distribuição:

- Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó (Rancho Folclórico Regional de Fernando Pó) – € 900,00 (novecentos euros);
- Casa do Povo de Pinhal Novo (Rancho Folclórico) – € 1.020,00 (mil e vinte euros);
- Grupo Desportivo Académicos da Agualva de Cima (Rancho Folclórico) - € 900,00 (novecentos euros);
- Grupo Desportivo de Rio Frio (Rancho Folclórico de Rio Frio) – € 900,00 (novecentos euros);
- Grupo Folclórico Danças e Cânticos de Olhos de Água – € 900,00 (novecentos euros);
- Rancho Folclórico Cultural Danças e Cantares da Região do Forninho – € 1.020,00 (mil e vinte euros);
- Rancho Folclórico de Poceirão – € 1.020,00 (mil e vinte euros);
- Rancho Folclórico “Os Fazendeiros das Lagameças” – € 900,00 (novecentos euros);
- Rancho Folclórico “Os Rurais” da Lagoa da Palha e Arredores – € 1.020,00 (mil e vinte euros).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 13 – Atribuição de apoio financeiro às Escolas de Música das entidades associativas do concelho

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 02_08-24:

«As estruturas associativas do concelho que se dedicam ao ensino da música, têm realizado, ao longo dos anos, um trabalho de grande relevância para o desenvolvimento da música na nossa terra.

É pela diversidade de expressões musicais e pela dimensão que o ensino da música tem, no nosso território, que afirmamos a nossa diferença e autenticidade, para a construção de um concelho mais inclusivo e desenvolvido.

A Música é fator de diferenciação, de afirmação e de encontro com a nossa identidade cultural, mas também ponto de cruzamento, promoção e disseminação da nossa heterogeneidade.

Palmela assume-se como um polo musical por excelência, território de onde têm surgido figuras proeminentes do património musical nacional.

É pela diversidade de expressões musicais e pela dimensão que o ensino e a prática da música têm, no território de Palmela, que o afirmam como território de Cultura

Continuando esse objetivo, a Câmara Municipal tem vindo a apoiar o trabalho das estruturas do movimento associativo, designadamente através da atribuição de um apoio financeiro anual às suas escolas de música.

Assim, propõe-se, em conformidade com o disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro, no valor global de € 11.400,00 (onze mil e quatrocentos euros), destinado ao funcionamento das escolas de música das associações abaixo identificadas:

- Associação dos Amigos Juntos pela Orquestra Nova de Guitarras – € 1.800,00 (mil e oitocentos euros);
- Sociedade de Instrução Musical – € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros)
- Sociedade Filarmónica Humanitária – € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros)
- Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros” – € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros)
- Sociedade Filarmónica União Agrícola – € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros)»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Presidente** regressa à sala.

PONTO 14 – Atribuição de apoio financeiro às instituições parceiras do “50+- Programa de Exercício”

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 03_08-24:

«Desde 1996 que algumas das aulas de Atividades Gímnicas e Dança do “+60” – Programa Municipal de Atividade Física, decorrem em instalações de instituições parceiras com o objetivo de possibilitar, a todos os participantes do programa, a realização de atividades perto da sua área de residência.

Este modelo de funcionamento mantém-se, apesar da reestruturação realizada ao programa, em setembro de 2012, que resultou na criação do “50+ - Programa de Exercício”, em parceria com a Palmela Desporto, E.M..

Estando identificado o importante papel das instituições parceiras no desenvolvimento do Programa, reconhece-se que este representa custos acrescidos ao seu funcionamento, nomeadamente, com eletricidade e limpeza das instalações.

Neste sentido, e de acordo com o número de aulas semanais e com a alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, e da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro, no valor global de € 2.120,00 (dois mil cento e vinte euros) às entidades abaixo indicadas, o qual se destina a compartilhar nas despesas com eletricidade e limpeza, decorrentes da utilização das instalações por parte das aulas de atividades gímnicas e dança do "50+ - Programa de Exercício", durante a época 2023/2024:

- Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela – € 750,00 (setecentos e cinquenta euros);
- Clube Portais da Arrábida – € 620,00 (seiscentos e vinte euros);
- Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano - € 750,00 (setecentos e cinquenta euros).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 15 – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e o Judo Clube de Pinhal Novo

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 04_08-24:

«Considerando que:

- de acordo com o enunciado no n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que cabe ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento na educação, na cultura, no desporto, na juventude e na intervenção social;
- o Judo Clube de Pinhal Novo apresenta uma grande dinâmica no desenvolvimento do judo, sendo um dos principais parceiros da autarquia no Programa de Desenvolvimento do Judo no Concelho, e uma das principais referências do distrito ao nível da modalidade;
- a autarquia, no âmbito da sua política de apoio ao associativismo, aprovou, em 2014, o atual Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo que consagra, entre outros aspetos, a possibilidade de apoios no âmbito de programa municipais;

e na sequência do pedido de apoio solicitado pelo Judo Clube de Pinhal Novo, substanciado na apresentação do seu Programa de Desenvolvimento Desportivo, propõe-se que, ao abrigo do

disposto das alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, das alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 41/2019 de 26 de março, que veio estabelecer o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação do contrato-programa entre o Município de Palmela e o Judo Clube de Pinhal Novo, cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta, que define os termos de cooperação entre as partes no âmbito da promoção e desenvolvimento do Judo, no qual o Município de Palmela atribui uma comparticipação financeira de € 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta euros).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 16 – Protocolos de Cooperação, no âmbito da OIL POCEIRÃO MARATECA

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 05_08-24:

«No âmbito da Operação Integrada Local (OIL) POCEIRÃO MARATECA faz parte do Plano Metropolitano de Operações integradas em Comunidades Desfavorecidas da AML no quadro da componente C3 — Respostas Sociais do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), instrumento nacional do Mecanismo de Recuperação e Resiliência aprovado pela Comissão Europeia (CE).

O Aviso n.º 2/C03-i06.02/2022 (2.ª fase) - “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa” prevê atuar neste território através de abordagens integradas, concertadas e síncronas, envolvendo os diversos atores locais, nomeadamente a Parceria Local devidamente firmada, assegurando-se uma intervenção sobre as múltiplas vulnerabilidades socio territoriais, de acordo com as características, problemas e oportunidades de cada comunidade, identificadas a partir de diagnósticos locais participados;

O Município de Palmela, enquanto Beneficiário Final Líder, é responsável pela implementação do Plano de Ação e consequentemente pela sua execução física e financeira.

A Ação 8 do Plano – Criação de Pórtico e Murais sobre o Vinho e a Vinha, prevê a pintura de Murais com a temática da aldeia vinhateira em três propriedades particulares:

- Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó – parede frontal da sede;
- Marcolino Freitas Filho, Lda. – parede da adega;
- Fernão Pó Adega – Winery – parede da adega

Assim, nos termos e para efeitos do disposto na alínea e), do n.º 2, do artigo 23.º, e alínea t), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013,

de 12 de setembro, propõe-se a assinatura dos protocolos de cooperação com as entidades acima indicadas, de acordo com as minutas em anexo e que fazem parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público e menciona que o período que se segue é destinado à intervenção do mesmo, alertando para o Regulamento Geral de Proteção de Dados e a consequente autorização dos intervenientes para permitir a sua gravação e captação de imagem, desde que seja essa a sua vontade.

Não se registam intervenções.

Antes de dar por terminada a reunião, aproveita para convidar todos a estarem presentes na abertura do espaço requalificado da Nova Palmela, a realizar no próximo domingo de manhã, e num conjunto de outras celebrações, comemorações e eventos no âmbito das comemorações do 50.º aniversário do 25 de abril, incluindo também a sessão solene da Assembleia Municipal.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezanove horas e vinte e quatro minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco